



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Marina Martinuzzi Castilho

**O *ETHOS* MEDIATIZADO DE MARCO FELICIANO: UMA ANÁLISE  
DA FORMAÇÃO INSTITUCIONAL DE DISCURSOS SOBRE O  
CONTROLE DO *ETHOS* PRIVADO**

Santa Maria, RS  
2019



**Marina Martinuzzi Castilho**

**O *ETHOS* MEDIATIZADO DE MARCO FELICIANO: UMA ANÁLISE DA  
FORMAÇÃO INSTITUCIONAL DE DISCURSOS SOBRE O CONTROLE DO  
*ETHOS* PRIVADO**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Santa Maria, como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Comunicação**.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Aline Roes Dalmolin

Santa Maria, RS  
2019

Castilho, Marina

O Ethos Midiatizado de Marco Feliciano: uma análise da formação institucional de discursos sobre o controle do ethos privado / Marina Castilho.- 2019.

178 p.; 30 cm

Orientadora: Aline Roes Dalmolin

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, RS, 2019

1. Midiatização 2. Religião 3. Biopolítica 4. Ethos 5. Marco Feliciano I. Roes Dalmolin, Aline II. Título.

Marina Martinuzzi Castilho

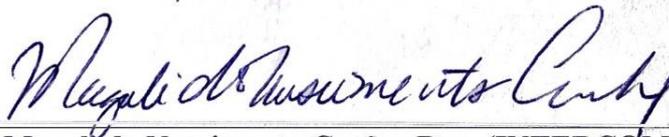
**O *ETHOS* MEDIATIZADO DE MARCO FELICIANO: UMA ANÁLISE DA  
FORMAÇÃO INSTITUCIONAL DE DISCURSOS SOBRE O CONTROLE DO  
*ETHOS* PRIVADO**

Texto de dissertação apresentado ao Curso de Pós-Graduação em Comunicação da, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Comunicação**

**Aprovado em 13 de março de 2019:**



**Aline Roes Dalmolin, Dra. (UFSM)**  
**(Presidente/Orientadora)**



**Magali do Nascimento Cunha, Dra. (INTERCOM)**



**Eduardo Lopes Cabral Maia, Dr. (UFSM)**

Santa Maria, RS  
2019



## RESUMO

### **O *ETHOS* MIDIATIZADO DE MARCO FELICIANO: UMA ANÁLISE DA FORMAÇÃO INSTITUCIONAL DE DISCURSOS SOBRE O CONTROLE DO *ETHOS* PRIVADO**

AUTORA: Marina Martinuzzi Castilho  
ORIENTADORA: Aline Roes Dalmolin

O presente texto de dissertação busca investigar de que maneira o *ethos* midiaticizado do pastor e deputado federal Marco Feliciano reproduz discursos sobre o controle do *ethos* privado. A partir da interseção mídia-biopolítica-religião, construímos um percurso teórico a fim de identificar a dimensão institucional do sujeito, baseado em autores como Berguer e Luckmann (2004), Foucault (1988, 1999a) e Duarte (2005). Ao caracterizar as marcas institucionais religiosas e políticas na perspectiva de transformações modernas e em curso na sociedade ocidental, percebemos uma atenção estrutural às condutas privadas e, principalmente, acerca da sexualidade humana. Na pretensão de destacar a presença e atuação discursiva deste ator social, descrevemos suas relações e movimentos segundo a formação de um *ethos* – midiaticizado (Sodré, 2010) e discursivo – próprio, ambientado pela interpelação política, religiosa e midiática, conforme recortes teóricos trazidos por autores como Cunha (2017) e Mariano (2003, 2011). Compreendendo a historicidade e controle eminentes na construção social da realidade, procuramos analisar como a atual manifestação de Feliciano em suas mídias sociais aciona discursos de controle sobre condutas privadas. Especificamos nosso olhar em torno do canal do *YouTube* e da *#ANossaFamíliaMereceRespeito* por verificarmos uma campanha empregada pelo pastor e deputado federal em que pedia o compartilhamento dos vídeos com a *hashtag* – mensagem que também era fixada em seus outros canais nas redes. A centralidade assumida por Feliciano nesses vídeos é o que nos leva ao recorte empírico: a proximidade com o público e a linguagem informal acerca de eventos recentes desloca o ator para uma situação de comunicação específica (CHARAUDEAU, 2007), em que se verificam marcas discursivas religiosas, políticas e midiáticas em interpelação. Dessa forma, a análise do discurso compõe nossa metodologia a partir da operacionalização do *ethos* e este em contato com processos construídos pela midiaticização e a situação comunicativa específica que envolve Marco Feliciano. Como resultado desta pesquisa, é possível identificar o processo de midiaticização como mais um elemento estruturante em transformação de eventos modernos, discursivos e culturais. Identificamos também, no momento político atual, sobretudo a partir da prática de deputados como Marco Feliciano, um cenário complexo em que os regimes democráticos liberais, associados às lógicas midiaticizadas e modernizantes, constroem dialeticamente com indivíduos e instituições, novos discursos de controle e vigilância de corpos e comportamentos.

Palavras-chave: Biopolítica. *Ethos*. Marco Feliciano. Midiaticização. Religião.



## ABSTRACT

### THE MEDIATIZED *ETHOS* OF MARCO FELICIANO: NA ANALYSIS OF THE INSTITUTIONAL FORMATION OF SPEECHS ON THE CONTROL OF THE PRIVATE *ETHOS*

AUTHOR: Marina Martinuzzi Castilho

ADVISOR: Aline Roes Dalmolin

The present dissertation seeks to investigate how the mediated ethos of the pastor and federal deputy Marco Feliciano reproduces discourses on the control of the private ethos. From the media-biopolitical-religion intersection, we construct a theoretical path in order to identify the institutional dimension of the subject, based on authors such as Berguer and Luckmann (2004), Foucault (1988, 1999a) and Duarte (2005). By characterizing religious and political institutional brands in the perspective of modern and ongoing transformations in Western society, we perceive structural attention to private conduct and, above all, to human sexuality. In the pretension of highlighting the presence and discursive performance of this social actor, we describe its relations and movements according to the formation of an *ethos* - mediated (Sodré, 2010) and discursive – own, acclimated by political, religious and mediatic interpellation. Understanding the eminent historicity and control in the social construction of reality, we try to analyze how the present manifestation of Feliciano in his social media triggers discourses of control over private conduct. We specified our look around the YouTube channel and #OurFamilyDeserveRespect for verifying a campaign used by the pastor and federal deputy in which he asked to share the videos with the hashtag - a message that was also fixed in his other channels in the networks. The centrality assumed by Feliciano in these videos is what leads us to the empirical cut: proximity to the public and informal language about recent events moves the actor to a specific communication situation (CHARAUDEAU, 2007), where religious, political and media discourse in interpellation. Thus, the analysis of the discourse composes our methodology from the operationalization of the ethos and this in contact with processes constructed by the mediatization and the specific communicative situation that involves Marco Feliciano. As a result of this research, it is possible to identify the process of mediatization as another structuring element in the transformation of modern, discursive and cultural events. We also identify in the current political moment, especially from the practice of deputies such as Marco Feliciano, a complex scenario in which liberal democratic regimes, associated with mediated and modernizing logics, dialectically construct with individuals and institutions, new discourses of control and surveillance of bodies and behaviors.

Keywords: Biopolitics. *Ethos*. Marco Feliciano. Mediatization. Religion.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Protocolo de Análise em midiatização: arranjos “tentativos” do dispositivo da sexualidade.....	87
Figura 2 – Página oficial do pastor e deputado federal Marco Feliciano.....	100
Figura 3 – Redirecionamento de compra do livro mais recente lançado pelo pastor.....	101
Figura 4 – “História” de Marco Feliciano traçando alguns marcos pessoais e profissionais de sua vida.....	102
Figura 5 – Passagem bíblica compartilhada em convergência nas mídias sociais do pastor..	103
Figura 6 – Mensagem pessoal de Feliciano com as indicações imperativas.....	104
Figura 7 – A influência divina caracterizada na figura do pastor Feliciano.....	104
Figura 8 – Imagem divulgando a ação Faceculto.....	105
Figura 9 – Ação promocional divulgada pela página oficial de Feliciano.....	106
Figura 10 – Homenagem de Marco Feliciano à sua mãe.....	108
Figura 11 – Feliciano “respondendo” ao público, novamente, demonstrando uma homenagem a sua família.....	108
Figura 12 – Convergência de texto divulgado, originalmente, no canal <i>PlenoNews</i> .....	109
Figura 13 – Compartilhamento de <i>tweet</i> publicado em sua conta oficial no <i>Twitter</i> .....	110
Figura 14 – Publicação com divulgação de vídeo no canal oficial do pastor no <i>YouTube</i> .....	110
Figura 15 – Edição de vídeo feita após uma fala de Marco Feliciano em uma entrevista, anunciando que em 2018 o ex-presidente Lula estaria preso.....	111
Figura 16 – Publicação de uma “brincadeira” na rede social.....	111
Figura 17 – Convocação do pastor para seus cultos em forma de “Agenda”.....	112
Figura 18 – Expressão acerca da necessidade de “cura” do país.....	114
Figura 19 – A vigilância sobre “os filhos”.....	114
Figura 20 – Notícia sobre as manifestações na Argentina em favor da legalização do aborto.....	115
Figura 21 – Em contato com o público, o pastor ressalta a prática religiosa.....	115
Figura 22 – Comentários acerca do cotidiano político como parlamentar.....	116
Figura 23 – Passagem bíblica compartilhada em convergência nas redes sociais.....	116
Figura 24 – Visão geral do canal de Marco Feliciano no <i>Youtube</i> .....	120
Figura 25 – Listas de reprodução do canal de Marco Feliciano.....	121
Figura 26 – Canal oficial das pregações do pastor Feliciano.....	122
Figura 27 – Esquema metodológico baseado na Análise do Discurso.....	136



## LISTA DE ABREVIATURAS

ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
Ass.D.	Assembleia(s) de Deus
CCJC	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
CCTCI	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
CDHM	Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados
CGADB	Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil
CREDN	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
CSH	Ciências Sociais e Humanas
DIAP	Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
FPE	Frente Parlamentar Evangélica
GGB	Grupo Gay da Bahia
GMUH	Gideões Missionário da Última Hora
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
MBL	Movimento Brasil Livre
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PECs	Propostas de Emenda à Constituição
PEN	Partido Ecológico Nacional
PL	Projeto de Lei
PODE	Partido Podemos
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
STF	Supremo Tribunal Federal
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação
UNB	Universidade de Brasília



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	15
1.1 A CONCEITUAÇÃO DE “ <i>ETHOS</i> ”.....	26
1.2 OS PERCURSOS TEÓRICOS, EMPÍRICOS E METODOLÓGICOS DA INVESTIGAÇÃO.....	28
<b>2 O MOVIMENTO NEOPENTECOSTAL EM CONTATO COM A POLÍTICA E A COMUNICAÇÃO</b> .....	33
2.1 NOTAS SOBRE O PENTECOSTALISMO.....	34
2.2 CONCORRÊNCIA RELIGIOSA E ASCENSÃO PENTECOSTAL.....	36
2.3 O (NEO)PENTECOSTALISMO BRASILEIRO ENTRE A TEOLOGIA E AS LÓGICAS DE MERCADO.....	39
2.4 MOVIMENTO NEOPENTECOSTAL EM RELAÇÕES POLÍTICAS.....	46
2.4.1 O ativismo político neopentecostal.....	52
2.5 MARCO FELICIANO: DA CELEBRIDADE GOSPEL AO CARGO PARLAMENTAR.....	53
<b>3 A CONSTITUIÇÃO (BIO)POLÍTICA DO <i>ETHOS</i> PRIVADO: ESTRATÉGIAS DE CONTROLE NA ATUAÇÃO PARLAMENTAR DOS EVANGÉLICOS SOBRE AS PAUTAS LGBT</b> .....	57
3.1 DAS ORIGENS INSTITUCIONAIS À EMERGÊNCIA BIOPOLÍTICA.....	58
3.2 O <i>ETHOS</i> PRIVADO EM TRANSFORMAÇÃO E RELAÇÕES COM A RELIGIOSIDADE.....	66
3.3 O CONTROLE DOS CORPOS COMO “MOEDA” POLÍTICA.....	70
<b>4 A CONSTITUIÇÃO DO <i>ETHOS</i> MUDIATIZADO</b> .....	77
4.1 MUDIATIZAÇÃO E AS NOVAS LÓGICAS DE CONSTRUÇÃO DA REALIDADE SOCIAL.....	79
4.2 OS SENTIDOS EM CIRCUITO: RELAÇÕES ENTRE MUDIATIZAÇÃO, POLÍTICA E RELIGIÃO NA CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA.....	91
4.3 MARCO FELICIANO E AS MÍDIAS SOCIAIS: RECONHECENDO AS ESTRATÉGIAS MUDIATIZADAS.....	97
4.3.1 O <i>Facebook</i> oficial de Marco Feliciano.....	98
4.3.2 O <i>Instagram</i> oficial de Marco Feliciano.....	106
4.3.3 O <i>Twitter</i> oficial de Marco Feliciano.....	112
4.3.4 O <i>YouTube</i> de Marco Feliciano.....	118
4.3.5 Entre o púlpito, o palanque e os fenômenos mudiatizados.....	123
<b>5 A CONSTITUIÇÃO DO <i>ETHOS</i> DISCURSIVO</b> .....	127
5.1 O <i>ETHOS</i> DISCURSIVO EM CONTATO COM O <i>ETHOS</i> MUDIATIZADO.....	129
5.2 O <i>ETHOS</i> DISCURSIVO NA SITUAÇÃO DE COMUNICAÇÃO.....	132
5.2.1 Análise discursiva dos vídeos da #ANossaFamíliaMereceRespeito no <i>YouTube</i> ...140	
5.3 O <i>ETHOS</i> MUDIATIZADO DE MARCO FELICIANO: DO PÚLPITO AO PALANQUE EM INFERÊNCIAS DISCURSIVAS.....	155
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	159
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	163
<b>ANEXO A – TRANSCRIÇÕES DOS AUDIOVISUAIS ANALISADOS NO <i>CORPUS</i></b> .....	169





## 1 INTRODUÇÃO

O atual contexto político brasileiro vive a consolidação de uma agenda ultraconservadora, contemplada nas últimas eleições realizadas no ano de 2018. As marcas de ações e posicionamentos conservadores, no entanto, vêm se destacando no país desde a segunda década do século 21, demonstrando uma acirrada disputa de interesses a ser observada em níveis institucionais que suportam o nosso Estado Democrático de Direito, estabelecido pela Constituição Federal de 1988 (também conhecida como “Constituição Cidadã”).

O decurso de importantes acontecimentos verificados nas esferas política, midiática e religiosa, ainda no ano de 2013, nos apresenta uma interseção de olhares propositivos para uma pesquisa desenvolvida no campo das Ciências Sociais e Humanas (CSH). De lá para cá, vivenciamos o segundo processo de *impeachment* de um presidente eleito desde a redemocratização, destacando operações de atores e grupos sociais específicos que contribuíram para uma polarização política extrema da realidade em que nos encontramos. Esse ano também foi reconhecido como um dos períodos recentes mais intensos de mobilização política e protestos de rua realizados a nível nacional.

Nessa época, as manifestações populares que pressionavam o governo da cidade de São Paulo para barrar o aumento da tarifa do transporte público acabaram recebendo uma adesão social extremamente difusa e ampla, em que diversos setores sociais foram às ruas reivindicar uma série de insatisfações com a situação política e econômica do país. A partir da midiaticização desses eventos, percebemos rapidamente uma unificação de “pautas” em torno do sentimento coletivo de indignação com os casos de corrupção envolvendo agentes e instituições federais, do descontentamento com o desvio de verbas públicas, enquanto os setores básicos da saúde, educação e transporte público, por exemplo, demonstravam precariedade pelos quatro cantos do país.

As chamadas “jornadas de junho” marcaram importantes acontecimentos a nível social e político, desencadeando também um complexo cenário de conflitos institucionais, políticos e culturais em torno de projetos de governo para “tirar o Brasil da crise”. Assim, também em decorrência desse cenário, no pleito eleitoral de 2014, o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) verificou que, desde o período da ditadura civil-militar, não se

constituía um Congresso Nacional tão conservador<sup>1</sup> no país. Portanto, afirmamos, desde já, o interesse deste trabalho em explorar algumas leituras que colocam em contato três grandes regiões socioinstitucionais e culturais presentes em nosso cotidiano: a mídia, a política e a religião. Ao compreendermos a complexidade experimentada por transformações modernas que incidem em eventos contemporâneos, instiga-nos algumas questões centrais observadas na construção dialética da realidade brasileira.

Seguindo as observações latentes, percebemos uma ascensão global<sup>2</sup> de grupos considerados da “extrema direita” em diversas partes do mundo, especialmente em nações que desempenham função central na manutenção do modelo neoliberal de economia, como Alemanha, Estados Unidos e França. Para o professor de relações internacionais, Carlos Gustavo Poggio Teixeira, três razões principais convergem para este movimento e se complementam em suas presenças: o desaparecimento de “[...] empregos que exigem menos grau de instrução [...]” em função das transformações da própria ordem econômica; o processo de transição demográfica intensificado nesses países como consequência da “[...] baixa taxa de natalidade combinada com altos índices de imigração”; e a ascensão das redes sociais e novas maneiras de produção e consumo de informação, permitindo “[...] a difusão de ideias que de outra forma seriam bloqueadas pelos canais de comunicação tradicionais.” (TEIXEIRA, 2017, online).

Esse comentário insere os primeiros passos que pretendemos dar ao formular conceitualmente o desenvolvimento das instituições sociais ainda no Estado moderno. Intuímos, assim, apresentar uma série de atividades – institucionalizadas – que continuam presentes e demarcadas em nossa experiência diária, seja de forma estrutural ou de caráter cotidiano, subjetivo. O estudo aqui proposto investe relevância às ocorrências de nível individual e coletivo, buscando encontrar imbricamentos capazes de elaborar traços e evidências acerca de movimentos políticos, religiosos e midiáticos em curso no Brasil hoje.

Ancorando-nos na pesquisa de Cunha (2017, p. 99, grifo nosso), enxergamos que a segunda metade do século 21 é marcada por um neoconservadorismo, principalmente protagonizado por lideranças evangélicas e a forma como são apresentadas:

[...] modernas, pertencentes aos novos tempos, em que a religião tem como aliados o mercado, as mídias e as tecnologias (em afinidade com o liberalismo econômico contemporâneo), sem deixar de se afirmar como defensoras de conteúdos

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964-afirma-diap,1572528>>. Acesso em: 15 out. 2016.

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/entrevista/2017/09/29/Por-que-a-extrema-direita-cresce-no-mundo-segundo-este-estudioso>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

conservadores, em especial, no que dizem respeito à *rigidez moral e ao controle dos corpos*.

Para a autora, essa dinâmica também emerge enquanto reação a transformações socioculturais ocorridas no país, especificamente com relação a conquistas no âmbito dos direitos humanos e de gênero<sup>3</sup>. Convergindo para essa leitura, a mais recente pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) sobre a religião declarada (ou não) da população brasileira revelou o aumento de 61% no número de pessoas consideradas seguidoras da religião evangélica. O período analisado foi de 2000 a 2010 – recorte temporal também trazido por Cunha (2017) a respeito do neoconservadorismo latente. Adiante, explicitaremos algumas produções científicas em torno dos resultados desse censo, que nos apresentam importantes pontos relacionados entre as regiões aqui investigadas.

A partir desta visível polarização que tomou conta das opiniões públicas e pessoais sobre escândalos políticos envolvendo parlamentares, partidos e organizações empresariais em esquemas de corrupção, percebemos como as discussões reverberam-se, cada vez mais, entre as redes sociais digitais. Destacamos esse olhar, uma vez que relacionamos uma série de fatos precedentes aos anos de 2018 e 2019, em influência direta na eleição do atual presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL), assim como nos resultados do pleito para os outros cargos em disputa, em nível executivo e legislativo.

A título introdutório, elencamos duas reportagens<sup>4</sup> com entrevistas de especialistas em ciência política e pesquisadores da área para comentar algumas das implicações deste processo tão recente e em desenvolvimento na nossa sociedade. No intuito de compilar tais análises, verificamos a incidência do discurso “antipetista” no centro da problemática atrelada à corrupção e desmoralização das instituições sociais brasileiras (OLIVEIRA, 2018). Para as pesquisadoras Mesquita e Freitas (2018), conforme apontam em uma das matérias, os acontecimentos mobilizados pela Operação Lava Jato revelam uma série de conflitos entre as três esferas (legislativa, executiva e judiciária) do sistema democrático, aumentando o sentimento de “medo” da população frente às duas candidaturas presidenciais mais bem

---

<sup>3</sup> Em seu livro, Cunha (2017) detalha uma série de propostas e textos legislativos que demarcam lutas feministas e da população LGBT em defesa da igualdade de gênero e da diversidade sexual, buscando o fim da violência contra setores historicamente chamados de “minorias”. Para mais detalhes, consultar a obra da autora “Do púlpito às mídias sociais: evangélicos na política e ativismo digital”, mais especificamente da página 87 até a página 157.

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/eleicoes-2018-cinco-fatos-que-provam-que-brasil-vai-as-urnas-para-disputa-sem-precedentes,17ce2ca5f9da83a303daefedba32a95emz8hyxz5.html>> e <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/583456-eleicoes-2018-a-radicalizacao-da-polarizacao-politica-no-brasil-algumas-analises-entrevistas-especiais>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

colocadas nas pesquisas de opinião em 2018. Atrás de Jair Bolsonaro nas intenções de voto, estava o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Fernando Haddad.

O acirramento entre as campanhas eleitorais e as propostas de governo tomou novas proporções frente a um descontentamento generalizado pelas constantes denúncias de atos ilícitos e criminais protagonizados por agentes e instituições do Estado. O desvio de verbas públicas em benefício a interesses específicos de alguns setores movimentou (e movimentou) intensamente a agenda política brasileira. Conforme mencionamos, o ano de 2013 configurou-se como um “divisor de águas” para o cenário político-social, deslocando atores e forças conservadoras a construírem uma extrema oposição ao mandato da ex-presidenta Dilma Rouseff (PT). Com a conquista do *impeachment*, em 2016, Michel Temer, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), assumiu a presidência e corroborou para a aprovação de diversas medidas comprometidas com o neoliberalismo econômico, mesmo também sendo “alvo” de investigações criminais.

Essas atividades e descompassos na política institucional, como conhecemos, ganharam uma abrangência singular impulsionada pela centralidade que as mídias sociais obtiveram nesses processos, fato também constatado na leitura das matérias elencadas acima. O deslocamento dos debates públicos para esses espaços digitais está intimamente ligado à divulgação em massa das chamadas “*fake news*” ou “notícias falsas”. Como aponta a professora Luciana Veiga em uma das reportagens, entre 2014 e 2018 houve um aumento de cerca de 100 milhões de usuários brasileiros na rede *WhatsApp*, que também se tornou um dos principais meios de comunicação da campanha eleitoral do atual presidente, delineando novas estratégias de contato e interação com seus apoiadores e eleitores.

Verificamos, então, a intensidade com que as opiniões têm ganhado palco nessas redes sociais – além do *WhatsApp*, destacamos *Facebook*, *Twitter*, *Instagram* e *YouTube* –, expressando um complexo e novo formato em nossas perspectivas de compreender eventos tão contemporâneos. Ao enxergamos a importância dessas relações na efetivação de ações políticas e institucionais, delineamos alguns percursos de nossa pesquisa. Matérias e rumores surgidos antes das eleições de 2018 colocaram em evidência um projeto elaborado por lideranças evangélicas: de conquistarem mais espaço representativo nos âmbitos legislativo federal e estadual<sup>5</sup>. Por outro lado, sabemos que a presença desses atores nas disputas eleitorais não é tão recente.

---

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/01/1951330-evangelicos-querem-estrela-gospel-e-filho-de-bolsonaro-para-senado.shtml>>. Acesso em: 10 mar. 2018. Disponível em:

Desde o início das articulações para a formação da Assembleia Constituinte em 1986, os interesses do grupo evangélico começaram a aparecer na esfera política. Naquela época, o número de deputados federais eleitos chegou a 33, o que garantiu a posição de quarta maior bancada daquele Parlamento (MAIA, 2006). Dessa forma, sabemos que há 30 anos o setor pentecostal negocia recursos e apoios institucionais com as demais representações políticas. Ao perceber essa historicidade, reconhecemos também que a ascensão de correntes evangélicas no espaço público brasileiro está diretamente relacionada a um processo comunicacional, seja nos períodos<sup>6</sup> de radiodifusão e teledifusão, seja na crescente disseminação da internet por todas as camadas sociais. Este ponto é igualmente protagonista em nosso estudo: entender o processo de midiaticização enquanto central nas comunicações de nível público e privado, formulando nuances dessas relações midiaticizadas em nossa experiência cotidiana.

A essa visão, permitimos intercalar conceitos e teorias de outros campos das CSH (como a sociologia e a antropologia), mas não deixamos de explorar o caráter essencial da mídia e das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) em mudanças ocorridas no último século – proporcionando disputas ideológicas, políticas e culturais sobre diversos temas, como a igualdade de gênero e a defesa dos direitos jurídico-civis para pessoas LGBT. Ao utilizarmos a sigla LGBT expressa por Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais nos referimos à manifestação mais utilizada<sup>7</sup> entre os próprios atores e grupos (institucionalizados ou não) do movimento ativista no Brasil. No entanto, também compreendemos e nos apoiamos na constante luta inclusiva que outros indivíduos e segmentos imprimem ao reivindicar suas identidades de gênero e orientações sexuais nesta “abreviatura”, que também faz referência a ações políticas e sociais.

Relembramos, nesta altura, algumas das propostas discutidas e votadas nos últimos 15 anos no Congresso Nacional: PL 122/2006 – versa sobre a criminalização da homofobia; PL 6583/2013 – dispõe sobre o Estatuto da Família; PL 478/2007 – dispõe sobre o Estatuto do

---

<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/03/potencial-vice-de-bolsonaro-magno-malta-quer-multiplicar-bancada-religiosa.shtml>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

<sup>6</sup> Destacamos essas nomenclaturas a partir da chegada e do crescimento dos aparelhos de rádio e televisão na sociedade brasileira. Essa ascensão foi incentivada pelos governos federais de maneira econômica para a expansão da compra desses aparelhos, assim como possibilitou a criação de legislação específica sobre a concessão de canais de rádio e televisão por empresas e setores públicos. Para informações e dados específicos concernentes a essas regulamentações e características do período, recomendamos a leitura do artigo “A evolução da legislação brasileira na regulamentação da radiodifusão”. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/32975/a-evolucao-da-legislacao-brasileira-na-regulamentacao-da-radiodifusao>>. Acesso em: 2 fev. 2019.

<sup>7</sup> Destacamos a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Disponível em: <<https://www.abglt.org>> Acesso em: 2 fev. 2019.

Nascituro<sup>8</sup>. O primeiro deles pretendia definir os “[...] crimes resultantes de discriminação ou preconceito de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero [...]”, estabelecendo as tipificações e delimitando as responsabilidades do ato e dos agentes. O segundo projeto buscava instituir providências a fim de legitimar a “[...] entidade familiar como núcleo social a partir da união entre homem e mulher, por meio do casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes [...]”, delimitando também obrigações do Estado, da sociedade e do Poder Público em todos os níveis para assegurar a efetivação de direitos desta entidade familiar. Já a terceira proposta intuía dispor “[...] proteção integral ao nascituro [...]”, compreendido como “[...] o ser humano concebido, mas ainda não nascido.”.

Mesmo não aprofundando os detalhes de cada proposição legislativa, sabemos que em torno delas também se evidenciaram múltiplos protestos e discussões nas mídias sociais. Os embates centralizavam-se, justamente, nas questões do controle dos corpos e da rigidez moral, apontadas por Cunha (2017). Ao deliberar um Estatuto da Família<sup>9</sup> sobre o molde redigido, restringem-se as formações familiares entre pessoas do mesmo sexo, além de aprofundar as desigualdades provindas da heteronormatividade reconhecida em nosso mundo ocidental. Acerca do debate<sup>10</sup> da criminalização da homofobia, percebemos mais uma tentativa do movimento LGBT em receber amparos legais e jurídicos contra as violências sofridas pela “simples” expressão de suas orientações e identidades sexuais e de gênero. Finalmente, a discussão do Estatuto do Nascituro reaviva um debate bastante antigo em nossa sociedade: ao falar da “vida em sua concepção”, os grupos que a defendem acabam negligenciando<sup>11</sup> uma situação real de desamparo e violência que centenas de mulheres enfrentam ao tentar interromper uma gravidez indesejada.

Notamos, de maneira geral, o interesse em deliberação de matérias que colocam em conflito os interesses de grupos cristãos e movimentos em defesa dos direitos das mulheres e

---

<sup>8</sup> Situação dos projetos apresentados, respectivamente, disponíveis em:

<<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/79604>>,

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=597005>>

e

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=345103>>. Acesso em: 2 jul. 2018.

<sup>9</sup> Projeto de lei na íntegra. Disponível em:

<[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1159761](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1159761)> Acesso em: 5 fev. 2019.

<sup>10</sup> Projeto de lei na íntegra. Disponível em:

<<http://www.senado.gov.br/noticias/opiniaopublica/pdf/PLC122.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2019. Artigo de opinião “O substitutivo ao PLC 122 e a mobilização pela criminalização da homofobia”, disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/artigos-e-boletins/artigos/o-substitutivo-ao-plc-122-e-mobilizacao-pela-criminalizacao-da-homofobia>>. Acesso em: 5 fev. 2019.

<sup>11</sup> Disponível em: <[https://www.huffpostbrasil.com/2018/07/31/aborto-no-brasil-como-os-numeros-sobre-abortos-legais-e-clandestinos-contribuem-no-debate-da-descriminalizacao\\_a\\_23486575/](https://www.huffpostbrasil.com/2018/07/31/aborto-no-brasil-como-os-numeros-sobre-abortos-legais-e-clandestinos-contribuem-no-debate-da-descriminalizacao_a_23486575/)>. Acesso em: 5 fev. 2018.

da população LGBT, novamente reforçando as observações de Cunha (2017). A partir de recentes levantamentos realizados por linhas e projetos de pesquisa, verificamos uma pluralidade de estudos que investigam o comportamento de lideranças religiosas no campo político, expondo questões importantes que remetem à incessante disputa pela conquista de direitos e reconhecimento social legitimados pelo Estado, seus representantes e suas instituições.

Outra questão importante desse contexto, também tratada pela pesquisadora Magali Cunha (2017), diz respeito a uma maior aproximação de parlamentares católicos e evangélicos. De acordo com a autora, essas modificações também são consequências da articulação político-institucional envolvida na defesa de valores cristãos, na tentativa de consolidar os interesses deste setor “mais amplo” que teria outros “inimigos” em comum na esfera democrática. As atuações políticas que antes se mostravam mais heterogêneas entre disputas próprias do campo religioso, hoje se mostram afetadas por outras preferências de nível político e pela proteção de valores bíblicos permitindo, assim, uma homogeneidade sob a luz de um “projeto cristão” para o Brasil.

Além dessas movimentações, também é notório como a presença e visibilidade de atores evangélicos vêm crescendo nas esferas dos poderes democráticos<sup>12</sup>. Em entrevista<sup>13</sup> para a Folha de S.Paulo, a também pesquisadora Christina Vital comenta sobre a ascensão do setor evangélico, que teria a real intenção de chegar à Presidência da República para, assim, conquistar a indicação de ministros para o Supremo Tribunal Federal (STF) – tomando lugar na principal instância de deliberação jurídica do país. Lembramos que, em 2014, o Partido Social Cristão (PSC) lançou candidatura própria para o cargo da presidência (pastor Everaldo)<sup>14</sup>.

Essas nuances, quando identificadas no âmbito legislativo, apresentam estratégias e mobilizações de setores religiosos na articulação de projetos de leis específicos, apontando horizontes de análise para nossa interpretação sobre tais eventos. Assim, o foco de nossa observação concentra-se na atuação de representantes políticos evangélicos nesse ambiente descrito. Junto a isso, a percepção de uma sociedade em vias de midiaticização, mostra-nos um

---

<sup>12</sup> Sobre isso, podemos citar a eleição de Marcelo Crivella para a prefeitura do Rio de Janeiro em 2016, além da própria candidatura de Jair Bolsonaro, batizado em 2016 por um pastor evangélico. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/a-força-dos-evangélicos-na-eleição/a-45632150>>. Acesso em: 17 jan. 2019.

<sup>13</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/10/1827942-estrategia-evangelica-e-ocupar-o-executivo-para-chegar-ao-judiciario-diz-pesquisadora.shtml>>. Acesso em: 2 jul. 2017.

<sup>14</sup> Pastor da Assembleia de Deus e presidente do PSC. Na disputa eleitoral em 2014, ficou em 5º lugar dentre as 10 candidaturas oficiais em disputa pelo cargo da presidência. Everaldo Dias Pereira também é empresário e candidatou-se ao cargo de Senador nas eleições de 2018, porém não obteve resultado positivo.

leque de possibilidades para enxergar esses fenômenos políticos e culturais. Oferece-nos, ainda, um olhar possível de tensionar elementos da modernidade na constituição dos sujeitos e das instituições sociais, que desenvolvem transformações de práticas discursivas e atuantes na contemporaneidade: esse entendimento é central para nossas conceituações.

Chegamos, então, ao tema desta pesquisa, que consiste em analisar a formação institucional de discursos de controle sobre os corpos e condutas privadas, salientando essa atuação discursiva na ambiência midiaticizada. Para tanto, ressaltamos uma profunda relação existente entre os campos religioso, político e midiático na construção da sociedade ocidental e brasileira. Como delimitação do estudo, apresentamos a atuação do pastor e deputado federal Marco Feliciano, uma liderança evangélica bastante conhecida entre canais de mídia e espaços de deliberação política. Passamos, agora, a uma breve descrição de nosso objeto de estudo.

Marco Antônio Feliciano foi reeleito deputado federal em 2018, assumindo seu terceiro mandato parlamentar, além disso, atuou como figura central do PSC até o início do mesmo ano, quando filiou-se ao partido PODEMOS (PODE), em março. Ainda em 2014, reelegeu-se com quase 400 mil votos<sup>15</sup>, alcançando o lugar de 3º deputado federal mais votado na cidade de São Paulo, além de expandir em quase 187 mil votos comparado ao desempenho em 2010<sup>16</sup>. Na primeira reeleição, que garantiu o trabalho do pastor na atual 55ª legislatura da Câmara dos Deputados, Feliciano também ficou entre os cinco parlamentares mais votados em todo o país<sup>17</sup>. Dentro da Frente Parlamentar Evangélica (FPE)<sup>18</sup>, criada em 2003, o pastor vem demarcando uma expressiva força política – estrategicamente elaborada sob um discurso cristão “ampliado” –, conforme indicaremos nas seguintes investidas teórico-empíricas.

Protagonista de afirmações e atitudes polêmicas, Feliciano posiciona-se abertamente a favor da “cura gay” por meio de conversão religiosa e, no contexto trazido, apresenta-se como um influente político conservador nas mídias sociais digitais. Em 2013, o pastor foi eleito e nomeado para assumir a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara Federal, episódio que o levou aos holofotes da mídia e canais de imprensa, além de gerar protestos a nível nacional, chegando às ruas de diversas capitais do país. De maneira

---

<sup>15</sup> Disponível em: <<http://www.eleicoes2014.com.br/marco-feliciano/>>. Acesso em: 10 out. 2016.

<sup>16</sup> Disponível em: <<http://bit.ly/2f8UuMv>>. Acesso em: 10 out. 2016.

<sup>17</sup> Disponível em: <<https://noticias.gospelmais.com.br/400-mil-votos-marco-feliciano-reeleito-deputado-federal-71685.html>>. Acesso em: 2 jul. 2018.

<sup>18</sup> Atualmente, a FPE conta com 204 representantes políticos entre Deputados e Senadores. Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=53658>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

resumida, recuperamos alguns casos em torno da figura do pastor e deputado, no sentido de demonstrar nossas justificativas e ancorar determinadas perspectivas da investigação.

Quando proposto para assumir a CDHM, tanto Feliciano quanto seu partido na época, o PSC, reivindicavam o ineditismo de haver uma candidatura conservadora e religiosa para compor o cargo máximo desta pasta. Até esse período, a Comissão era presidida por Domingos Dutra, representante do PT. Algumas implicações sobre esse episódio e o início de uma reestruturação em apoios e coligações partidárias são detalhados por Cunha (2017). A autora expõe como certos eventos desenvolveram-se naquela época e começaram a desenhar uma explícita polarização entre os evangélicos – reunidos, principalmente, entre legendas partidárias conservadoras – e os partidos de agenda progressista.

O processo que levou o deputado à presidência da CDHM revelou uma série de opiniões consideradas contraditórias para a pessoa que – em tese – se comprometeria a deliberar acerca de pautas inclusivas de setores sociais historicamente marginalizados e, conseqüentemente, menos representados pelas políticas públicas existentes. Resgatamos, novamente, a disposição conflituosa entre os interesses dos movimentos feminista e LGBT e grupos religiosos ocupantes dessa esfera política institucional.

Complementando esse cenário às premissas expostas, reconhecemos a influência das mídias sociais nas discussões políticas, o que possibilita acionar uma espécie de “resgate” e uso de conteúdos já publicados nessas redes com a intenção de defender ou reafirmar certas opiniões compartilhadas (e midiáticas). Dessa forma, no momento da indicação de Feliciano para presidência da CDHM, além das disputas presenciais ocorridas na Câmara, recortes específicos de publicações do pastor no *Twitter* foram reapresentados a fim de expor seu discurso de caráter racista e homofóbico. Trazemos aqui, de maneira sintetizada, algumas notas<sup>19</sup> sobre o assunto: em 2011, por meio de uma justificativa bíblica, o pastor afirmou que “A maldição que Noé lança sobre seu neto, Canaã, respinga sobre o continente africano, daí a fome, pestes, doenças, guerras étnicas!”; em outra passagem, Feliciano publicou que “a podridão dos sentimentos dos homoafetivos leva ao ódio, ao crime e à rejeição”.

As disputas intrínsecas à situação mobilizaram diversos grupos da sociedade civil e de instâncias políticas formais do Estado Democrático brasileiro. A campanha intitulada “Marco Feliciano não me representa” tomou conta do ambiente midiático e obteve expressões nas ruas. Milhares de pessoas, em suas múltiplas identificações (cristãs, homossexuais,

---

<sup>19</sup> Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/pastor-marco-feliciano-e-eleito-para-presidir-comissao-de-direitos-humanos>> e <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/03/marco-feliciano-e-eleito-presidente-da-comissao-de-direitos-humanos.html>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

jornalistas, mulheres, etc), passaram a publicar fotos e comentários ao compartilharem a frase, que também caracterizou a #FelicianoNãoMeRepresenta.

Apesar dos esforços e dos trâmites internos realizados por políticos contrários a essa promoção do pastor, o PSC, com o apoio de outros partidos de base conservadora, conseguiu eleger Feliciano numa sessão majoritariamente composta por membros da bancada evangélica<sup>20</sup>. Essa situação manifesta importantes aspectos da conjuntura política brasileira, sobretudo ao dar visibilidade ao grupo evangélico e aos trabalhos desse setor em compor uma Comissão que, historicamente, atua para manutenção de políticas e direitos àquelas “minorias”.

Embora nossos esforços não se concentrem em detalhar tais episódios, cabe-nos descrever alguns movimentos a fim de trazer nossa problemática central de estudo, assim como os objetivos. De 2013 até agora, Marco Feliciano foi protagonista de mais uma polêmica<sup>21</sup> amplamente repercutida em veículos de mídia: a acusação da jornalista Patrícia Lélis, feita em 2016, que denunciava o deputado e seu assessor, Talma Bauer, por abuso sexual, compra de silêncio e tentativa de cárcere privado. Depois de áudios e vídeos revelados, algumas informações permaneceram desconhecidas, mas apontaram para uma negociação financeira ocorrida entre a assessoria do parlamentar e a jornalista que, na época, também era filiada ao PSC e trabalhava, inclusive, em algumas ações do mandato do pastor. No final do inquérito, a polícia e o Ministério Público do Distrito Federal arquivaram o caso e julgaram como caluniosos os depoimentos de Lélis.

Nossa retomada a essas ocorrências tem o intuito de mapear alguns dados que nos movem na direção de caracterizar a presença – e atuação – de Marco Feliciano no contato com a mídia, assumindo lógicas próprias desse campo<sup>22</sup>. Essa pretensão, ainda genérica a títulos introdutórios, embasa nosso percurso na busca de analisar o *ethos* midiático deste sujeito social. Ao olharmos para tais episódios, constatamos sinais de interpelação entre os campos midiático, político e religioso – principais regiões em que localizamos esta pesquisa.

A esta altura, salientamos a inquietação pessoal, que igualmente motiva nossa investigação: estudar a interseção dessas três instâncias, apontando concepções históricas e conflitos seculares que envolvem instituições sociais presentes na sociedade ocidental desde a

---

<sup>20</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/03/1244846-deputados-questionam-no-stf-eleicao-de-feliciano-em-comissao-da-camara.shtml>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

<sup>21</sup> Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/processo-em-que-marco-feliciano-era-acusado-de-tentativa-de-estupro-arquivado-23303307>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

<sup>22</sup> Esta ressalva é feita no sentido de justificar que nossa investigação não explora o conceito de “campo” (BOURDIEU, 1989; RODRIGUES, 2001). Abordamos, por outro lado, leituras de perspectiva institucional e cultural, pretendendo acionar o conceito de “*ethos*” enquanto expressão e manifestação das relações existentes entre as três esferas observadas.

consolidação do Estado moderno. O viés comunicacional abordado a partir do processo de midiática também instiga o entendimento de intensas e aceleradas mudanças experimentadas hoje, no contato diário com novas lógicas de produção (e compartilhamento) de opiniões e informações, em geral. O olhar em torno dessas instituições (aqui também compreendidas enquanto regiões de sentidos e lógicas próprias) demonstra molduras realizadas pelas entranhas da disputa de poder. Além disso, permite-nos enxergar a potência dos discursos midiaticizados e de que forma seus sentidos circulam a partir de estratégias específicas no espaço público.

Este trabalho, portanto, tem o objetivo geral de analisar como o *ethos* midiaticizado de Marco Feliciano atua na formação de discursos sobre o controle do *ethos* privado. Dessa forma, nosso problema de pesquisa estrutura-se em torno da pergunta: como o *ethos* midiaticizado do pastor e deputado federal Marco Feliciano movimenta discursos sobre o controle do *ethos* privado? E ainda: de que maneira as estratégias comunicacionais empregadas pelo *ethos* midiaticizado de Marco Feliciano incide em questões do âmbito privado?

Para o desenvolvimento da pesquisa, tentaremos nos aproximar das concepções de determinados grupos (e líderes) evangélicos que desempenham uma função política-representativa no Estado brasileiro, ao mesmo tempo em que mobilizam um ativismo midiático-digital em consonância às temáticas pautadas no espaço público. A provocação em torno desses assuntos evidencia questões fundamentais para compreender a atual força dos discursos políticos-religiosos-midiáticos, assim mencionados na intenção de caracterizar suas imbricações. Além disso, buscamos demonstrar como a midiática pode influenciar a defesa de interesses bem demarcados pelas instituições sociais que constroem – e ancoram – a presença de Marco Feliciano em nossa sociedade.

Neste sentido, nossos objetivos específicos consistem em:

- a) apresentar a formação de um *ethos* privado-religioso na centralidade de processos políticos contemporâneos, assim como a transformação deste a partir das influências e modificações de práticas e discursos institucionais;
- b) caracterizar as estratégias comunicacionais constitutivas do *ethos* midiaticizado do pastor e deputado federal Marco Feliciano;
- c) verificar os sentidos acionados pela #ANossaFamíliaMereceRespeito no canal oficial do *YouTube* de Marco Feliciano.

No intuito de descrever e aprofundar teoricamente a construção do espaço de fala interpelada por interdisciplinaridades que aportam os estudos em Comunicação, explicaremos, a seguir, os caminhos conceituais, teóricos e metodológicos que embasam esta pesquisa.

### 1.1 A CONCEITUAÇÃO DE “*ETHOS*”

Ao falarmos do conceito de *ethos*, compreendendo que ele perpassa por toda nossa reflexão e observação empírica, é importante situarmos de onde vem nossas referências para construirmos essa discussão. O termo “*ethos*” é originário das contribuições aristotélicas na obra “Retórica” (384-322 a.C.), em que o filósofo grego também apresenta os conceitos de “*logos*” e “*pathos*” no intuito de demonstrar a eficácia de um discurso (RODRIGUES, 2008). Numa longa e profunda elaboração acerca das razões e emoções constitutivas do ato discursivo, Aristóteles articula essas instâncias no sentido de observar as qualidades do orador – e de sua oratória – no momento em que se expressa ao(s) ouvinte(s) (ARISTÓTELES, a.C. apud RODRIGUES, 2008).

Resumidamente, trazemos para nossa leitura a definição dessas três principais categorias, adentrando, em seguida, aos pontos específicos que destacam a formulação conceitual de *ethos* que buscamos explorar em nossa investigação. Já com algumas sínteses realizadas, retomamos uma descrição primária em que temos: *ethos* enquanto uma prova de caráter [o orador]; *pathos* como a instância emotiva sentida no ato discursivo, e *logos* na qualidade de inferência ao discurso em si (RODRIGUES, 2008). Essas dimensões fundamentam, em princípio, a capacidade de persuasão intrínseca ao ato discursivo, desenhando a importância dada às enunciações desde os mais remotos tempos da sociedade ocidental. Nossa ressalva para alguns termos conversa com a intenção de encarar o discurso como um elemento transversal em nossas análises e revisões de literatura - aprofundadas adiante.

Avançando em nossas proposições, ressaltamos um largo campo de estudos que pretende, a partir desses conceitos, investigar as práticas discursivas e suas relações com múltiplos contextos e atores sociais. Dessa forma, nos concentramos em leituras que delineiam melhor o percurso investigativo para respondermos as indagações referidas. Ao lembrarmos o problema central da pesquisa, temos pontos que se articulam à última exposição, enquanto outros carecem de uma atualização a partir, também, de nossa observação empírica.

A fim de chegarmos a uma caracterização acerca do *ethos* midiaticizado do pastor e deputado federal Marco Feliciano, novamente trazemos notas sobre esse conceito e, conseqüentemente, uma distinção do marco teórico. Em convergência à vasta possibilidade de explorar os apontamentos da retórica, o “*ethos*” é utilizado em diferentes tipos de expressões e, nas palavras do sociólogo Sodré (2010, p. 45, grifo nosso), constitui “[...] a consciência atuante e objetivada de um grupo social – onde se manifesta a compreensão histórica do sentido da existência, onde têm lugar as interpretações simbólicas do mundo – e, portanto, a *instância de regulação das identidades individuais e coletivas*.”.

Outro estudo que se apresenta promissor nesta articulação é o da autora<sup>23</sup> Rodrigues (2008), no qual encontramos diálogos entre as primeiras noções de *ethos* e tensionamentos com as experiências social e discursiva. A título de concentrar os pressupostos que nos movem, ressaltamos a relação do *ethos* com as interações sociais e simbólicas existentes em determinados contextos ou situações comunicativas, destacando também os aspectos histórico-culturais existentes – e preexistentes – em tal comunicação. Essas formulações nos garantem um olhar dialético acerca dos significados e sentidos construídos em um ato discursivo, bem como direções de interpretação ancoradas em elementos não só discursivos, mas na amplitude de questões que envolvem as relações sociais.

Temos, então, o conceito de *ethos* expandido de sua formulação inicial, reconhecendo as contribuições modernas que atrelam esta dimensão a uma experiência mais complexa do que uma prática persuasiva colocada em discurso para ouvinte(s). Ao tratarmos dessas leituras e investigações, compreendemos que o *ethos* desenha-se sob várias ações humanas que, por sua vez, estão em formação e contato com uma multiplicidade de elementos sociais – individuais e coletivos. Essa perspectiva sociológica acompanha-nos, principalmente, no sentido de assimilar transformações recorrentes das esferas políticas e culturais, o que necessariamente perpassa pelas mudanças discursivas, conforme veremos ao longo da construção teórica de nosso estudo.

Ao voltarmos ao objeto de investigação da pesquisa, percebemos como Marco Feliciano passa a modificar sua atuação nas mídias sociais digitais a partir de 2013, igualmente favorecendo uma ascensão de sua visibilidade em toda esfera midiática. Paralelo a esse crescimento, nos preocupamos em observar como se estabelece o atual contato de Feliciano com o público por meio dessas redes. Nossas escolhas partem de conteúdos

---

<sup>23</sup> Em seu texto, a autora promove uma exposição do conceito a partir das leituras de Eggs (2005), Amossy (2005) e Maingueneau (2006), explicitando argumentos que nos ajudam a observar a centralidade do *ethos* enquanto um conjunto mais amplo de significações e expressões nas relações pessoais e, conseqüentemente, discursivas.

publicados nas contas oficiais do pastor naquelas mídias e afunilam-se em uma análise discursiva realizada em vídeos específicos compartilhados em seu canal oficial no *YouTube*. Esse caminho nos permite traçar um panorama acerca da construção midiaticizada do pastor e deputado federal, fornecendo-nos pistas para encaminharmos os objetivos.

## 1. 2 OS PERCURSOS TEÓRICOS, EMPÍRICOS E METODOLÓGICOS DA INVESTIGAÇÃO

Agora, apresentaremos as principais linhas teórico-metodológicas que auxiliaram na constituição do tema de pesquisa, assim como na decisão por explorar as leituras da institucionalização e da biopolítica em contato com o processo de midiaticização e ao conceito “*ethos*”. Cabe ressaltar que, ao tratarmos das instituições religiosa, política e midiática, não pretendemos estabelecer uma visão unilateral e funcionalista da atividade institucional, mas associar as condutas humanas “cotidianas” às origens da institucionalização. A partir de pontos comuns da linguagem e das interações sociais, buscamos identificar como se formam as práticas “tipificadoras” que, dotadas de historicidade e controle, acabam interpelando nossa experiência de vida pelo simples fato de “já existirem assim”. Nesta dinâmica, também procuramos destacar nuances que constituem a formação de um *ethos* privado enquanto elemento central disposto em lógicas institucionais – e discursivas – em disputa nas sociedades moderna e contemporânea. Acentuamos, dessa forma, os pontos de interseção entre essas três esferas sociais analisando a atuação do pastor e parlamentar Marco Feliciano.

No segundo capítulo, trazemos um pouco sobre o percurso da religião neopentecostal na história brasileira. Ressaltando os movimentos que acompanharam a ascensão evangélica na esfera pública, percebemos que a capilaridade conquistada pelas igrejas pentecostais possui intimidade com a utilização dos meios de comunicação. Ao ingressar em disputas políticas institucionais, esse setor consolida-se em representação e atividade desenvolvidas em prol de interesses específicos. A intenção da etapa é demonstrar o contato entre as esferas política, midiática e religiosa, chegando à caracterização de Marco Feliciano nessas imbricações.

No terceiro capítulo, realizamos a leitura de Berger e Luckmann (2004) em diálogo à proposição racionalizante ocorrida de forma intensa no período moderno, a partir da discussão proposta por Michel Foucault, em 1976, na obra “História da sexualidade I: a vontade de saber”. Ao formular processos sob o dispositivo de sexualidade, o autor enumera uma série de mudanças estruturais desenvolvidas entre os séculos XVI e XX, que opera transformações em toda lógica econômica, cultural e discursiva da época. A disciplina dos corpos chega à

manutenção estatal de um biopoder, que exerce uma biopolítica da população nos Estados modernos ocidentais (FOUCAULT, 1988).

Ao acionarmos essas disposições teóricas, nos preocupamos em mostrar a complexa teia de relações imbuída em ações e discursos institucionais que constituem nosso objeto de pesquisa, analisado sob a tríade mídia-(bio)política-religião. Complementando este movimento, trazemos a conceituação de *ethos* privado em contato e adesão à religiosidade na atual conjuntura brasileira. O recorte empírico inicia-se ao direcionarmos essa confluência de práticas institucionais à atuação de atores evangélicos e políticos. Ao evidenciar os principais eixos temáticos debatidos pela Frente Parlamentar Evangélica (FPE) e seu trabalho na defesa de valores e comportamentos específicos, demonstramos a pertinência com que as condutas privadas são tratadas, principalmente em nome da “família” (tradicional), da “moral e dos bons costumes”.

Para Cunha (2017), o mote que articula e dissemina as ideias desses sujeitos nas disputas políticas – e no ativismo digital – é a defesa da família, pauta central defendida pelo deputado Marco Feliciano em todos os seus mandatos. Essa afirmação é igualmente comprovada ao notarmos que, desde fevereiro do ano de 2018, circula nas mídias sociais do pastor a #ANossaFamíliaMereceRespeito. Essa divulgação, elaborada em vídeos e publicações de conteúdo informativo e opinativo, aparece também com pedidos de compartilhamento da *hashtag*, delineando traços de uma campanha midiática formulada por Feliciano e sua Assessoria de Comunicação.

Temos, dessa maneira, a explanação dessas linhas teórico-empíricas associadas ao outro movimento norteador da pesquisa: o processo de midiatização, abordado no quarto capítulo. A partir dessa caracterização e ao observar a atuação de Marco Feliciano no contato com o público, julgamos indissociável sua prática legislativa, religiosa e midiatizada. Ao apontarmos as marcas culturais e políticas presentes na formação desse sujeito, procuramos evidenciar o *ethos* midiatizado do pastor e deputado federal, chegando a um primeiro movimento analítico apresentado com recortes de conteúdos compartilhados em suas mídias sociais.

Essa observação é construída em perspectiva às relações institucionais e aos interesses políticos delineados pela igreja evangélica no decorrer de alterações verificadas a partir da própria atividade de grupos religiosos em disputas eleitorais, por exemplo. Nossa retomada para elucidar questões pertinentes a tais mudanças ocorre no intuito de enxergar articulações entre a presença do segmento evangélico e, especificamente, da igreja Assembleia de Deus,

no contato direto com pautas políticas em debate na esfera legislativa brasileira. Com isso, nossa atenção também se desenha para a interpretação de estratégias e discursos apontados por esses atores sociais na incidência de questões privadas, referentes ao *ethos* privado, que será trabalhado no decorrer desta investigação.

Salientamos que esses aspectos mais amplos, ancorados em processos de escala nacional (e ocidental), serão trabalhados, principalmente, a fim de contribuir na identificação do *ethos* midiático de Marco Feliciano. Dessa forma, pretendemos consolidar uma leitura de como a atuação desse sujeito abarca raízes seculares e se reflete em conflitos já existentes, mas que se reconfiguram a partir da centralidade midiática e das estratégias pensadas no atual contexto sociopolítico do país. Assim, ao realizarmos esse panorama da atividade midiática exercida por Feliciano, evidenciamos circunstâncias específicas de cada mídia social (dentre as mencionadas) e, de forma exploratória, realizamos algumas compilações acerca de como o pastor atua nesses espaços.

Ao final dessa explicação, esperamos afunilar os eixos temáticos que aparecem com mais frequência na comunicação realizada por Marco Feliciano em suas contas nas mídias sociais. A relação explorada com o *ethos* privado começa a destacar-se neste exercício, confluindo nossa pesquisa a um terceiro movimento: a análise discursiva realizada a partir da investigação singular dos discursos proferidos em vídeos com a #ANossaFamíliaMereceRespeito, no canal oficial de Feliciano na rede *YouTube*. Essa decisão foi tomada a fim de escutarmos, com maior afinco, o que Feliciano comenta nesses vídeos e de que forma explana os conteúdos ali evidenciados.

No desenvolvimento de nosso trabalho empírico verificamos, inicialmente, o compartilhamento de vídeos em que pastor e deputado aparecem em diferentes instâncias de enunciação – ora argumentando no palanque da Câmara de Deputados, ora sob um púlpito, iniciando a pregação de cultos para a Igreja e seus fieis –, o que também nos levou a percepção de uma mudança na ocupação deste canal. Se antes esses espaços enunciativos eram mais bem localizados, a partir de 2017, Feliciano passa a divulgar vídeos com suas opiniões acerca de debates e acontecimentos ocorridos nos espaços públicos, em instituições federais de ensino e em canais midiáticos de grande audiência, principalmente na Rede Globo.

Essa diferente inserção, aliada à estratégia de divulgar e compartilhar a #ANossaFamíliaMereceRespeito em seus vídeos e imagens, delimitam nossa principal observação empírica para a pesquisa. A decisão de integrar o *corpus* central em torno da *hashtag* nos vídeos do pastor no *YouTube* partiu das próprias movimentações do estudo. A pauta “defesa da família” constitui um campo de interesse de diversos líderes evangélicos-

parlamentares, assumindo caráter fundamental na compreensão de suas atuações políticas e midiáticas. Tal movimento também permite justificarmos a escolha da metodologia construída para a análise do discurso, uma vez que, resgatando o percurso teórico-empírico, constatamos a importância de relacionar as dimensões do *ethos* midiático em formação direta com o *ethos* discursivo deste objeto em estudo. Dessa maneira, agora resumimos os principais aportes que acompanham este caminho analítico.

Partindo da leitura de Foucault (1999a), exploramos o conceito de discurso enquanto central nas ações que delineiam disputas de poder e relações institucionais no contato com indivíduos e grupos da sociedade ocidental moderna. A constatação de que toda atividade discursiva é ordenada, distribuída e exercida a partir de locais e ações previamente instituídas, nos ancora para atentarmos à historicidade e o controle presentes em nossas experiências diárias. Assim, no quinto capítulo, construímos pontes teóricas entre a extensa região que pesquisa o discurso, suas funções, causas e efeitos, chegando às contribuições de Maingueneau (2005) e Charaudeau (2006, 2007). Sinteticamente, passamos por uma descrição dos trabalhos realizados pelos autores, assim como os pontos que nos direcionaram a essa concepção metodológica.

Além de considerar os trabalhos que aprofundam e refletem sobre o conceito de “*ethos*”, os dois autores sugerem a importância de pensar o contexto e a localização do ato discursivo, lembrando a leitura foucaultiana. Nos situamos, assim, numa caracterização de *ethos* discursivo que propõe a articulação com as outras instâncias do discurso (*pathos* e *logos*) a partir da singularidade dos discursos midiáticos e políticos. Essa opção ressalta os vieses institucional e cultural, aos quais nos ancoramos desde o início da pesquisa, sem ignorar, contudo, o entorno dessas instituições e, principalmente, a relação delas com os atores sociais ali envolvidos.

A partir da contribuição, portanto, de que o *ethos* desempenha uma “imagem de si” construída a partir do discurso, percebemos como a preocupação de “tocar o outro” delinea questões pertinentes apresentadas em enunciações (escritas ou orais). Novamente tomando conta do caráter introdutório, com as formulações de Charaudeau (2006, 2007) acerca dos princípios que movimentam uma análise do discurso, chegamos à proposta que “[...] representa a posição do sujeito falante colocado entre as restrições da situação de comunicação na qual se encontra e o processo que operacionaliza.” (CHARAUDEAU, 2007, p. 3). Este quadro será detalhado no quinto capítulo, porém adiantamos que a proposição

conecta-se aos anseios de análise, uma vez que destaca elementos que também conseguimos identificar em nossa investigação empírica.

Dessa maneira, ao selecionarmos os vídeos inseridos com a #ANossaFamíliaMereceRespeito, buscamos mapear e analisar as marcas discursivas de Marco Feliciano neste contato com o público, sob essa situação específica de comunicação. Apesar de nos ancorarmos em produções audiovisuais, optamos por concentrarmo-nos no conteúdo verbal manifestado pelo pastor e deputado federal, possibilitando aprofundamentos de análise discursiva e não imagística. Nossa intenção, porém, passa também por descrever algumas características visuais desses produtos, inclusive para contextualizarmos de forma mais completa o quadro metodológico proposto.

Ao final dessas explicações e movimentos analíticos, escrevemos as considerações finais relativas a este trabalho de dissertação. Retomando alguns pontos fundamentais do texto, também buscamos apontar o caminho realizado pela pesquisa, assim como as observações empíricas em torno do objeto que podem continuar sendo realizadas.

## 2 O MOVIMENTO NEOPENTECOSTAL EM CONTATO COM A POLÍTICA E A COMUNICAÇÃO

Ao acionarmos a dimensão conceitual de *ethos*, buscamos incorporá-la em diálogo com as premissas trazidas na Introdução. Dessa forma, procuramos salientar, a partir de revisões bibliográficas e pesquisas teórico-empíricas, como se constitui a presença de grupos (neo)pentecostais nos espaços de representação política e midiática reconhecidos em nossa sociedade. Ao analisarmos essas contribuições, buscamos enxergar de forma propositiva a dimensão das práticas institucionais – religiosas e políticas – do pastor e deputado federal Marco Feliciano em constituição também com a esfera midiaticizada. Trazendo esses elementos para estudo, reafirmamos a intrínseca relação existente entre mídia e religião no Brasil. A principal ideia desta etapa compreende algumas ações realizadas por correntes evangélicas ao longo da história recente do país, apontando uma disputa de interesses institucionais que também caracterizam operações discursivas e pragmáticas do setor evangélico em espaços políticos e midiaticizados.

Conforme identificamos numa extensa série de trabalhos desenvolvidos nos campos da sociologia, teologia e ciência política, a presença de correntes evangélicas no Brasil inicia-se ainda no século XVII. A expressividade desse segmento junto à população, porém, começa a obter destaque a partir de transformações políticas e culturais ocorridas durante o século XX. Concomitantemente, observamos um relativo declínio do monopólio católico que, desde os remotos tempos da colonização europeia, exerce influência em nossa sociedade. Das missões jesuítas às atividades de pastorais e outras organizações cristãs, temos um vasto histórico documentado de acordos e eventos que mostram a proximidade entre o Estado brasileiro e o Vaticano<sup>24</sup>.

A separação jurídica que promove a autonomia do Estado perante a Igreja está presente em textos constitucionais brasileiros desde o final do século XIX. Desde a época de formação da República, então, encontra-se garantida a independência de órgãos estatais frente a instituições religiosas em nosso país. Sabemos, entretanto, que a laicidade e a secularização não se consolidaram propriamente a partir da promulgação da Constituinte de 1981; ambas as questões resguardam, ainda, características específicas de um processo que envolve transformações em níveis culturais e políticos, afetando atores e instituições presentes na sociedade.

---

<sup>24</sup> Recomendamos: Dalmolin (2012) e Prandi e Santos (2015).

Atualmente, vivenciamos fenômenos políticos e sociais que reacendem a centralidade dessas discussões surgidas no período moderno, em que a economia ocidental consolida-se no liberalismo. O que nos interessa, neste ponto, é apresentar sob quais prerrogativas e contextos históricos as igrejas evangélicas alcançaram um *status* religioso proeminente entre a população brasileira. Ao discorrermos acerca de alguns momentos importantes no desenvolvimento do Estado moderno brasileiro, verificamos precedentes que possibilitam compreender práticas e discursos atuais identificados na atuação de lideranças e grupos evangélicos no campo político.

Ao traçarmos evidências que relacionam a ascensão evangélica com a mídia e as disputas institucionais da esfera política, começamos a articular pontes que apresentam a formação de um ativismo próprio desse setor em torno de pautas sociais específicas. Demonstramos, então, como algumas mudanças ocorridas ao longo do século XX refletem-se na forma como se desenvolveu o crescimento de igrejas pentecostais pelo país. Neste escopo, destacamos também uma nítida preocupação desse setor em sentir-se representado nos âmbitos políticos formais, atingindo os patamares legislativo, executivo e jurídico do Estado. Ao caracterizarmos tais ações numa perspectiva cronológica e sociológica, pretendemos encontrar pontos que delineiam a formação de um ativismo midiático, político e religioso realizado por atores evangélicos.

Assim, demonstrando nossas leituras conceituais, buscamos caracterizar a trajetória do pastor e deputado federal Marco Feliciano, na intenção de delimitar formações práticas e discursivas de um *ethos* privado-religioso no contato com transformações institucionais e culturais da chamada “cosmologia moderna” (DUARTE, 2005).

## 2.1 NOTAS SOBRE O PENTECOSTALISMO

Elegemos algumas leituras relevantes no campo teórico da sociologia da religião que abordam as relações entre o movimento religioso evangélico e as mudanças sociais vivenciadas no Brasil a partir do século XX. A intensidade com que a modernização deu-se, apontando para uma acelerada urbanização e industrialização das cidades brasileiras, ocasionou o aparecimento de novas relações institucionais e políticas. Ao lado disso, a capilaridade de crenças assumidas com a presença nos meios de comunicação em massa modifica, substancialmente, as formas de interação entre as pessoas, redefinindo também o contato entre públicos, igrejas e representantes do Estado.

A existência de correntes evangélicas no Brasil surge dos efeitos da Reforma

Protestante liderada por Martinho Lutero em parte do continente europeu, ainda no século XVI. Propriamente intitulado, o movimento propunha mudanças na condução do catolicismo, buscando interferir diretamente na discrepância hierárquica vigente entre o clero da instituição e os demais fieis, que constituíam maioria da população. Dessa maneira, Lutero propõe que os textos da Bíblia pudessem ser livremente interpretados por todos os crentes das graças divinas.

A crítica do protestantismo foca em diminuir a importância de “artefatos” religiosos, direcionando a fé cristã exclusivamente para a palavra de Deus, suas graças e sua escritura. No passado, eram pouquíssimas pessoas com acesso ao latim, idioma em que se redigia os textos bíblicos. Visando modificar esses pilares desiguais que marcavam a atuação da Igreja Católica até então, Lutero consolidou suas 95 teses<sup>25</sup> que desenvolveram a Reforma, atingindo milhares de pessoas e países nos períodos seguintes. Ao racionalizarmos acerca deste processo, podemos inferir que uma proposta de “popularização” do direito ao culto e à leitura das escrituras divinas foram as principais manifestações conduzidas pelos protestantes.

No Brasil, atualmente, algumas denominações seguem ligadas a preceitos estabelecidos por esse movimento, porém perdem visibilidade pública, de certa forma, quando comparadas a outras correntes que despontaram no território brasileiro a partir do século XX, como mencionado. O pentecostalismo, então, é um movimento advindo do contato de missionários com outros contextos político-culturais, surgindo primeiramente ao Norte do continente americano (Estados Unidos da América, principalmente), chegando posteriormente aos países da América Latina, como o Brasil. Tais proposições são importantes nesta altura, a fim de embasarmos sobre quais elementos políticos, sociais e culturais essa denominação evangélica difundiu-se por amplas camadas da sociedade.

De maneira resumida, trazemos algumas características dessa corrente a partir dos trabalhos desenvolvidos por Mariano (2003, 2011, 2013), que identifica o pentecostalismo brasileiro sob três “ondas” principais. Na primeira, tem-se a criação das igrejas Congregação Cristã (1910) e Assembleia de Deus (1911). Temporalmente, essa fase dura cerca de quarenta anos e difunde-se também pela prática da glossolalia<sup>26</sup>. Esse “dom” de falar em outras línguas leva a uma reinterpretação que essas correntes conferem ao texto bíblico, passando pelo protagonismo da figura do Espírito Santo na Trindade.

A segunda onda é chamada “deuteropentecostalismo” e marca o surgimento da Igreja

---

<sup>25</sup> “As 95 teses de Martinho Lutero”, disponível em:

<[http://www.monergismo.com/textos/credos/lutero\\_teses.htm#TOP](http://www.monergismo.com/textos/credos/lutero_teses.htm#TOP)>. Acesso em: 31 jan. 2019.

<sup>26</sup> Na religião, essa prática caracteriza-se pela suposta capacidade de falar línguas desconhecidas quando se está em “transe”. Na bíblia, a alusão a glossolalia é narrada no dia de Pentecostes.

do Evangelho Quadrangular. Esta denominação, de acordo com o autor, inova os métodos de propagação da fé, uma vez que se utiliza massivamente do rádio para a realização de cultos itinerantes e, ao longo dos anos, conquista espaços em diversas localidades brasileiras. Verificamos, assim, quão antiga é a preocupação dos missionários em levar a palavra divina para as mais distintas regiões, reinventando formas de contato com o público e abrindo caminhos para a difusão da crença evangélica. Não à toa, é a partir dessas modificações que se verifica a expansão fragmentada das denominações pentecostais, um elemento basilar da religião evangélica no país.

Enfim, a terceira e última onda descrita por Mariano (2003, 2011, 2013) é o denominado “neopentecostalismo” - e sobre ele lançaremos nossas principais percepções analíticas. Desenvolvido a partir dos anos 1970, o movimento neopentecostal lança diretrizes completamente renovadas com o objetivo de alcançar fieis e maior adesão a seus preceitos religiosos. Resguardamos essas informações, que serão retomadas mais adiante neste capítulo, a fim de salientarmos alguns eventos históricos que propiciaram a ascendência evangélica em nossa sociedade.

## 2.2 CONCORRÊNCIA RELIGIOSA E ASCENSÃO PENTECOSTAL

O sociólogo Mariano (2011), ancorado em estudos de Pierucci (1989), Giumbelli (1997), Freston (1994) e Berger (1985) realiza uma análise na qual apresenta os tensionamentos da esfera religiosa brasileira desde o início do século passado. A partir da forte influência que a Igreja Católica exercia na sociedade, seus líderes e organizações agiam no intuito de barrar a concorrência vinda de outras expressões religiosas. Resgatando certos eventos, o autor traz comprovações de como o modelo de culto e de religião, como um todo, eram designados em torno do catolicismo, conseqüentemente designando outras manifestações – espíritas e afro-brasileiras, citadas pelo autor – como uma espécie de “antítese” da prática de religião no Brasil.

Numa época de diversas transformações da sociedade ocidental, lideradas primordialmente por expressões da modernidade, do liberalismo e do positivismo científico-filosófico, Mariano (2011) aponta como os dirigentes católicos esforçaram-se para dificultar a expansão de concorrentes religiosos até o fim da década de 1950. O autor, que investiga detalhadamente o movimento (neo)pentecostal, assim como sua relação com o ativismo político-partidário e outros debates públicos, apresenta trabalhos propositivos para nossa discussão teórico-empírica. Ao tratar sobre os incipientes cultos de evangelizações realizados

no país, mostra como algumas ações institucionais implementavam uma política de oposição ao protestantismo, em nome da defesa da “nação católica” (ROLIM, 1985, p. 72 apud MARIANO, 2011, p. 247).

Mariano (2011) apropria-se de outros estudos na área e constroi sua tese, que traz pontos fundamentais para se entender a complexa relação entre política e religião no Brasil, além de mostrar o verdadeiro “território de disputa” vivenciado entre a Igreja Católica e as demais religiões que emergiam ao decorrer do século XX. Explicita com fatos históricos as investidas de lideranças católicas a nível institucional, demonstrando como o apoio de agentes do Estado acabavam concedendo legitimidade a esses atos – o que, em tese, não poderia ocorrer pelo caráter constitucional de laicidade já instituído.

Referindo-nos à leitura de Mainwaring (1989, p. 54 apud Mariano, 2011), descobrimos que, em 1953, quando começava a deslanchar a modernização urbano-industrial, a expansão de pentecostais e umbandistas nas classes populares e de espíritas nas classes médias, a Igreja Católica lançava uma nova ofensiva, criando o chamado Secretariado Nacional para a Defesa da Fé e da Moralidade, cujos objetivos eram vigiar “[...] a marcha das falsas religiões [...]”, condenar “[...] movimentos e falsas ideias [...]” e frear “[...] a expansão da imoralidade e da amoralidade na vida pública e particular.”. Temos, aqui, uma característica marcante desse período que também instiga questões para nossa pesquisa: elementos que constituem as esferas pública e privada colocadas em perspectiva com os campos religioso, político e midiático.

Ao discorrer sobre o processo de laicização do Estado brasileiro, Mariano (2003, 2011) ressalta condições individuais e institucionais observadas a partir da “desmonopolização católica”, o que propiciou a garantia de liberdade e tolerância religiosa, formação e expansão do pluralismo religioso e trouxe, conseqüentemente, o acirramento da concorrência religiosa no país. Sabemos, então, que a partir da segunda metade do século XX muitas modificações ocorriam e colocavam em contradição discursos e práticas católicas. Aos poucos, a hegemonia cristã que sempre fora reconhecida, perdia espaços e públicos importantes daquelas camadas sociais mencionadas acima. Esse comentário é de suma importância, uma vez que identificamos como as ações pentecostais também se tornam mais visíveis e capilarizadas na adoção de uma linha assistencialista com o público.

Na obra de Cunha (2017), igualmente nos aproximamos de detalhada revisão acerca da presença dos evangélicos no Brasil. Ao encontro de elementos traçados por Mariano (2011), a autora demonstra como o trabalho teológico-pastoral dos pentecostais voltava-se às

populações mais pobres, proporcionando uma “[...] presença mais enraizada na cultura com lugar garantido para a *emoção* e para as *expressões corporal* e musical populares.” (CUNHA, 2017, p.18, grifo nosso). Isso permitiu, ao decorrer dos anos, condições de consolidação dos pentecostais no campo religioso, alcançando crescimento geográfico e numérico de pessoas adeptas às suas crenças.

Ao sugerir tais encaminhamentos, um marco considerado histórico para a Igreja Católica assenta a trajetória fértil na qual os pentecostais debruçaram-se e usaram estrategicamente a seu favor:

A constituição dessa dinâmica pluralista e de mercado foi facilitada, na década de 1960, pelo *aggiornamento* conduzido pelo Concílio Vaticano II, que reconheceu o direito à liberdade religiosa, princípio crucial da modernidade e da democracia. [...]. Seu engajamento [dos dirigentes católicos] na esfera pública nas décadas de 1960 e 1970 não teve como objetivos precípuos a obtenção de privilégios institucionais e a disputa por mercado religioso, mas conferiram elevada respeitabilidade à hierarquia católica e a seus órgãos de representação no país, legitimando sua atuação e autoridade na esfera pública após o fim da ditadura. (MARIANO, 2011, p. 248, grifo do autor).

A esse panorama, Mariano (2011) também dialoga com Prandi (1991) para caracterizar o extenso crescimento religioso em relação aos elementos institucionais e hegemônicos da época: “[...] tipicamente capitalista, racionais, burocratizados, dessacralizados. Pois essa sociedade é moderna, e como moderna é profana [...]. Suas instituições, seus governos, mercados, escolas, meios de comunicações, tudo é não-religioso.” (PRANDI, 1991, p. 65). Começamos a observar considerações relevantes do espaço em que se forma esse acirramento das disputas religiosas difundidas com o pluralismo e a secularização<sup>27</sup>.

Nesta altura, temos uma série de questões latentes que apontam para uma convergência de fatores propícios ao desenvolvimento das correntes pentecostais em solo brasileiro. É da efervescência de questões sociais, políticas e culturais, que alternativas religiosas aparecem em detrimento do monopólio católico. Essa relação é crucial, pois nos permite compreender aspectos de adesão individual (*ethos* privado) a grupos evangélicos,

---

<sup>27</sup> De acordo com os estudos e proposições de Mariano (2011, p. 244), a noção de laicidade refere-se, de forma “[...] histórica e normativamente, à emancipação do Estado e do ensino público dos poderes eclesiásticos e de toda referência e legitimação religiosa, à neutralidade confessional das instituições políticas e estatais, à autonomia dos poderes político e religioso, à neutralidade do Estado em matéria religiosa (ou a concessão de tratamento estatal isonômico às diferentes agremiações religiosas), à tolerância religiosa e às liberdades de consciência, de religião (incluindo a de escolher não ter religião) e de culto.”. Por sua vez, o conceito de secularização, conforme Mariano (2011, p. 244), “[...] recobre processos de múltiplos níveis ou dimensões, referindo-se a distintos fenômenos sociais e culturais e instituições jurídicas e políticas, nos quais se verifica a redução da presença e influência das organizações, crenças e práticas religiosas.”.

assim como os reflexos desse movimento para as ações que se disputariam em espaços institucionais e políticos no período.

Dois aspectos culturais de manifestação do pentecostalismo são classificados por Mariano (2011, p. 248) enquanto proselitista e conversionista, o que seria fundamental para, nas palavras do autor:

[...] consolidar o pluralismo religioso no país, para reforçar a defesa do princípio da liberdade religiosa e de culto, do qual o pluralismo depende, para provocar a ruptura da lógica monopólica prevalecente no campo religioso, para pôr em xeque a estreita identificação entre catolicismo e nacionalidade brasileira e para dilatar enormemente a competição religiosa.

São abrangentes, portanto, as influências trazidas pelos pentecostais a nossa sociedade, o que demarca uma profunda reorganização nas formas de adesão religiosa, caracterizando a formação de um “mercado” em disputa no cenário da pluralidade de crenças.

É nesse cenário que o movimento pentecostal é fortalecido: perda de hegemonia católica, liberdade de crença assegurada e liberalismo econômico intensificado pelas organizações e relações políticas. A partir de agora, veremos que entre os anos 1950 e 1990, as direções tomadas por esses grupos caminham ao lado da ocupação dos meios de comunicação em massa. No Brasil, esse período contou com a regulação/concessão de canais de rádio e televisão, o que contribuiu para a expansão dos cultos pentecostais e influenciou diretamente o surgimento do neopentecostalismo.

### 2.3 O (NEO)PENTECOSTALISMO BRASILEIRO ENTRE A TEOLOGIA E AS LÓGICAS DE MERCADO

Ao começarmos a articular as expressões pentecostais em contato com a mídia, nos cabe apresentar uma explanação acerca de linhas gerais do modelo teológico defendido por esses grupos. Assim, torna-se mais fácil o caminho para compreender os motivos de tamanha ascensão evangélica no espaço público brasileiro, chegando ao cenário atual em que temos um ativismo próprio desse grupo em torno de processos políticos e comunicacionais.

Duas correntes bem identificadas no seio das principais manifestações pentecostais brasileiras são a Teologia da Prosperidade e a Teologia do Domínio, esta também reconhecida por Cunha (2017) como a chamada “Guerra Espiritual”. A primeira consiste em uma doutrina religiosa formulada nos Estados Unidos e abarca crenças sobre a cura, o poder da fé e a prosperidade (GONÇALVES, 2016). A consolidação dessa diretriz teológica dá-se nos anos

de 1970, momento em que é acolhida por grupos de evangélicos carismáticos norte-americanos e adquire maior visibilidade e receptividade inclusive entre outras vertentes cristãs (MARIANO, 2012 apud GONÇALVES, 2016).

A segunda expressão manifesta-se pela “batalha espiritual contra o Mal”, assumindo variadas formas sociais e religiosas, caracterizando um importante foco de atuação de lideranças evangélicas na contemporaneidade. Para Magali Cunha (2017), ambas leituras são estreitamente relacionadas à nova ordem mundial. Assim, partindo da lógica excludente do capitalismo globalizado, tais correntes defendem a inclusão social com promessas de prosperidade material, vinculada à fidelidade material e espiritual a Deus. Em semelhante direção, prega-se a necessidade de “destruir o mal” que impede que a sociedade alcance as bênçãos da prosperidade (CUNHA, 2017, p. 22).

Sobre esse discurso, indicado pelo embate “bem *versus* mal” e seus consequentes reflexos na adesão à crença religiosa evangélica, os autores Vital e Lopes (2013) complementam:

Ela [Teologia do Domínio] é marcada também por uma *cosmologia acentuadamente dualista*, fundamentada na crença de que, na atualidade, vivemos e participamos de uma empedernida guerra cósmica entre Deus e o Diabo pelo *domínio da humanidade*. Nessa batalha, para se obter vitória sobre o Mal, é importante se fortalecer espiritualmente, dizem as lideranças religiosas, e o comparecimento aos cultos e a participação em um sem número de correntes e campanhas de cura e libertação é condição *sine qua non* para a vitória. (VITAL e LOPES, 2013, p. 51, grifo nosso).

Ao lembrarmos as discussões fomentadas por Mariano (2011), identificamos como a lógica de mercado passa a orientar as ações organizacionais, religiosas e proselitistas de vários grupos, sobretudo algumas denominações pentecostais. A incidência cada vez maior desse “mercado religioso” promove mudanças na forma com que as igrejas apresentam-se e divulgam seus cultos e materiais bíblicos. Assim, retomando alguns indícios dispostos em nosso percurso cronológico, reconhecemos que o contato dos evangélicos com a mídia recebe um tratamento diferenciado a partir da incidência em programas de rádio e TV. Com o acirramento das disputas no campo religioso, a atenção dada ao segmento midiático é elaborada estrategicamente pelas lideranças que, ao mesmo tempo, preocupavam-se em disseminar suas crenças a um maior número de pessoas.

As autoras Souza e Matos (2017) demonstram o íntimo relacionamento entre a mídia e a presença da denominação Assembleia de Deus (Ass.D.), que atravessou todas as ondas do pentecostalismo brasileiro (FREESTON, 1993 apud SOUZA e MATOS, 2017). É válido

ressaltar que essa também é a organização a que o pastor Marco Feliciano é vinculado, presidindo um ministério próprio – Catedral do Avivamento. Neste trabalho, portanto, temos uma série de passagens históricas que explicam como se constituiu a presença midiática, reconhecendo a influência da imprensa pentecostal norte-americana na implantação e fortalecimento das Assembleias de Deus no Brasil.

Essas ações, empregadas desde o início do século XX, encontraram nas camadas mais pobres uma rápida viabilização de materiais impressos. Essa característica, em particular, ressalva uma preocupação em levar conteúdos bíblicos para camadas que, na época, apresentavam um alto grau de analfabetismo. Ao popularizar, dessa forma, as escrituras do Evangelho, a Ass.D. conquistava espaço e apreço cada vez mais amplos entre essas comunidades.

Em dezembro de 1918 foi fundado, em Belém do Pará, por Gunnar Vingren, o primeiro jornal oficial das ADs, o *Boa Semente*, que circulou de 1919 a 1930. Em 1923 foi montada a primeira tipografia das ADs, que, além do jornal, publicou opúsculos, calendários, hinários e revistas da Escola Dominical. Foi um grande empreendimento em vista das condições dos assembleianos, pois a produção de impressos exigia dos membros a capacidade de leitura, exigência não feita aos pobres em nenhum outro espaço social da época. (SOUZA e MATOS, 2017, p. 11, grifos das autoras).

A exigência pela leitura da Bíblia, portanto, denota influências de curso social e antropológico para a época. Seguindo, as autoras Souza e Matos (2017) pontuam o ano de 1930, em que se realizou o primeiro encontro com todas as Assembleias de Deus no país, originando, em 1932, a Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB). Dessa reunião, decide-se criar um periódico único para a denominação (o Mensageiro da Paz), que possui circulação nacional e constitui-se como mídia oficial da Ass.D. até os anos 1980, quando outra dinâmica comunicacional alcança nossa sociedade, conforme veremos no desenvolvimento do estudo.

As principais marcas dessa incipiência midiática é a evangelização e o ensinamento bíblico levado pela Ass.D. por meio da imprensa. Dessa forma, notamos que a imprensa assembleiana criou seus mecanismos de inteligibilidade próprios, reformulou as Assembleias institucionalmente e estabeleceu unidade no aprendizado teológico por todo o país (SOUZA e MATOS, 2017). Chegando a eventos culturais mais recentes de nossa história, as autoras descrevem como as relações entre Ass.D., radiodifusão e teledifusão estiveram dispostas a contradições verificadas em nível pragmático e discursivo dessa instituição religiosa. De maneira resumida, trazemos aqui algumas questões acerca desse período.

A popularização da rádio no Brasil começa pelos anos 1930 e incute debates institucionais à Ass.D. no sentido de participar (ou não) de uma “mídia secular”, ou seja, não-religiosa. As questões que seguiram similarmente entre a ocupação do rádio e da TV foram, de certa forma, silenciadas pela CGADB, o que garantiu que as práticas midiáticas se consolidassem, levando o culto evangélico a uma multiplicidade cada vez maior de lares brasileiros. Os primeiros programas de radioevangelismo tratavam, exclusivamente, de transmitir os cultos, garantindo o protagonismo presencial das atividades exercidas nos templos.

Aos poucos, o programa Voz das Assembleias de Deus (lançado em 1955, na Rádio Tamoio-RJ) era recomendado pelo periódico Mensageiro da Paz, o que expressava certa legitimidade e garantia sua transmissão em outras cidades do país. De acordo com Souza e Matos (2017), reconhece-se a atividade itinerante da igreja pentecostal atrelada ao intuito de levar o “movimento de cura” a diversos grupos e indivíduos, o que conquistou multidões e trouxe ao Brasil um tipo de “pregação concentrada na realização de prodígios”. Ao pensarmos que essas mensagens passaram a ser difundidas pelo espectro radiofônico, enxergamos a definição de Souza e Matos (2017, p. 14), na qual relatam a década de 50 como

[...] revolucionária tanto no processo de midiatização da sociedade brasileira quanto no processo de sua “renovação” no campo religioso. Consequentemente, os anos 60 se tornaram a era de “fogo” do rádio, quando passou a ser palco da conversão pentecostal de igrejas históricas (batistas, presbiterianas e metodistas).

Dessa forma, ocorre entre os anos de 1950 e 1970 uma amplificação sem precedentes do alcance de cultos e valores pentecostais pelas comunidades brasileiras, acionando a descentralização do ritual de pregação da fé, passando a transmitir a leitura do Evangelho por vias não-presenciais que levavam “a palavra de Deus” aos lares brasileiros. A relação, portanto, construída pelas igrejas evangélicas com o público, por meio de atividades e produtos midiáticos, está presente na sociedade brasileira há muitas décadas. Isso nos permite constatar movimentos discursivos atentos desse setor para onde uma audiência prevalece, levando conteúdos promissores às demandas individuais e sociais emergentes do contexto econômico e cultural situado naquele período.

No estudo de Cunha (2017), uma seção inteira é destinada a enfatizar que, no geral, as igrejas jamais rejeitaram as mídias. A autora explicita como os grupos religiosos, desde a Reforma Protestante até a emergência das mídias eletrônicas, compreendiam o processo de comunicação mais como “[...] um movimento de convencimento do outro do que como

possibilidade de interação/comunhão.”. Baseavam-se, assim, na ideia de que convencer pessoas a optarem pelo Evangelho e, conseqüentemente, pela adesão a um segmento cristão, geraria um “efeito-chave”: o crescimento do Cristianismo. (CUNHA, 2017, p. 27).

Chegando aos efeitos dessas manifestações a partir da ascensão da TV no Brasil, novamente conectamos ideias promissoras para a interseção dos campos mídia e religião. Também acompanhada de embates na esfera institucional da igreja, o primeiro programa pentecostal foi ao ar entre os anos de 1965 e 1967, trazendo entrevistas com testemunhos de milagres, promovendo orações e sugerindo que o telespectador “colocasse a mão sobre a tela”. Essas ações modificaram completamente a dinâmica no relacionamento entre igrejas, pastores e fieis, formando a denominada “religião do contato”, a partir do momento em que os dispositivos midiáticos acionavam o ocular como “novo componente de *semiosis* social” (SOUZA e MATOS, 2017, p. 14, grifo das autoras).

Ao discorrer acerca desses processos, Cunha (2017, p. 27) aponta que a perspectiva da visibilidade também configura um elemento importante na aproximação igreja-mídias eletrônicas, já que as: “[...] mídias tornavam possível uma publicidade das igrejas, a visibilidade de sua presença nos espaços sociais.”. Traçando pontes entre os estudos citados, enxergamos disposições reais que afetam o modo de “ser evangélico”. Se antes as características da fé evangélica definiam um certo “afastamento do mundo ou ascetismo intramundano”, hoje esses traços se atualizam e se moldam junto a outros processos sociais e comunicacionais designados pela globalização e os processos de subjetivação/individualização por ela forjados. Vital e Lopes (2013, p. 37) declaram, então, um ponto sumário à nossa pesquisa: as novas formas de “ser evangélico” não excluem, mas, somam e convivem com os “antigos modos” de se “viver a fé” cristã (seja entre os evangélicos, seja entre os católicos).

Os receios que estimulavam a presença de “perigos espirituais” (DANIEL, 2004, p. 424 apud SOUZA e MATOS, 2017, p.15) vindos da TV foram, gradualmente, convivendo com a aparição cada vez mais constante de pentecostais nas programações. Até que, entre os anos de 1975 e 1980, diversos televangelistas destacam-se na televisão brasileira e, ao longo desta última década, a onda neopentecostal é inaugurada. Com a criação da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), novamente as ações das igrejas pentecostais, em destaque a denominação Assembleia de Deus, são estruturalmente modificadas.

Ancorados em dados e pesquisas coletadas, Vital e Lopes (2013) mostram que, até a década de 1980, eram pastores norte-americanos os mais populares entre o público evangélico

nacional, ocorrendo uma mudança substancial desse protagonismo no momento em que a produção evangélica brasileira para a TV tornou-se independente e passou a ocupar espaços em redes nacionais. Complementando o raciocínio, os autores explicam que os evangélicos justificam a importância direcionada a esse veículo de comunicação com o argumento de que o uso feito dessa mídia age enquanto recurso fundamental para a “contenção de males” que acometeriam a sociedade brasileira; referem-se, especialmente, à violência crescente, ao uso de drogas entre a juventude, e, por outro lado, à transformação que podem realizar divulgando suas mensagens, promovendo mudanças de comportamentos e “cura espiritual”. (VITAL e LOPES, 2013, p. 36).

Essas referências levam-nos a enxergar um alinhamento das condutas institucionais evangélicas à reestruturação política, econômica e cultural verificada com mais intensidade a partir dos anos de 1980. A aproximação entre essas esferas delinea-se a partir de um explícito reordenamento pentecostal no intuito de atender demandas que se multiplicavam pela aceleração de processos sociais, que igualmente relacionavam-se a um protagonismo midiático inédito. O neopentecostalismo, portanto, é reconhecido como um “divisor de águas do movimento no Brasil”, pois traz profundas inovações e abandona de vez a ideia sectária (e o ascetismo intramundano) que fazia crer no sofrimento necessário do cristão na terra para se obter a posterior vida no paraíso (MARIANO, 1999 apud VITAL e LOPES, 2013, p. 50). Conforme mencionamos, a principal denominação desse grupo é a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), fundada pelo bispo Edir Macedo.

Ao resgatarmos as referências de Pierucci (1989) e Oro (2003), temos estudos acerca da atuação e representação IURD – a primeira a declarar-se uma organização “religiosa-empresarial”. A ascensão de pesquisas em torno dessa denominação acompanha uma onda de interpenetrações da Igreja com o campo midiático e político, revelando o protagonismo das relações entre interesses públicos e institucionais a partir da conquista de concessões para rádio e televisão.

Não é difícil de imaginar que a lógica combinada entre a promessa de prosperidade e a necessidade de “combater o mal” visível na realidade brasileira instiga uma mudança de perspectiva individual, principalmente se a pessoa sente afetações diretas desses discursos. Assim, com a divulgação cada vez maior das “curas” relatadas por fieis e líderes evangélicos, a Igreja assume um novo lugar na sociedade brasileira. Agora, o Evangelho e a salvação divina poderiam ser acessados diretamente da sala de casa, com um aparelho de rádio ou TV, o que mais tarde incidiria na produção de outros conteúdos, para além das práticas religiosas até então divulgadas com exclusividade.

A Catedral do Avivamento, fundada por Marco Feliciano em 2008, faz parte da denominação Assembleia de Deus (Ass.D.). A evangelização assembleiana entende a Igreja enquanto um “corpo” imbuído por Deus para demonstrar que o trabalho no Evangelho é capaz de salvar e trazer o amor e a compaixão aos que seguem os preceitos sagrados. Seguindo a caracterização proselitista, a Ass.D. rapidamente difundiu-se pelo território nacional, com perfil descentralizado e composto por diversas vertentes. Essa indicação permite algumas motivações que ligam o público à crença neopentecostal quando as aspirações voltam-se às atividades mundanas; Gonçalves (2016) as descreve enquanto a satisfação de necessidades materiais, o incentivo ao consumo e o melhoramento individual<sup>28</sup>.

A imagem do pastor, portanto, mobiliza-se pelo carisma que esse líder possui na referência da instituição religiosa, que para o crente reverte-se na capacidade de ter sua vida guiada por uma salvação, um valor sagrado, uma “cura” aos anseios atrelados à “realidade dominante”. Nas contribuições de Berger trazidas por Gonçalves (2016, p. 45), verificamos que a religião é considerada uma “resposta coletiva diante de qualquer ameaça de caos e desordem”, o que também delinea a ascensão desses representantes na tentativa de legislar e executar políticas no espaço público. A partir de uma legitimação sagrada, os setores evangélicos adentram nas disputas desse espaço, tentando garantir seus interesses corporativos e defendendo uma conduta divina enquanto salvação dos rumos políticos do país.

As leituras, portanto, que também caracterizam os valores defendidos pela congregação Assembleia de Deus, levam-nos à verificação de certas mudanças nos âmbitos público e privado, a partir das transformações vivenciadas, principalmente, ao final do século XX. Ao mesmo tempo em que se individualizam práticas de salvação e “cura divina” televisionada por múltiplos canais, a profissionalização de pastores e presbíteros com a “missão” de levar o evangelho para todos os lugares da Terra é disseminado enquanto prática coletiva e midiática das igrejas e ministérios.

Na medida em que o *status quo* evangélico tomou corpo no espaço religioso, os interesses desse grupo passaram a incidir em disputas institucionais a nível político representativo, começando a buscar reconhecimento na esfera legislativa, acirrando os ânimos da discussão em torno da laicidade. A esse movimento, em que um novo marco é apontado,

---

<sup>28</sup> A partir dos percursos realizados em sua investigação, destacamos: “Ainda sobre a forma como a Igreja lida com as questões religiosas, durante a entrevista realizada em um templo da Assembleia de Deus, o pastor revelou que a *função essencial da denominação é a evangelização das pessoas, através do perdão dos pecados, o cuidado das coisas do Reino de Deus e o aconselhamento da leitura da Bíblia seguindo a doutrina da fé e a inspiração do Espírito Santo.*” (GONÇALVES, 2016, p. 59, grifo nosso).

temos a formação da Assembleia Constituinte de 1986, quando é indicada a formação da primeira bancada evangélica no campo político do país.

Dito isso, procuramos investigar a seguir os principais posicionamentos que levaram o surgimento desta bancada, mais tarde formalizando esse grupo de parlamentares a partir da criação da Frente Parlamentar Evangélica (FPE). Assim, também buscamos aproximar nosso recorte empírico sobre a presença da igreja Assembleia de Deus nesses espaços de atividade política legislativa. Ao demarcarmos algumas nuances dessa ação, procuramos destacar elementos que caracterizam a formação de um *ethos* privado-religioso no contato com disputas políticas, além de verificar a relevância conferida às questões privadas na articulação discursiva de opiniões expressas publicamente por lideranças evangélicas.

## 2.4 MOVIMENTO NEOPENTECOSTAL EM RELAÇÕES POLÍTICAS

Com a capilaridade alcançada pelas denominações evangélicas em nível nacional, verificamos que a inserção desse setor no campo político brasileiro intensifica-se a partir do processo de redemocratização. Na formação da Constituinte, no ano de 1986, o grupo evangélico já conquistara a 4ª maior bancada de parlamentares eleitos. Nesse decurso, presenciamos uma forte ascensão dos evangélicos na política, o que nos leva a compreender a atuação desse setor nos espaços institucionais, assim como diferenciar o desempenho da FPE com uma associação crescente de lideranças evangélicas e católicas em torno de uma chamada “bancada cristã” (VITAL e LOPES, 2013, p. 156).

A história do pentecostalismo brasileiro, conforme vimos, tem raízes no movimento norte-americano, conhecido pelas missões itinerantes e pregações para grandes públicos. Nos trabalhos expostos, confluímos como a Teologia da Prosperidade esteve alinhada aos projetos pentecostais de evangelização, aproximando as lógicas religiosas às práticas de uma economia lucrativa, configurada pelo capitalismo globalizado. Agora, nos interessa demonstrar de que maneira e sob quais valores de sentido, os atores evangélicos desenvolvem seu ativismo político e, conseqüentemente, também midiático.

Relacionando as leituras, temos na tese de Gonçalves (2016) uma análise sociológica com foco nos movimentos religiosos protestantes e pentecostais. A partir dos trabalhos de Max Weber, Peter Berger e José Casanova, o autor aponta como se constitui a presença de grupos evangélicos no campo político, mostrando como a própria democracia liberal e a secularização permitem que as práticas evangélicas ultrapassem a dimensão privada e se estabeleçam publicamente.

Deixando de lado alguns pretextos relativos à crença religiosa, *os políticos evangélicos procuram adaptar as suas necessidades de acordo com as condições a que estão submetidos no campo político*, levando os seus seguidores a crer na importância das condições já identificadas dentro de uma lógica diferente daquela presente na igreja. *Discursos carregados de elementos religiosos são substituídos por discursos de natureza administrativa e/ou jurídica* em razão da necessária adaptação nesta nova *esfera de ação* que envolve questões de natureza política e que contribuem para legitimar posições de mando e reconhecimento (carisma). (GONÇALVES, 2016, p. 42-43, grifo nosso).

Dessa forma, associamos este reconhecimento às próprias características da doutrina religiosa defendida pela Assembleia de Deus – uma denominação que desde os primórdios da sua fundação não oculta a ruptura que realizou com as demais igrejas evangélicas (GONÇALVES, 2016). Percebemos, novamente, que as posturas assumidas pelos líderes evangélicos e políticos conversam com as mudanças sociais que comentamos. Ao ocupar espaços de discussão e deliberação política, convergem estratégias amparadas na legitimação de documentos públicos oficiais, como a Constituição Federal e os códigos jurídicos, mas ainda assim manifestam a defesa de interesses próprios reconhecidos pela instituição religiosa.

No livro de Vital e Lopes (2013), percebemos como os argumentos suscitados por grupos evangélicos defendem a laicização do Estado ao colocarem-se enquanto mais um setor de representação pública e popular a ser considerado nas disputas políticas institucionais. A partir do entendimento de que a laicidade garante a livre manifestação de pensamentos e práticas religiosas, os evangélicos adotam outra postura, assumindo, aos poucos, uma reconfiguração de demandas que outrora se ligava a um *status quo* católico. Nas palavras de Vital e Lopes (2013, p. 21): “[...] o que é demandado como acesso igual para todas as religiões vai se configurando, pouco a pouco, na demanda por privilégios ou pela predominância dos valores, da moral, das denominações e discursos de uma religião em relação às demais.”.

Acentuam-se, portanto, os sentidos compartilhados pelos evangélicos sobre interesses da vida pública. Ao desenvolver promoções de visibilidade que se conectam com anseios (individuais e coletivos) advindos das perspectivas modernas e contemporâneas, a fé cristã dissemina-se no espaço público como uma vertente resolutiva e próspera. Uma vez que o Estado age na manutenção de políticas para toda a população, o querer sentir-se representado no âmbito das decisões democráticas constitui uma reivindicação válida desses grupos religiosos.

Outra justificativa indispensável para compreendermos a ascensão pentecostal no campo político é a alegação de que se precisaria ocupar estes espaços para defender os valores morais que primariam pela “família” – argumento utilizado até hoje. Nessa compreensão, a análise de Vital e Lopes (2013, p. 41, grifo nosso), a partir de posicionamentos de Silas Malafaia (pastor da Ass.D.) e outras lideranças evangélicas, é categórica: “[...] na perspectiva que defendem, eles precisariam se *organizar para atuar contra ativistas homossexuais e feministas*, bem como contra os defensores da umbanda e do candomblé.”.

Ou seja, em reação a transformações também colocadas na esfera globalizante, a operação de estratégias para barrar o avanço de grupos LGBT, feministas e setores das religiões de matriz afro-brasileira acaba por impulsionar a conduta “bem *versus* mal”, tão expressiva na corrente teológica trazida na seção anterior. Podemos inferir, assim, como argumentos de um plano espiritual e de uma fé subjetiva, no contato com experiências mundanas de comportamentos e valores, podem legitimar práticas políticas de exclusão de corpos que, dentro dessa específica lógica evangélica-cristã, “não merecem” ou “não são dignos” das bênçãos sagradas.

De maneira resumida, verificamos que a expansão da disputa eleitoral ocorre, primeiramente, através de argumentos como “crente vota em crente” ou “irmão vota em irmão”, delimitando uma postura comprometida das lideranças evangélicas em levar a palavra de Deus ao cenário dos debates políticos. Compreender, portanto, de que forma os assuntos são mobilizados pelos parlamentares evangélicos na esfera política direciona um importante passo na interpretação da dinâmica discursiva suscitada no campo legislativo em torno de temas considerados polêmicos – pelos deputados religiosos – por conta de seu conteúdo moral (GONÇALVES, 2016).

A análise feita pelo pesquisador explora estudos já detalhados da inserção evangélica que busca transpor uma lógica de defesa da moralidade privada conectada a uma postura fisiológica. Assim, ao invocar interesses por questões de ordem pública, o grupo evangélico também busca legitimar sua presença política por meio da representação da “maioria da sociedade” – classificada como “maioria moral” por Pierucci (1989, p. 112, grifo nosso).

Foi em nome desta “maioria moral”, medida com o metro da *moralidade privada convencional, religiosa, mas não denominacional*, que eles lutaram na Constituinte contra o aborto [...], contra o jogo [...], contra o homossexualismo [...], contra as drogas [...], contra o feminismo [...], contra a pornografia, contra a ilimitada dissolução da sociedade conjugal pela liberação do número de divórcios e a liberação dos métodos contraceptivos abortivos. *Em nome da “maioria da sociedade” eles puseram-se em campo a favor de uma censura de costumes na TV, no rádio, no cinema e em outros tipos de espetáculos*, a favor da educação religiosa

nas escolas e, até mesmo, na programação das emissoras de TV.

Não é surpresa, como podemos constatar, que muitos desses assuntos continuem sendo pautados nos espaços de deliberação política, em nosso caso, o Congresso Nacional. As mudanças, portanto, que agem sobre a forma com que essas lideranças colocam as condutas privadas em discurso é o que destacamos nesta parte da pesquisa. Com o avanço do neopentecostalismo, protagonizado pelas denominações da IURD e da Ass.D., notamos novas formas de expressão que expandem o universo de atuação das igrejas, assim como suas estratégias discursivas e comunicacionais.

Nas palavras de Vital e Lopes (2013, p. 51), essas inovações também “são acompanhadas por uma oposição às religiões de matriz africana, pelo estímulo à expressividade emocional nos cultos e pela utilização dos meios de comunicação de massa, enfatizando rituais de cura e exorcismo.”. Com essa presença cada vez mais assertiva no tocante à cura e à eliminação de problemas da ordem pessoal, a igreja assume um compromisso em mudar a vida das pessoas e isso é reconhecido pela propagação de “casos que deram certo” – uma benção espiritual e material acompanham as efetividades dos rituais sagrados.

Ao lado dessas investidas, os evangélicos também buscam participar ativamente da vida política, pois observam nesta um meio legítimo e fundamental para a defesa de valores e expansão institucional e cultural (VITAL e LOPES, 2013). Dessa forma, tem-se conjugado a ação de pastores e igrejas ao meio político com o propósito de “levar a salvação” e “as palavras de Deus” para os espaços de discussão e deliberação de políticas públicas.

Aprofundando nossa discussão, a partir do destaque conferido à IURD e à Ass.D. nos espaços políticos representativos, percebemos pontos congruentes que ressaltam a interseção desses movimentos à presença na esfera midiática. Na medida em que certas condutas são taxadas como “pecados” que manifestam o “mal” frente às crenças divinas e escrituras do Evangelho, os líderes evangélicos reconhecem essas atividades em sua função política, transpondo uma materialidade mundana às passagens do texto bíblico e sagrado. Dessa forma, ao lembrarmos os aspectos discutidos anteriormente, procuramos estabelecer conexões que evidenciam sob quais pautas ou debates públicos a atividade legislativa dos evangélicos se centraliza.

Nos trabalhos de Prandi (1991), Gonçalves (2016) e Suruagy (2011) temos diversas análises e entrevistas realizadas com atores ligados à bancada evangélica em diferentes épocas e legislaturas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Ao propormos uma leitura

sociológica, não podemos descartar as transformações culturais vivenciadas, exatamente o que nos leva ao recorte de conteúdo moral verificado pela atuação do grupo evangélico frente a diferentes assuntos políticos. É como se a igreja fizesse um jogo de mão dupla: mesmo apropriando-se da mídia (e outros espaços “seculares”) para pregar a evangelização, não abandona sua identificação com uma rigidez de conduta individual (e coletiva), porque é em torno dela que se garante a verdadeira “salvação divina” frente aos “perigos diabólicos” disseminados por “pecadores e forças do mal”.

Ao resgatarmos outros momentos históricos aqui comentados, também percebemos que a Assembleia de Deus sempre primou por uma unidade de manifestação teológica, o que nos leva ao objetivo de caracterizar este *ethos* privado-religioso em contato com práticas e discursos políticos. Alguns elementos dessa discussão aparecem nos trabalhos mencionados, em que se têm análises discursivas realizadas a partir de intervenções de atores evangélicos em Comissões Temáticas da Câmara Federal, assim como em outros eventos do âmbito político institucional.

Com uma compilação realizada dessas pesquisas em diálogo com as obras de Cunha (2017), Vital e Lopes (2013), verificamos que a atuação conservadora de parlamentares evangélicos não se relaciona diretamente com a opinião de seus seguidores religiosos. Esse comportamento é explicado para além de razões individuais, delineando a força institucional constituída na negociação de interesses e recursos entre as múltiplas Frentes Parlamentares e grupos organizados sob outras demandas sociais específicas (não-religiosas).

Em artigo recente, Prandi e Santos (2017) levantaram dados de duas pesquisas realizadas pelo Instituto DataFolha nos anos de 2014 e 2015. Os questionários entrevistaram cerca de 340 parlamentares e 10 mil eleitores, de onde os autores extraíram opiniões a respeito de temas diversos, como pena de morte, pobreza, maioria penal e posse de armas. Estes foram separados no estudo enquanto a) questões morais e de comportamento; b) temas referentes à homossexualidade e ao aborto; c) questões econômicas e governamentais. O intuito das observações foi comparar as opiniões dos congressistas com a dos eleitores, também dispostas a partir de suas religiões declaradas.

Notadamente, o engajamento dos evangélicos na esfera política limita-se a ser, nas palavras de Prandi e Santos (2017), “reacionário”. Os autores completam essa identificação ao falarem que não há “[...] muitos acordos para além daquilo que rejeitam no *plano moral*, eles se juntam principalmente para *reagir a alguma proposta que consideram afrontosa*, mais do que para propor alguma política moralmente edificante.” (PRANDI e SANTOS, 2017, p. 210, grifo nosso). Essas reações, porém, intensificam-se a partir do maior ativismo desse

grupo frente aos debates suscitados e a essa ação mobilizadora em que conectamos estratégias midiáticas às práticas das lideranças políticas e religiosas.

Essa noção também é compartilhada por Machado (2017). Conforme a entrevista<sup>29</sup> concedida ao portal *El País*, a pesquisadora defende que a aliança religiosa extrapola a crença congregacional, fazendo com que o próprio delineamento da FPE seja mais uma formalização de funcionamentos da Câmara do que uma coesão estritamente evangélica nas movimentações políticas ali dentro. Nesta ocasião, a autora também pontua relações pertinentes para o interesse das lideranças em “entrar na política”:

Há uma articulação de interesses. Estar na política permite aos diferentes segmentos sociais uma série de prerrogativas. Abre porta para uma série de coisas. A primeira delas é a proteção. A ideia deles é que eles precisariam estar presentes na esfera da política para serem ouvidos e respeitados e buscarem uma certa legitimidade. A capacidade de influenciar na sociedade aumenta muito quando se está na política e quem está na política consegue ter acesso a uma série de parcerias com o Estado. Consegue concessão de rádio, de televisão, na área da ação social. (MACHADO, 2017, online).

Para exemplificar essa ascensão e elaborar a maior influência desse setor à conjuntura política, trazemos, novamente, as impressões do resultado eleitoral de 2018. A partir de um declarado apoio de diversas igrejas evangélicas, o então candidato Jair Bolsonaro participou de cultos e dirigia-se, muitas vezes, à “maioria cristã” do país. Aliado a isso, manifestava a preocupação por retomar a “moralidade” à nação e às “famílias brasileiras” – em referência à formação familiar tradicional de homem, mulher e filho(s). Concomitantemente, o protagonismo das mídias sociais em sua campanha incitou o compartilhamento em massa de materiais com falsas informações, em que destacamos o caso do – pejorativamente conhecido – “kit-gay”. Aprofundaremos a descrição desse evento mais adiante, contudo adiantamos o apelo moral contido em frases e imagens que expressavam a preocupação em torno da “ideologia de gênero” que seria “ensinada às crianças em suas escolas”.

Em contato com o nosso objeto de pesquisa, também apoiador e eleitor de Jair Bolsonaro, verificamos o antigo receio do pastor Marco Feliciano no tocante às pautas de diversidade de gênero e sexualidade. Durante o ano de 2011, em que eram realizadas audiências para discussão do PL 122/2006, já notamos uma mobilização do deputado federal em reagir a essas questões e, da mesma forma, barrar os “privilégios” que ativistas LGBT estavam tentando impor sobre a “maioria cristã” da sociedade brasileira. O “perigo”

---

<sup>29</sup> Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/02/politica/1512221378\\_127760.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/02/politica/1512221378_127760.html)>. Acesso em: 10 jan. 2019.

denunciado por essa liderança acerca da “ideologia de gênero” levada às escolas é, portanto, um argumento consolidado em sua atuação discursiva no plenário e nas mídias sociais.

Destacaremos, agora, algumas marcas que caracterizam a consolidação desse ativismo com algumas conquistas e eventos no âmbito político-midiático. Pretendemos, assim, chegar à descrição da história do pastor Marco Feliciano e relacioná-la aos movimentos teóricos e empíricos expostos ao longo deste capítulo.

#### 2.4.1 O ativismo político neopentecostal

Ao retomarmos o trabalho de Souza e Matos (2017, p. 15), verificamos que a apropriação da TV exercida pela Assembleia de Deus reconfigurou seu discurso ascético, possibilitando ao crente uma identificação como integrante do mundo terreno, posicionando-se, dessa forma, enquanto “[...] cidadão que não mais nega o mundo, mas deseja transformá-lo.”. A essa mudança, que se estabelece intimamente às disputas de espaço político e interesses eleitorais, dialogamos com as proposições de Vital e Lopes (2013, p. 47, grifo nosso), que relatam:

Os evangélicos teriam estabelecido a confessionalização da política partidária (Machado, 2006) criando, além de uma apresentação do político definida por sua inscrição religiosa, partidos próprios como o Partido Republicano Brasileiro (PRB), em 2005, ligado à Igreja Universal do Reino de Deus, e o Partido Ecológico Nacional (PEN), em 2012, ligado à *Assembleia de Deus – maior igreja evangélica no Brasil com mais de 12 milhões de auto-declarações*, segundo dados do Censo IBGE 2010. Mariano (2011) sustenta que a força política desse grupo religioso só foi possível porque os principais partidos laicos buscaram estabelecer alianças com eles a fim de cooptar o apoio eleitoral, apostando que os fiéis das igrejas são como rebanhos conduzidos por seus pastores.

Observamos, então, uma complexidade na teia de relações expressas pela tríade mídia-política-religião. Ao mesmo tempo em que as igrejas trabalham para a manutenção de suas correntes teológicas frente ao público, os processos sociais e políticos demandam respostas de caráter institucional, com base também em transformações culturais contemporâneas. Para Souza e Matos (2017, p. 16), o processo de midiaticização das Assembleias de Deus constroi-se com “discursos moralistas, de resistência à secularização e à midiaticização como mecanismo de controle dos fiéis em prol da manutenção de lideranças no poder.”.

Percebemos daí, como as correntes pentecostais exercem uma espécie de gerenciamento das igrejas buscando manter sua adesão social, recorrendo inevitavelmente às lógicas que imperam na “realidade dominante” – atualmente expressa pelo neoliberalismo e a

globalização. Novamente trazemos a obra de Cunha (2017) para falar do cenário de transformação do “modo de ser evangélico no Brasil”. A autora destaca, para tanto, três elementos principais desse contexto: a hegemonia pentecostal, a inculturação no mundo urbano e o surgimento da cultura gospel. Salientamos nossa discussão em torno deste último aspecto, que nos permite enxergar a aproximação dos evangélicos com uma vasta produção (e circulação) de produtos midiáticos.

Os primeiros sinais da cultura gospel são verificados a partir dos anos de 1990 e, para Cunha (2017), caracterizam o alcance da modernidade pelos evangélicos – expressa também pela modificação dos cultos e da importância designada à tecnologia eletrônica. Os crentes, agora, realizam shows e megaeventos (ex.: Marcha para Jesus), ressignificam situações terrenas com a presença de conteúdo religioso em outras produções artísticas e culturais. Outras três importantes descrições podem ser relatadas sobre a cultura gospel, que é marcada “[...] pelo desenvolvimento de uma *religiosidade midiática e midiaticizada*, pela identificação dos evangélicos como um segmento de mercado e pela ampliação do mercado da música e seus derivativos do entretenimento.” (CUNHA, 2017, p. 26, grifo nosso).

Ao constatarmos o atual desenvolvimento desse fenômeno, vemos nas formulações de Cunha (2017) pontos que nos ligam ao ativismo que buscamos delinear. Uma vez confirmada a apropriação mais ampla das mídias, a presença evangélica na esfera pública brasileira também é estendida. Ao observarmos como essa ocupação igualmente ocorre em veículos e espaços não-religiosos, não é difícil comprovarmos a investida de grupos neopentecostais às mídias sociais digitais que são mundialmente reconhecidas hoje. Ao verificarmos essa interpelação entre mídia, política e religião, tentaremos mostrar a junção dos movimentos explorados até aqui, trazendo a constituição do sujeito Marco Feliciano enquanto reflexo das transformações e processos abordados.

## 2.5 MARCO FELICIANO: DA CELEBRIDADE GOSPEL AO CARGO PARLAMENTAR

No encaminhamento das explicações realizadas, partimos agora para a compreensão específica do ativismo exercido pelo pastor Marco Feliciano que, dentre outros indícios, garantiu sua visibilidade para alcançar o título de deputado federal em 2010, com reeleição nos dois pleitos seguintes, em 2014 e 2018. Nossa intenção com este tópico é referenciar o percurso histórico desse sujeito, apontando relações entre a midiaticização religiosa e política, protagonistas na experiência do nosso objeto de pesquisa.

A vivência evangélica de Feliciano inicia-se ainda em sua juventude, quando aos 15 anos de idade começou a trabalhar de maneira voluntária para a igreja Assembleia de Deus de sua cidade natal, Orlândia, localizada no interior do estado de São Paulo. Graduado em Teologia no Brasil e nos Estados Unidos, o pastor também se destaca como expoente da cultura gospel, possuindo um grande acervo de mídias produzidas entre livros e DVDs, com cerca de 3 a 4 milhões de exemplares já vendidos (FOLHA DE S.PAULO, 2013)<sup>30</sup>.

A partir de um novo levantamento de reportagens e opiniões veiculadas em portais de mídia, percebemos que a origem humilde do pastor é relatada por meio de dificuldades financeiras e familiares. Na longa entrevista<sup>31</sup> concedida ao portal *Huffpost Brasil*, Feliciano comenta diversas passagens de sua trajetória pessoal que acabaram convertendo-se em produtos midiáticos, a partir da promoção de suas orações. O pastor relaciona alguns episódios de dificuldade e superação à experiência de outros fieis, mencionando como essas obras também ajudaram “muita gente que passava por situações parecidas”.

Ao começar a viver e sustentar-se como pregador itinerante e conferencista, o pastor passou a ficar conhecido por suas enérgicas e emocionantes falas que alcançavam, progressivamente, púlpitos e igrejas maiores, igualmente correspondidas pelo número de crentes e fieis. De acordo com a matéria publicada na *Folha de S. Paulo*, foi em 1999, aos 26 anos, que Marco Feliciano deu “um salto” em sua ocupação ao pregar no palco do maior evento evangélico do país, o Congresso Internacional dos Gideões Missionários – vinculado ao grupo Gideões Missionários da Última Hora (GMUH), presidido em Camboriú-SC. Essa organização surgiu no final da década de 1970, o que podemos relacionar ao processo de expansão pentecostal no país. Em sua 37ª edição, o Congresso Internacional dos Gideões tem como objetivo “a conscientização missionária visando despertamento do povo de Deus a serem contribuintes voluntários para o sustento dos missionários e apoio à ação social”.

De acordo com sua página oficial<sup>32</sup>, o GMUH está presente em 42 países e o evento anual conta com a presença de milhares de pessoas do Brasil e do mundo. Ao acessarmos o portal com informações sobre o Congresso, percebemos a importância dada à transmissão dos cultos e ações dos missionários, que são transmitidos ao vivo por diversas rádios e ainda a TV Gideões, “possibilitando a escolha do internauta”. A extensa divulgação audiovisual de trabalhos da fé evangélica, além de relatos de batismo e outras experiências vividas no campo

---

<sup>30</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/03/1247318-hoje-famoso-pastor-ja-foi-rejeitado-por-lideres-evangelicos.shtml>>. Acesso em: 20 out. 2018.

<sup>31</sup> Disponível em: <[https://www.huffpostbrasil.com/2015/09/01/marco-feliciano-cheirei-cocaina-tentei-maonhamas-nao-conse\\_a\\_21684087/](https://www.huffpostbrasil.com/2015/09/01/marco-feliciano-cheirei-cocaina-tentei-maonhamas-nao-conse_a_21684087/)>. Acesso em: 5 jan. 2019.

<sup>32</sup> Disponível em: <<http://www.gideos.com.br>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

missionário destacam o caráter marcante da missão de evangelizar.

Assim, o pastor Marco Feliciano, ao conquistar espaço e legitimidade entre as igrejas onde pregava e na relação com os líderes que as presidiam, fundou seu próprio ministério no ano de 2008. Questionado sobre algumas práticas da igreja, Feliciano revela sua proximidade com questões mundanas e se diz um “revolucionário” comparado a outros pregadores:

[...] tudo precisa ser respeitado, só que *a Igreja também precisa passar por transformações*. Eu saí em paz e abri um ministério na minha região, onde há a *liberdade de se fazer o que quiser*. Não sou dono deles, sou um orientador espiritual, ensino na igreja. O que eles fazem na rua, na escola e no trabalho é de foro íntimo. *A Igreja mais antiga queria doutrinar a pessoa*. Pensei: será que não dá para ser *assembleiano e moderno sem ser mundano*? Na minha época, quantas meninas perderam o emprego porque precisavam colocar calça comprida? Fui um dos primeiros a colocar uma pulseira. Nenhum homem ou mulher da Igreja podia usar adornos. Fui um revolucionário. (FELICIANO, 2015, online, grifo nosso).

Percebemos, aqui, a atualização das práticas religiosas exploradas ao longo deste capítulo, em que identificamos um representante neopentecostal defendendo a liberdade individual sem que isso caracterize um “ascetismo mundano” por completo. O “ser assembleiano e moderno” é também o que garante reconhecimento para Feliciano formalizar sua candidatura em 2010, apesar de, discursivamente, defender que essa decisão veio de um “chamado de Deus” para dar continuidade à sua “missão” na Terra. Inferimos, portanto, a partir da difusão de cultos midiáticos e outras obras midiáticas, que o pastor constrói-se enquanto uma figura de força e um missionário legítimo que “entregou sua vida” para as graças divinas.

No *E-book* intitulado “Por que me tornei parlamentar”, lançado em 2018, pela MK Editora, Marco Feliciano descreve como Deus teria falado com ele por meio de um “sonho noturno”. Trazemos alguns trechos, dispostos ainda no capítulo introdutório do livro:

Sonhei que estava diante de uma porta fechada, onde havia uma identificação: “Gabinete do Governador”. No sonho, eu batia naquela porta, mas ninguém abria. Em minhas mãos eu carregava uma pasta, onde estava escrito a palavra “cruzadas”. Certamente em referência ao meu desejo de promover eventos evangelísticos. Continuava batendo a porta e não havia resposta. Até que uma voz veio de dentro do gabinete perguntando “Quem é?”. Eu respondi: “É o pastor Marco Feliciano”, mas a porta não se abria. Naquela mesma época eu tinha um programa na REDETV, por isso no sonho eu insistia dizendo: “É o pastor da TV.”. Porém a porta continuava fechada. No sonho, eu olhei novamente para a pasta em minhas mãos e as letras brilharam e a escrita mudou. Agora poderia se ler: “Deputado Federal mais votado entre os evangélicos de São Paulo.”. Foi quando repeti essa frase e a porta, que antes estava fechada, agora foi sugada para dentro e arremessada para longe, quando acordei.”. (FELICIANO, 2018, p. 13).

Essa passagem exemplifica de forma bastante espontânea as análises que buscamos evidenciar sobre a relação mídia-política-religião no Brasil. Antes de detalhar seu “sonho”, o pastor ainda comenta sobre os efeitos da discussão em torno do PL 122/2006 (da criminalização da homofobia), atribuindo a esse projeto – e sua aprovação em Comissões Temáticas da Câmara Federal – o avanço das circunstâncias que levaram a Igreja a “acordar para a vida política”, antes rechaçada, conforme as leituras visitadas. Logo após essa menção ao PL, denominado no livro como “lei da mordaca gay”, Feliciano (2018, p. 10, grifo nosso) relata o “desafio especial” que recebeu de seu amigo e conselheiro: “[...] diante do avanço da política de esquerda no Brasil, o Dr. Talma Bauer propôs que eu entrasse na política, emprestasse meu nome e prestígio para a *causa da família* e me tornasse um *ativista cristão*.”.

Explicitamente, portanto, Marco Feliciano torna-se conhecido a partir do maior alcance de suas atividades evangélicas desempenhadas em pregações e cultos, além da intensa produção artística e cultural difundida por meio da cultura gospel. Sua visibilidade é construída e formada nos espaços evangélicos midiáticos. Com a leitura das próprias opiniões do pastor, também podemos atrelar o início de sua trajetória como deputado federal às questões e disputas institucionais verificadas no ambiente político. O pastor, assim, descreve essa escolha enquanto mais um “chamado de Deus” para “cumprir sua missão”.

Nos próximos capítulos, continuamos a apresentar marcas da atuação de Marco Feliciano, focando em sua presença nas mídias sociais digitais. Ao apresentarmos a conceituação do *ethos* privado-religioso em contato com as transformações culturais e políticas expressas nesta seção, compreendemos também como a dimensão institucional desse sujeito manifesta-se em seu comportamento discursivo.

### **3 A CONSTITUIÇÃO (BIO)POLÍTICA DO *ETHOS* PRIVADO: ESTRATÉGIAS DE CONTROLE NA ATUAÇÃO PARLAMENTAR DOS EVANGÉLICOS SOBRE AS PAUTAS LGBT**

Neste capítulo, buscaremos apresentar o movimento teórico que explora mais uma dimensão institucional do sujeito Marco Feliciano. A partir de uma discussão inicial da constituição de hábitos e práticas humanas “tipificadoras” do mundo institucional, aprofundamos o olhar para a transformação política ocorrida no Estado moderno que trouxe extenso controle e disciplina sobre os corpos e as condutas privadas. Ao notarmos como as ações humanas naturalizam-se pela repetição, instituindo normas e comportamentos sociais, começamos também a relacionar a comunicação enquanto atividade basilar nos processos culturais. Passando pela compreensão da leitura biopolítica, adentramos na constituição do *ethos* privado em perspectiva com os discursos institucionais e as mudanças proporcionadas pela cosmologia moderna em contato com a religião.

No intuito de aproximar os percursos conceituais ao nosso objeto de estudo, destacamos como ocorrem as atuais participações das lideranças evangélicas no âmbito político, levando a uma caracterização discursiva da FPE no Congresso Nacional. Dessa maneira, aqui intuímos realçar sob que formações institucionais e culturais o pastor e deputado federal Marco Feliciano ancora suas manifestações públicas e discursivas, que serão observadas nas mídias sociais e, especificamente, no compartilhamento de vídeos no *YouTube* com a *#ANossaFamíliaMereceRespeito*.

Nossas principais referências são os autores: Peter Berger e Thomas Luckmann (2004), Michel Foucault (1988), Luiz Fernando Duarte (2005), Ricardo Mariano (2003, 2011) e Rafael Bruno Gonçalves (2016). Além de refletirmos sobre a lógica institucional moderna e suas transformações em curso, buscamos indicar como o *ethos* privado exprime centralidade na construção de sentidos coletivos e operações de poder no mundo social. A preocupação manifestada pelas igrejas e pastorais cristãs acerca da sexualidade humana, desde séculos remotos, é ressignificada hoje sob novas lógicas de inteligibilidade, acarretando mudanças na própria expressão de um *ethos* religioso.

Os caminhos teóricos propostos nesta altura buscam delimitar, principalmente, como as operações institucionais e discursivas da igreja e dos governos reafirmam comportamentos esperados pelo corpo individual e coletivo em sociedade. A partir da exploração de trabalhos desempenhados por lideranças e grupos evangélicos no campo

político, notamos uma intrínseca relação com a mídia que possibilita a ascensão e visibilidade desse setor em debates públicos atuais.

Ao final desta etapa, esperamos que estejam traçadas algumas dimensões institucionais e políticas que permitem compreender a expressividade de Marco Feliciano nos cenários político, religioso e midiático, que será vista detalhadamente no quarto capítulo. Passando pela seguinte construção teórica, já ressaltamos também alguns valores e opiniões defendidas por atores evangélicos que disputam interesses específicos em projetos e votações no âmbito legislativo federal. Antecipamos, desta forma, que os sentidos relacionados à defesa da família e da garantia da moral e dos bons costumes serão recortes protagonizados, tendo em vista o caminho de análise exposto até agora.

### 3.1 DAS ORIGENS INSTITUCIONAIS À EMERGÊNCIA BIOPOLÍTICA

Ao verificarmos sob quais contextos a ascensão evangélica definiu-se em nosso país, trazemos uma discussão teórica que sustenta a atividade institucional abordada na seção anterior. Assim, nos cabe uma descrição da institucionalização como processo de construção da realidade. Pretendemos, então, delinear quais discursos institucionais são constituídos nas atuações do pastor e deputado federal Marco Feliciano. Por meio da implicação de uma ordem naturalizada das coisas humanas, que têm suas manifestações em todo âmbito social, enxergar os processos políticos e religiosos carece de uma explanação acerca da subjetividade e objetividade individual e coletiva socializadas.

Na obra de Berger e Luckmann (2004), entendemos que as origens da institucionalização surgem com a ligação de atividades humanas ao hábito. O hábito, de acordo com os autores, fornece a direção e a especialização da atividade que falta no equipamento biológico do homem, aliviando o acúmulo de tensões resultantes do impulso não-dirigido. Descrevem, com exemplos práticos, o processo de formação dos hábitos e de que maneira uma multiplicidade de situações podem se reunir sob pré-definições. A tomada de perspectiva individual – e coletiva, através das relações entre indivíduos – desse processo precede a institucionalização.

Começamos a entender, portanto, a origem das instituições desde uma repetição aparentemente simplória de atividades, mas que assume uma noção ampla ao enxergamos os indivíduos que constituem as esferas sociais, assim como as construções significativas consequentes do próprio desenvolvimento dessas atividades. No estudo, os autores observam como o processo institucionalizado dá-se a partir de uma tipificação recíproca de ações

habituais por tipos de atores:

O que deve ser acentuado é a *reciprocidade das tipificações institucionais* e o caráter típico não somente das ações, mas também dos atores nas instituições. [...]. As instituições implicam, além disso, a *historicidade e o controle*. As tipificações recíprocas das ações são construídas no curso de uma *história compartilhada*. Não podem ser criadas instantaneamente. As instituições têm sempre uma história, da qual são produtos. É impossível compreender adequadamente uma instituição sem entender o processo histórico em que foi produzida. *As instituições, também, pelo simples fato de existirem, controlam a conduta humana estabelecendo padrões* previamente definidos de conduta, que a canalizam em uma direção por oposição às muitas outras direções que seriam teoricamente possíveis. (BERGER e LUCKMANN, 2004, p.79-80, grifos nosso).

Com essa caracterização, podemos inferir que os discursos construídos por essas tipificações assumem formatos padronizados, capazes de interpelar nossas experiências pelo singelo fato de “já existirem assim” – normatizados e criados pelas instituições. Aqui, partindo de uma análise da divisão de trabalho entre dois indivíduos, Berger e Luckmann (2004, p. 83) delineiam como acontece a formação de novos hábitos e a expansão do “[...] terreno comum a ambos indivíduos.”. A partir da socialização, continuam os autores, os indivíduos constroem um fundamento no sentido exposto entre eles, que servirá para estabilizar suas ações separadas e sua interação. Conseqüentemente, na visão de um mundo social, esse sempre estará em construção e irá conter raízes de uma “ordem institucional em expansão”.

Antes de aprofundarem tais questões sobre as origens da institucionalização, os autores fazem comentários importantes sobre a forma como a linguagem e a interação social também constroem a “vida cotidiana” a partir de um senso comum e de objetivações. Essas formulações tornam-se muito pertinentes quando temos, em nossa pesquisa, uma análise discursiva apresentada sobre um tipo de interação social. Retomando a literatura, vão dizer, então, que a linguagem determina a ordem em que as objetivações ganham significado e sentido para um indivíduo. Essas manifestações apresentam-se na realidade também como um mundo intersubjetivo, em que instâncias da minha consciência de “aqui e agora” são compartilhadas com os outros.

Explorando esses pontos com o que vimos no capítulo anterior, percebemos que o *ethos* religioso pentecostal foi redefinindo-se ao longo da história, no momento em que as transformações culturais também pressionavam a igreja para manter-se mais próxima dos indivíduos e grupos sociais.

Os estudos antropológicos e sociológicos explorados por Berger e Luckmann (2004)

pretendem explicitar passagens e construções da realidade a vida cotidiana. Para isso, tomam a consciência humana como fato material e espiritual constitutivo das experiências vividas. Essa realidade predomina por excelência, igualmente depositando-nos mais atenção sobre sua presença: “Vivo a vida quotidiana no *estado total de vigilia*. Este estado de vigilia total, do existir na realidade da vida cotidiana e de a apreender, é por mim *considerado normal e evidente*, isto é, constitui a minha *atitude natural*.”. (BERGER e LUCKMANN, 2004, p. 33, grifo nosso).

Nessa passagem, sobre a qual já podemos constatar uma naturalização em curso de nossa experiência social como indivíduo (ou grupo), dialogamos com outra referência norteadora de nosso trabalho: a obra “A história da sexualidade I: vontade de saber”, do filósofo francês Michel Foucault (1988). O autor tece contribuições acerca do conceito de poder, relacionando transformações sociais, discursivas e econômicas ocorridas na transição entre as idades clássica e moderna. Essa relação tem cunho estrutural, uma vez que estabelece conexões acerca do caráter formador – individual e societário – das instituições na interpelação de condutas humanas e regulações sociais. Relembramos, aqui, como o contato e a conexão entre atores, instituições e discursos perpassam por toda a nossa investigação.

No livro, Foucault analisa de maneira profunda as mudanças ocorridas no Ocidente moderno em função de um regime “poder-saber-prazer” que sustenta sobre todos nós o discurso da sexualidade humana. A partir de eventos datados do século XVI até o período em que se situa (século XX), o autor descreve uma transposição de lógicas sociais e mecanismos de poder a partir da “*colocação do sexo em discurso*”, considerado um “*fato discursivo global*.”. (FOUCAULT, 1988, p.16, grifo nosso). As contribuições são pensadas da observação de atividades discursivas e funcionais das instituições, o que também permite ao autor esboçar seu intento de discorrer sobre que formas e mediante a que discursos o poder consegue chegar às mais individuais das condutas.

O ponto chave desta discussão consiste em demonstrar como, desde as pastorais cristãs e a prática confessional até às instituições médicas, jurídicas, familiares e pedagógicas, a incitação e a propagação de dizeres sobre a sexualidade humana foram disseminadas por toda sociedade (ocidental moderna). Isso importa no sentido de determinar se tais produções discursivas e efeitos de poder possibilitam revelar a “vontade de saber” [sobre o sexo] que, ao mesmo tempo, lhe serve de suporte e instrumento (FOUCAULT, 1988, p. 17). Essa concepção estabelece olhares dialéticos entre o que é dito e, conseqüentemente, o que não é dito sobre as questões privadas e subjetivas em manifestação à sexualidade e desejo humanos. É na decorrência desses eventos que procuramos arquitetar nossas investidas empíricas sobre os

processos socioculturais e comunicacionais que hoje interpelam as ações de grupos religiosos em contato com questões e disputas políticas.

Esse controle, na forma caracterizada por Foucault (1988), nos remete à “Construção social da realidade”, quando Berger e Luckmann (2004) também constroem pontes entre a linguagem e a objetivação de experiências. Esse elo conceitual nos aporta na direção de ancorar as investigações em torno da presença de Marco Feliciano sob estruturas culturais e institucionais que conferem legitimidade e reconhecimento social à sua atividade discursiva, tanto no âmbito religioso quanto no político e, conseqüentemente, também na esfera midiática. Ao localizarmos essas instâncias, aproximamos práticas comuns a saberes (e poderes) seculares constituintes de nossa sociedade atual.

Comparadas à realidade da vida cotidiana, as outras realidades aparecem como regiões delimitadas de significação, enclaves dentro da realidade dominante, marcados por significados e modos de experiência circunscritos. A realidade dominante envolve-os por todos os lados, por assim dizer, e a consciência volta sempre para a realidade dominante como se regressasse de uma excursão [...]. *A experiência estética e religiosa é rica em produzir transições desta espécie, na medida em que arte e religião são produtores endêmicos de áreas delineadas de significação.* (BERGER e LUCKMANN, 2004, p. 37, grifo nosso).

Assim, podemos verificar e associar essa compreensão ao que outrora Foucault (1988) interpretou da existência, cada vez mais constante, de comportamentos considerados “perversos” e “ilícitos”, da produção de sexualidades polimorfas tanto mais eram colocados em discurso – e suas intencionalidades a – essas condutas. Se dotamos de significação algo que antes não era mencionado ou conhecido, materializamos e trazemos à nossa realidade essas experiências que, anteriormente, não se localizavam na “realidade dominante”. Ainda sobre o destaque mencionado acima, enxergamos a capacidade da experiência religiosa em recorrer a “outras realidades”, o que pode desenhar uma série de significados – extremamente subjetivos e espirituais – na busca por respostas ou costumes na “realidade dominante” e material.

Ao relembarmos nossa exposição anterior, percebemos que o neopentecostalismo inaugurou outros significados à experiência religiosa relacionados aos valores econômicos e culturais da contemporaneidade. Unificam-se, portanto, as ações espirituais aos anseios materiais expressos pela “busca da prosperidade” e o “combate ao mal”, elegendo inimigos específicos no campo político, conforme veremos em seguida neste capítulo.

A aproximação teórica aqui realizada atualiza-nos de um importante momento político que é comentado por Foucault (1976), pela primeira vez, ao final de sua tese escrita nos anos

de 1970: o surgimento de um biopoder que exerce uma biopolítica. Na continuidade de sua longa discussão, o autor mostra indícios culturais, econômicos e políticos na transição das diferentes formas de poder exercidas na Idade Antiga e na Idade Moderna, o poder soberano e o poder biopolítico, respectivamente. Para tal abordagem, utiliza-se de situações específicas que expressam as diferentes manifestações da sexualidade em jovens, mulheres e crianças, principalmente. Segundo o autor, a análise vai do dispositivo da sexualidade com sua

[...] formação, a partir da carne, dentro da concepção cristã; seu desenvolvimento através das quatro grandes estratégias que se desdobraram no século XIX: sexualização da criança, histerização da mulher, especificação dos perversos, regulação das populações; *estratégias que passam todas por uma família* que precisa ser encarada, não como poder de interdição e sim como *fator capital de sexualização*. (FOUCAULT, 1988, p. 107, grifo nosso).

A retomada feita pelo filósofo permite-nos enxergar as relações entre “poder-saber” denominadas a fim de apresentar sistemas de ações existentes no Estado moderno e nas próprias relações humanas, que legitimam a “normalidade” das coisas e dos comportamentos. A partir da ascensão de dispositivos de controle e, conseqüentemente, das práticas de vigilância e cobrança disciplinar, os sujeitos vêm-se biologicamente inscritos nas lógicas sobre as quais os Estados e seus representantes pensam as políticas públicas – ou para “a população”, como o próprio Foucault (2005) nomeia. Se lembrarmos da reflexão de Berger e Luckmann (2004), visivelmente podemos relacionar esta vigilância – intrínseca ao poder e seus dispositivos – àquela vigília construída individual e pessoalmente sobre nossas condutas na experiência da vida cotidiana.

Retomando Foucault (1988), a leitura acerca da mudança de perspectiva sobre vida e morte dá luz a um novo processo social, em que as pessoas não mais temem suas escolhas à visão de uma figura máxima e central, como ocorria na sociedade clássica soberana; elas passam, a partir da intensidade de individualização gerada pelas mudanças econômicas, a existir sob uma expectativa de vida – ditada pelo Estado e suas instituições – imersa em padrões e normas reguladoras. Por esse motivo, a vida (ou a *bios*) torna-se chave principal do regime político, não mais a morte.

Nesta altura, colocamos novamente à disposição o que os autores Berger e Luckmann (2004, p. 89, grifo nosso) sintetizam sobre a pretensão das instituições e seu contato com os indivíduos.

As instituições devem pretender, e de fato *pretendem ter autoridade sobre o indivíduo*, independentemente das significações subjetivas que este possa atribuir a

qualquer situação particular. [...] *Quanto mais a conduta é institucionalizada tanto mais se torna predizível e controlada.* Se a socialização das instituições foi eficiente, é possível aplicar completas medidas coercitivas econômica e seletivamente.

Ao adentrar em questões específicas das relações humanas com os dispositivos coercitivos institucionais, Foucault (1988) explica que esse poder sobre a vida é desenvolvido em duas formas principais: a do corpo-máquina, pensado justamente no contexto de adestramento, ampliação das forças e necessária docilidade para a integração aos sistemas de controle (assegurados por procedimentos que caracterizam a anátomo-política do corpo humano); e a do corpo-espécie, que transpassa mecanismos do ser vivo e suporta processos biológicos, como os nascimentos, a mortalidade, o nível de saúde e a longevidade. Tais processos, de acordo com o autor:

São assumidos mediante toda uma *série de intervenções e controles reguladores: uma biopolítica da população.* As *disciplinas do corpo* e as regulações da população constituem dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do *poder sobre a vida*. [...] A velha potência da morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela *administração dos corpos e pela gestão calculista da vida*. (FOUCAULT, 1988, p. 131, grifo nosso).

Dessa maneira, todas as disciplinas que permeiam a sociedade ocidental, sejam em escolas, universidades, práticas políticas, observações econômicas e questões de saúde são medidas por diversas técnicas para obter a sujeição dos corpos e o controle das populações. Esse biopoder tornou-se indispensável para o capitalismo, uma vez que reforçou a inserção controlada dos corpos nas esferas de produção, ao mesmo tempo em que conseguiu, por meio dessas instituições, sujeitá-los a técnicas de poder que agiram desde a manutenção econômica até à operação de hierarquias sociais, relações de dominação e efeitos de hegemonia. (FOUCAULT, 1988).

Seguindo a conceituação, para Foucault (2005) essa tecnologia de poder atua em três frentes principais ao lidar com a noção de população, pois assume caráter de problema político e assim considera os fenômenos coletivos e aleatórios que serão levados em consideração. A partir daí “[...] trata-se de estabelecer mecanismos reguladores que, nessa população global com seu campo aleatório, vão poder fixar um equilíbrio, manter uma média [...] em suma, de instalar mecanismos de previdência em torno desse aleatório que é inerente a uma população de seres vivos.” (FOUCAULT, 2005, p. 293-294).

Nosso interesse em demarcar essa concepção teórica passa por acreditar que, atualmente, estamos vivenciando por completo a experiência biopolítica, acentuada também

pelos dispositivos e lógicas midiáticas (aprofundadas no próximo capítulo). As expressões discursivas que caracterizam a presença deste biopoder no atual estágio de nossas relações sociais, políticas e culturais são também objetos de estudo da Linha de Pesquisa Mídia, Biopolítica e Religião, orientada pela professora doutora Aline Roes Dalmolin. Mais um ponto pertinente que também justifica esse movimento ressalta-se em nosso recorte temático: a caracterização do *ethos* – midiático e discursivo – de Marco Feliciano não pode desvincular-se das formações institucionais que o construíram e fortaleceram enquanto liderança evangélica e política.

O ativismo digital exercido por Feliciano será abordado com mais afinco no capítulo seguinte, mas, a partir da interseção desses conceitos, já percebemos o quanto sua imagem e ação são produzidas no ambiente midiático. Como tal, e da relação assumida com as disposições institucionais padronizadas, também notamos que o contato da religião com as disputas políticas garante uma formação de discursos de controle sobre condutas privadas. Tais discursos visam assegurar algumas posturas conservadoras exercidas por lideranças evangélicas na interpretação de passagens específicas do texto bíblico, além do acionamento de recursos jurídicos e civis legalizados pela Constituição Federal vigente.

Passando, brevemente, por outra leitura que nos estimula atenção acerca de descrições conceituais da biopolítica, comentamos o trabalho de Agamben (2002). Considerando as contribuições de Foucault (1988, 2005), o autor italiano retoma processos constituintes das sociedades grega e romana desde a literatura incipiente à época. Ao discorrer a respeito da formação política e do aparato jurídico-institucional presentes nessas experiências, Agamben (2002) identifica como ações e documentos desse período revelam inclusões e exclusões sociais inerentes ao desenvolvimento da biopolítica.

Na concepção do autor, a sensível atividade experimentada pelo cidadão no acesso à *polis* já está embutida de demarcações necessárias para caracterizar-se a pessoa (ou a vida) “politicamente qualificada” para ocupar certos espaços de decisão. Com isso, sua pesquisa busca manifestar o “[...] oculto ponto de interseção entre o modelo jurídico-institucional e o modelo biopolítico do poder.” (AGAMBEN, 2002, p. 14). Registrando marcas essenciais que dão continuidade às reflexões iniciadas pelo francês, o autor completa:

As duas análises não podem ser separadas e que a implicação da vida nua na esfera política constitui o núcleo originário – ainda que encoberto – do poder soberano. *Pode-se dizer, aliás, que a produção de um corpo biopolítico seja a contribuição original do poder soberano.* A biopolítica é, nesse sentido, pelo menos tão antiga quanto a exceção soberana. Colocando a vida biológica no centro de seus cálculos, o Estado moderno não faz mais, portanto, do que reconduzir à luz o vínculo secreto

que une o poder à vida nua, reatando assim (segundo uma tenaz correspondência entre moderno e arcaico que nos é dado verificar nos âmbitos mais diversos) com o mais imemorial dos *arcana imperii* [misterioso poder]. (AGAMBEN, 2002, p. 14, grifos nosso, tradução nossa).

Dessa forma, quando fala da “vida nua”, pretende dizer dos próprios aspectos biológicos e sociais, a vida por excelência, que determina fundamentos seculares da inserção (e exclusão) do ser vivente nas comunidades investigadas. Os estudos de Agamben (2002) trazem relações com a estruturação das democracias modernas, passando por valores também constituintes da política ocidental, delimitando pontos congruentes para análise que buscamos apresentar<sup>33</sup>. As contribuições do autor mostram-se bastante atuais ao enxergarmos o contexto político brasileiro. Ainda sobre essas implicações e os conflitos entre as vidas “qualificadas” ou não para o exercício da cidadania e a conquista de direitos jurídico-civis, percebemos, novamente, como elementos constitutivos de um *ethos* privado sempre estiveram na centralidade da manutenção política e dos debates públicos.

Nosso olhar, após essa explanação teórica, volta-se para compreender o aparato institucional e discursivo que insere a formação de Marco Feliciano na experiência biopolítica. Ao tomarmos o conceito de *ethos*, procuramos demonstrar o controle de condutas humanas (privadas) e valores específicos que são acionados por Feliciano em sua prática discursiva. Ressaltamos, para tanto, a necessidade de delinear o *ethos* próprio desse sujeito. Dessa forma, resgatamos construções históricas e contemporâneas em contato direto com os sentidos verificados nas manifestações públicas do pastor e deputado federal.

Ao acionar preceitos constitucionais, também relacionados a sua legitimidade cristã em “função do povo brasileiro”, a “missão divina” que o pastor Feliciano incita em sua atuação parlamentar coloca em evidência marcas trazidas pelas formulações trabalhadas. A partir de agora, buscaremos mostrar a relação dessas teorias com a constituição do *ethos* privado e religioso, colocando-os em perspectiva com a presença institucional da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso.

---

<sup>33</sup> A opção teórica destacada para este momento centrou-se nas contribuições de Foucault (1988, 2005) por visualizarmos mais proximidade às observações empíricas que evidenciam relações do poder disciplinar e o controle de comportamentos privados na constituição das instituições sociais aqui exploradas. Na seção de análise, entretanto, retomamos a contribuição de Agamben (2002) a fim de complementar os exercícios metodológicos realizados.

### 3.2 O *ETHOS* PRIVADO EM TRANSFORMAÇÃO E RELAÇÕES COM A RELIGIOSIDADE

O antropólogo Luiz Fernando Dias Duarte (2005) apresenta sua tese a partir da preocupação explícita entre as regiões da religião e da sexualidade, também as caracterizando como específicas da “visão de mundo ocidental moderno”. O autor utiliza-se da categoria de “*ethos* privado” para compreender “[...] todos os valores, sentidos e comportamentos relacionados ao prazer corporal, à satisfação moral, à reprodução sexual e à conjugalidade – donde também a própria constituição da vida familiar.” (DUARTE, 2005, p. 138).

Os estudos desenvolvidos neste trabalho buscam mostrar uma análise da constituição do *ethos* privado na sociedade brasileira contemporânea em sua possível relação com o pertencimento ou adesão a religiões (DUARTE, 2005). As hipóteses argumentativas levantadas por Duarte (2005) compilam pontos importantes, que se alinham a nossa observação empírica no tangente à expressividade que Marco Feliciano detém hoje nos âmbitos (político, religioso e midiático) trazidos para a pesquisa.

Ao acreditar numa modificação de processos que compõe os universos público e privado envolvidos pela complexidade do fenômeno religioso nas sociedades modernas, o autor detalha seus caminhos conceituais levantados para discussão a partir de quatro pontos principais:

[...] argumentos ligados (1) à existência de um *ethos* privado não confessional generalizado, que inclui – mas não se restringe a – diversos aspectos da *ideologia individualista*, que se difunde pelos diferentes segmentos da sociedade brasileira e é *determinante de muitos aspectos fundamentais de seus comportamentos privados*, (2) à consolidação da consciência pública e à generalização do uso social de um “mercado” de alternativas religiosas no Brasil contemporâneo, (3) à *incorporação diferenciada nas doutrinas cristãs contemporâneas* de diversas *dimensões de valores associados à cosmologia individualista, “moderna”, e seus corolários comportamentais privados*, e (4) à complexidade dos motivos sociais de pertencimento a grupos e adesão a experiências explícita ou implicitamente “religiosas” nas sociedades modernas em geral. (DUARTE, 2005, p. 139, grifo nosso).

Baseado em outros trabalhos de campo realizados anteriormente, Duarte (2005) explora uma discussão teórica definindo pontos de entrelaçamento que também se mostram em nossa investigação. Ao tratar de eventos e transformações da manifestação religiosa moderna, o autor preocupa-se em distinguir as dimensões estruturantes que utiliza ao desenvolver seu pensamento. Entende, assim, “religião” enquanto identidade ou pertencimento; “religiosidade” como adesão, experiência ou crença; “*ethos* religioso” como

uma disposição ética ou comportamental associada a um universo religioso (DUARTE, 2005, p. 141).

Essa última descrição alinha-se aos nossos caminhos, uma vez que a categoria de *ethos* que tentamos explorar não se encontra estática ou precisamente “obediente” a uma única congregação religiosa “doutrinária”. Essa inferência é realizada, inclusive, sobre o que já contatamos da ascensão difusa e capilarizada da denominação pentecostal Assembleia de Deus em suas missões evangelizadoras por todo o país.

Em diálogo com Duarte (2005), evidenciam-se questões acerca da laicidade do Estado e da própria secularização, entendidas como importantes marcas na passagem histórica-temporal das esferas política, econômica e social. Quando optamos por estudar a transformação cultural moderna a partir do dispositivo da sexualidade, destacamos também como as disposições teóricas vinculam-se às pretensões analíticas no tocante às formações institucionais políticas, religiosas e midiáticas. Ao compreendermos tais mudanças, buscamos localizar a inserção de Marco Feliciano neste contexto de operações e lógicas que imprimem novos formatos e discursos aos atores evangélicos, assim como seu contato com o ativismo político e midiático.

O caráter liberal contido nas manifestações modernas também é pautado por Duarte (2005), que nos direciona a considerar o predomínio da separação entre o público e o privado, assim como a defesa da liberdade do “[...] comportamento individual em tudo o que não afeta o exercício coletivo da cidadania.” (DUARTE, 2005, p. 143). Dessas implicações, situamos o cenário que envolve o crescimento pentecostal em território brasileiro, permitindo-nos fazer, mais adiante, associações com o movimento teórico acerca da institucionalização e da biopolítica.

Retomando a leitura de Mariano (2003), constatamos que a lógica de mercado passa a orientar as ações organizacionais, religiosas e proselitistas de vários grupos, sobretudo algumas denominações pentecostais. Apesar de não ser uma preeminência sobre o conjunto dessas igrejas, o autor completa:

A despeito do fato de que as pressões do mercado religioso vêm exercendo crescente influência nos rumos do pentecostalismo, observa-se que diversas igrejas desse movimento religioso –  *muito diversificado internamente nos planos institucional, organizacional e teológico, na composição social de seus membros e na sua relação com a cultura e a sociedade abrangente* – se baseiam em princípios, tradições, doutrinas e práticas dissociados, em boa medida, dos imperativos do mercado religioso. (MARIANO, 2003, p.115, grifo nosso).

O acompanhamento dessa lógica na incidência de expressões institucionais

evangélicas leva-nos, reiteradamente, às questões de historicidade e controle. Ora, se não há atualização de regimes e condutas pela igreja (instituição), dificilmente haverá crescimento dessas manifestações entre os indivíduos e a sociedade em geral.

Nesta altura, novamente conversamos com a tese desenvolvida por Duarte (2005), uma vez que suas vertentes teóricas exploram valores “cultuados” no que ele denomina de “cosmologia moderna”. Ao trabalhar com os conceitos de “individualismo ético”, “hedonismo” e “naturalismo”, o autor também explica a relação desses temas com a “*racionalização dos controles corporais*”, ressaltando as implicações imediatas de tais dimensões sobre o *ethos* privado (DUARTE, 2005, p. 143, grifo nosso). Essa abordagem é feita pelo autor considerando elementos constituintes da sociedade brasileira e da adesão religiosa como “negociação da realidade”, colocando-nos a frente de sinais etnográficos que demonstram uma espécie de “flutuação” na consolidação desta realidade e na ideia de pertencimento religioso.

Levantando outras hipóteses de teor socioeconômico e cultural, o autor costura elementos que definem uma profunda alteração em sentido a “remagicização” em curso no mundo moderno. Menciona, assim, o pentecostalismo ao lado de orientalismos e outras denominações cristãs, descrevendo a existência de uma nova disposição religiosa que não só existe, mas apresenta novas condições dessa crença a partir do atual estado do “mercado”, assim como das formas em que se relacionam com “[...] *as linhas de força ideológicas não confessionais abrangentes, características da ordem pública liberal moderna.*” (DUARTE, 2005, p. 151, grifo nosso).

Percebemos essa movimentação também a partir dos levantamentos realizados por Cunha (2017), ao descrever as adaptações das igrejas do “novo pentecostalismo” às lógicas de urbanização do país, acarretando modificações estruturantes em cultos evangélicos. Outros destaques observados pela autora dialogam com princípios acionados por Duarte (2005): a pouca ênfase na vinculação formal a uma comunidade, a facilitação do trânsito religioso e a pregação individualista são características da “inculturação da religião ao urbano”. Tais elementos também “se agregam à oferta de bens religiosos para consumo e à espetacularização proporcionada pelo acesso à tecnologia e à mídia”. (CUNHA, 2017, p. 25). Dessa maneira, as mensagens de prosperidade e de “guerra espiritual”, a proposta de cura para doenças e o “exorcismo do mal” constituem “[...] alívios diante da degradação da vida promovida pela explosão urbana.” (CUNHA, 2017, p. 25).

Notamos, assim, uma confluência de transformações em níveis individuais e coletivos na forma de expressão e convenção dessa linguagem/atuação religiosa em contato com o

*ethos* privado. As situações expostas por Duarte (2005) também perpassam pelo movimento que exploramos na seção passada, evidenciando como os sentidos pautados nas redes familiares e no “discurso sobre o sexo” (FOUCAULT, 1988) ainda geram imbricações na manifestação do pertencimento religioso nos dias atuais. Ao relacionarmos essas questões, chegamos a um ponto-chave de associação da historicidade e controle das instituições com as modificações experimentadas pela cosmologia moderna na sociedade brasileira:

O fato de essa “modernização” se dar mais no nível formal-institucional do que no nível substantivo-valorativo permite compreender que seu caminho de afirmação seja ainda maciçamente o das alternativas religiosas. Com efeito, *os sujeitos sociais encontram no pertencimento a essas comunidades e na adesão a suas fórmulas pastorais as condições morais adequadas a uma certa consistência ou intensidade de ethos considerada adequada a sua reprodução em determinado estágio de suas trajetórias. Reforçaria essa disposição a permanência na sociedade brasileira de uma preeminência dos valores relacionais da “religiosidade” e da “família”, sobretudo – mas não apenas – nos meios populares.* (DUARTE, 2005, p. 170, grifo nosso).

Percebemos, com isso, uma complexificação do campo religioso brasileiro, determinada pela própria demanda de alternativas religiosas ligadas a este mercado em expansão. O rompimento com a hegemonia católica também ofertou posicionamentos individualizantes no sentido de busca a outras comunidades e crenças, classificadas por Duarte (2005) do tipo “nova era”. A compreensão de que esta “individualização” do processo não ocorre de forma linear na experiência confessional e nos próprios sujeitos sociais, permite o entendimento de transformações ideológicas e institucionais globais legitimando o horizonte igualitário, liberal, hedonista e naturalizante, autorizando sua progressiva disseminação (DUARTE, 2005).

Complementando este pensamento, Cunha (2017) é bastante afirmativa ao falar dessa busca por “*satisfação individual*” que torna possível, por meio das ofertas, uma “*escolha do tipo de proposta religiosa*” que atende à necessidade mais urgente, seja pelo tipo de culto (moderno ou tradicional), de bênção material ou até de socialização entendida como “*sadia*”. Este contexto, de acordo com a autora, revela de que forma o cenário religioso evangélico no país tem sofrido consideráveis transformações nas últimas duas décadas, mediando a configuração de novas formas culturais religiosas, em que a cultura gospel é a mais expressiva entre elas (CUNHA, 2017, p. 25, grifo nosso).

Este aspecto torna-se fundamental para pensarmos as condutas evangélicas que interpelam o espaço político em razão do fortalecimento institucional e amplificação de temas caros à manutenção do *ethos* privado-religioso cristão. Como tratamos anteriormente, é

notória a mobilização do setor evangélico em torno de pautas que ferem, de alguma forma, o ideário cristão ligado a valores morais “do bem” e da “família”. O resultado dos movimentos que trouxemos até aqui demonstram como a atuação desses grupos passa a ser compartilhada por indivíduos e setores mais amplos, que não necessariamente identificam-se ou pertencem a uma denominação evangélica ou cristã.

Dito isso, procuramos investigar, a seguir, os principais posicionamentos defendidos pela FPE, assim como aproximar nosso recorte empírico sobre a presença da igreja Assembleia de Deus nesses espaços de atividade política e legislativa. Ao demarcarmos algumas nuances desse comportamento, procuramos apontar indícios que caracterizam a formação desse *ethos* privado-religioso nas disputas políticas, além de ressaltar a recorrência às questões privadas na articulação discursiva desses posicionamentos públicos.

### 3.3 O CONTROLE DOS CORPOS COMO “MOEDA” POLÍTICA

Tomando nota do que discutimos no ponto anterior, inferimos a multiplicidade de mudanças que o corpo institucional da igreja passa a aderir, a partir do momento em que consolida sua presença no ambiente político “formal” do regime representativo brasileiro. A criação da FPE ocorre em 2003, juntamente com o Grupo de Assessoria aos Parlamentares Evangélicos. Da leitura de seu estatuto, verificamos como o objetivo do trabalho político é encarado sob preceitos religiosos:

1 - Acompanhar e fiscalizar os programas e as Políticas Públicas Governamentais manifestando-se quanto aos aspectos mais importantes de sua aplicabilidade e execução.

2 - Procurar, de modo contínuo, a atualização da legislação necessária à promoção de políticas públicas, sociais e econômicas eficazes, influenciando no processo legislativo a partir de comissões temáticas existentes nas Casas do Congresso Nacional, segundo seus objetivos, combinados com os propósitos de Deus e conforme Sua Palavra.

3 - Promover o intercâmbio com parlamentos e parlamentares evangélicos de outros países visando ao aperfeiçoamento recíproco das respectivas políticas e da sua atuação (BRASIL, 2015, p. 6).

Temos, dessa forma, a consolidação institucional de um grupo disposto a atuar combinado aos propósitos de “Deus e Sua Palavra”. A FPE dentro de suas finalidades<sup>34</sup> também deixa explícito o compromisso com valores morais e bons costumes, pretendendo

---

<sup>34</sup> Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/internet/deputado/Frente\\_Parlamentar/53658-integra.pdf](https://www.camara.leg.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/53658-integra.pdf)>. Acesso em: 2 jul. 2018.

promover ações “visando à agregação familiar”, além de “incentivar o segmento religioso a colocar-se à disposição dos governos municipal, estadual e federal quanto a projetos sociais e educacionais.”. Percebemos, então, como as prioridades desse setor influenciam suas ocupações nos espaços de proposições legislativas e assuntos debatidos em comissões da Câmara Federal.

O deputado Pastor Marco Feliciano participava<sup>35</sup>, na 55ª legislatura da Casa, como titular da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), atuando como suplente na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) e na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN).

Na investigação de Suruagy (2011, p. 173, grifo nosso), que também analisa discursivamente os posicionamentos de parlamentares da FPE, fica explícito que o principal objetivo constitui:

[...] garantir o acompanhamento e a avaliação de todos os projetos de lei em tramitação na Câmara Federal *a fim de evitar a aprovação daqueles considerados um “acinte” à moralidade cristã*. Conforme as declarações dos parlamentares, *é preciso manter-se em estado de alerta e atenção*, visto que a cada instante são elaboradas novas proposições, algumas totalmente contrárias aos princípios cristãos. *A “vigilância” deve ser absoluta e a observação constante*.

A partir dessas convicções, também relacionadas aos interesses institucionais em transformações já identificadas na expressão de um *ethos* privado-religioso, conseguimos agrupar alguns elementos primordiais que se refletem na atuação política de atores evangélicos. Ao enxergarmos as variantes da dimensão institucional identificadas nesta etapa, comprovamos que as imbricações da relação política e evangélica tecem uma complexa rede de posicionamentos em defesa da família, da moral e dos bons costumes. Ao suscitar argumentos moralizantes sobre pautas específicas do ambiente legislativo, os representantes estendem seus discursos ao domínio dos comportamentos privados, o que nos remete à discussão do exercício biopolítico em consonância às operações das instituições sociais.

Dessa maneira, utilizam-se de sentidos partilhados por uma experiência de fé subjetiva e espiritual que é ancorada em estudos e literaturas teológicas reconhecidas institucionalmente (e, assim, historicamente controladas) pela Igreja evangélica e suas múltiplas congregações. A fim de justificar uma legitimação sociopolítica que garanta não só o espaço no sistema

---

<sup>35</sup> Além dessas atividades, Feliciano também se insere em comissões específicas para debater Projetos de Lei (PL) e Propostas de Emenda à Constituição (PECs), devidamente disponíveis em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/160601>>. Acesso em: 2 jul. 2018.

democrático representativo, como também o fortalecimento desses valores a nível de políticas públicas discutidas para a população brasileira.

A decisão por dialogar com a leitura biopolítica veio a partir de descobertas empíricas e, igualmente, das decisões metodológicas inicialmente descritas. Ao verificarmos a convocação que líderes religiosos conservadores fazem em suas investidas institucionais, percebemos sentidos que adentram na lógica comentada por Foucault (1988, 2005). Para termos uma ideia de como isso se materializa no campo das políticas públicas, atualmente a média de vida de uma pessoa transexual ou travesti no Brasil<sup>36</sup> é de 35 anos, enquanto a expectativa de vida média da população brasileira é de 75 anos.

Apesar de não haver uma sistemática de estudos relacionados a esse parâmetro, esses números são descritos e aprofundados a partir do Mapa dos assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017<sup>37</sup>, realizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Percebemos que a discriminação e a violência são alimentadas por posicionamentos que ainda insistem em tratar como patologia – ou como “coisa do diabo”<sup>38</sup> – uma condição verificada há muitos anos em estruturas culturais e individuais dos sujeitos acerca de sua sexualidade e reconhecimento de gênero. Em 2017, o mapeamento<sup>39</sup> realizado pela ONG Grupo Gay da Bahia (GGB) indicou que a cada 19 horas uma vítima LGBT era morta por motivação homofóbica.

Esses dados, quando colocados ao lado de argumentos que não reconhecem e desprezam a identidade de gênero e sexual de milhares de pessoas, motivam os chamados “crimes de ódio”, que expõe a violência humana ocasionada pela intolerância às diferenças. Assim, por não seguir a disciplinarização dos corpos como “Deus criou” – homem e mulher em sua essência reprodutora – alguns setores conservadores da igreja conseguem barrar propostas legislativas que são levadas a fim de garantir uma maior proteção do Estado para as pessoas LGBT. Essas violências e mortes sofridas pela população LGBT podem ser vistas à luz de um senso comum enquanto “aleatoriedades”, mas, é justamente delegando algumas vidas à exposição desse aleatório que se constitui um biopoder que regulariza e regulamenta as vidas que, ao contrário (neste caso, pessoas heterossexuais e cisgênero), merecem ser

---

<sup>36</sup> Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

<sup>37</sup> Disponível em: <<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>>. Acesso em: 4 abr. 2019.

<sup>38</sup> Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2019/01/21/homem-e-presos-em-campinas-apos-matar-e-guardar-coracao-da-vitima-em-casa.ghtml>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

<sup>39</sup> Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-01/levantamento-aponta-recorde-de-mortes-por-homofobia-no-brasil-em>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

vividas. A manutenção dessas estruturas passa sutilmente por nossas experiências e relatos cotidianos.

Podemos retomar, aqui, o que Duarte (2005, p. 166) pontua acerca das adaptações institucionais experimentadas pelo segmento religioso a partir das exigências da “[...] cosmologia moderna e da nova partilha público/privado”. Para o autor, as linhas de força presentes nesta ambientação possuem forte predomínio na organização do *ethos* privado por conta de sua grande legitimidade pública, além de sua condição estruturante, inquestionada e gradualmente capilarizada para todos os níveis da sociedade pelos meios de difusão da ideologia dominantes (escolas, meios de comunicação, interação com profissionais eruditos e mediadores ativistas, etc).

A principal diferença entre os dois segmentos ideológicos é a de que *os discursos “religiosos”*, na medida em que se apresentam no mundo moderno como diferentes em seus conteúdos pastorais e devem ser apresentados como fundamentalmente explícitos nessa diferença, *tendem a se apresentar também como divididos na forma de um “mercado” à disposição teórica da escolha pessoal.* (DUARTE, 2005, p. 167, grifos nosso).

As entranhas que dominam a lógica moderna do privado refletem-se nas disposições coletivas, na partilha das experiências que tratamos outrora. Ao reunirmos as leituras trazidas, enxergamos elementos constituintes do *ethos* privado e este em contato com ações e discursos institucionais, ressaltados aqui pela igreja, pelo parlamento e ambos em contato com a mídia. Seguindo a observação que acompanha todas essas mudanças na relação entre atores e instituições, buscamos destacar a constituição política presente na formação desse *ethos* privado, assim como os desdobramentos visíveis que esse possui em relação a um *ethos* religioso.

No livro “Religião e Política – uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e LGBTs no Brasil”, Vital e Lopes (2013) exploram dois casos emblemáticos do confronto ideológico existente no Congresso Nacional: a pauta do aborto tratada nas eleições de 2010 e a discussão do material didático elaborado pelo programa Brasil Sem Homofobia, pejorativamente conhecido como o “kit-gay”. Na compilação de entrevistas e recortes empíricos, chegam a formular os mecanismos, argumentos e técnicas dos políticos religiosos no Congresso. Assumindo percurso teórico similar ao de Cunha (2017) em sua análise, os trabalhos dialogam sobre a configuração de pânico morais<sup>40</sup> que

---

<sup>40</sup> O conceito de Miskolci (2007) traz a definição de práticas simbólicas e discursivas instauradas ao encontro de disseminar um “medo” atrelado a mudanças verificadas no âmbito social. Instaura-se um “pânico” sobre

estes atores suscitam a nível político em seus discursos.

Dessa forma, vimos que ocorre uma distorção das ações de grupos LGBT em torno de argumentos que visam controlar os comportamentos privados e regular uma forma de vida que se encaixe aos padrões morais verificados no Evangelho. Com isso, imprime-se um discurso persecutório frente aos arranjos conservadores de família e valores tradicionais defendidos por esses atores evangélicos e políticos. A ameaça a esse núcleo familiar considerado “formador e vital” para a manutenção e reprodução da sociedade é uma das principais motivações que Marco Feliciano expressa em sua atuação política, conforme percebemos na entrevista por ele concedida, em junho de 2012, à pesquisa de Cunha e Lopes (2013, p. 154, grifo nosso).

*Já como parlamentar, a nossa briga aqui tem sido terrível porque, como eu represento um segmento de luta única e exclusivamente pela família, porque a família é a base da sociedade. Nós vivemos hoje no mundo da influência da ONU, que quer mandar nos governos; e nós sabemos o pensamento da ONU, desde 1960 pra cá, da revolução sexual; há um pensamento dos intelectuais que há uma explosão demográfica incontida e isso pode levar à falência do planeta por causa das suas reservas naturais que estão se extinguindo; isso é o que eles apelam; em função disso, houve uma união entre vários militantes de vários segmentos, a começar pelas feministas, as abortistas, o pessoal do grupo LGBT, e se uniram pra que a família seja atingida.*

Há uma crença, portanto, de que os pilares da sociedade estariam ruindo a partir da luta de outros grupos e atores sociais para garantir direitos na esfera política. A ampliação dos direitos das mulheres e da população LGBT confluem em nossas observações teórico-empíricas, o que nos leva a enxergar, novamente, o caráter reativo assumido pelos parlamentares evangélicos. Ao lado disso, percebemos a influência que esse grupo possui ao colocar-se em negociação com outras discussões, ofertando trocas oportunas em votações e deliberações nas instâncias do Congresso Nacional.

Nas palavras de Vital e Lopes (2013), eles [políticos religiosos] parecem operar no mesmo plano que seus oponentes políticos, dialogando estrategicamente a partir dos (aparentemente) mesmos códigos e buscando o convencimento (ou a persuasão) da sociedade como um todo. Paralelo a isso, acionam mecanismos de amplo conhecimento dos políticos no

---

determinado assunto, mas resguardam-se interesses por trás de tal apelação. De acordo com o Mikolsci (2007, p. 114) a “[...] política simbólica que estrutura os pânico morais costuma se dar por meio da substituição, ou seja, grupos de interesse ou empreendedores morais chamam a atenção para um assunto, porque ele representa, na verdade, outra questão. Um exemplo é a descriminalização da homossexualidade, que obrigou àqueles que gostariam de denunciá-la como imoral a encontrar outras formas, dentre as quais se destaca o ressurgimento do temor da pedofilia. A partir desse caso, é possível perceber que todo pânico moral esconde algo diverso e, ao invés de aceitar um temor social como dado, o pesquisador precisa desvelar o que reside por trás do medo.”

Congresso Nacional, resultado de um nível maior de formalização e organização nos quais opera a FPE atualmente. Essa estrutura, ao mesmo tempo, dá-lhes capilaridade e possibilita o alcance de resultados positivos em suas demandas.

Para Cunha (2017) também se observam marcas de uma nova configuração identitária, conservadora e fundamentalista<sup>41</sup> nas transformações da cultura evangélica em passagem do século XX ao XXI. Assim, também faz parte do contexto que as lideranças políticas levem sua reflexão teológica por meio de sentidos que justifiquem a existência de um “Deus Guerreiro e Belicoso”. O elemento novo, para Cunha (2017), é a visibilidade alcançada por esses atores na esfera pública – tanto por meio de projetos de articulação e de acúmulo de forças no campo político, tanto por meio da ocupação de espaços nas mídias. Entre as personalidades ressaltadas estão Marco Feliciano, Silas Malafaia e Damare Alves (pastora, assessora da FPE e hoje ministra da pasta Mulher, Família e Direitos Humanos, instituída pelo governo Bolsonaro).

Vimos, anteriormente, como a ação e a imagem do pastor Marco Feliciano construiu-se midiaticamente em grandes cultos, registrados por produtos audiovisuais e amplamente difundidos pela internet. Ou seja, antes mesmo de cogitar ocupar um cargo político, Feliciano torna-se conhecido e visibilizado por suas contundentes presenças nos espaços religiosos midiaticizados. Colocam-se em perspectiva as táticas de controle assumidas pelo biopoder, uma vez que observamos o levantamento de opiniões ressaltadas pelo argumento da procriação, assim como discursos acerca de incursões econômicas do Estado que estariam ameaçadas pela constituição “promíscua” dos relacionamentos homossexuais.

Esses elementos, diz Cunha (2017, p. 99), estão ligados ao “ideário da moral cristã” – contra o aborto e o controle da natalidade, a favor da assistência psicológica a homossexuais – e agregam-se a princípios liberais na política, como a defesa do Estado mínimo e o enaltecimento ao livre-mercado. Com esses discursos, as lideranças evangélicas conseguem apoio para além do circuito religioso a partir do mote “é preciso salvar a família”. Dessa forma, a narrativa de que existe uma ameaça concreta por parte dos movimentos feminista e

---

<sup>41</sup> Apesar não aprofundarmos essa leitura conceitualmente, levantamos pontos sobre as características do fundamentalismo que permeiam nosso percurso teórico. Assim, salientamos questões levantadas pelos autores Berger e Zijderveld (2012, p. 56-57) ao discutirem o assunto na contemporaneidade, destacando três aspectos de uma realidade empiricamente verificável ao termo: “O fundamentalismo é um fenômeno reativo. [...] A reação é sempre contra uma ameaça percebida a uma comunidade que incorpora determinados valores (religiosos ou seculares). O fundamentalismo é um fenômeno moderno. [...] Ele só pode ser compreendido no contexto do processo modernizador e relativizante. [...] O fundamentalismo é uma tentativa de recuperar o não questionamento de uma tradição, normalmente visto como um retorno ao passado imaculado (real ou imaginário) da tradição. A condição imaculada não pode ser retomada e, por conseguinte, o projeto fundamentalista é inerentemente frágil.”.

LGBT é reforçada pela abertura dos governos petistas a essas demandas. Junto a isso, retomase o enunciado de “ameaça comunista” no Brasil, quando acentuam estereótipos apresentados em torno da ex-presidenta Dilma enquanto “terrorista e guerrilheira” na época do regime civil-militar brasileiro.

Portanto, a formação discursiva que legitima a defesa da família emprega argumentos que nos fazem pensar na tecnologia de poder biopolítico, uma vez que o imbricamento do dispositivo da sexualidade às questões políticas de direito LGBT acaba delimitando um comportamento específico para a população. Ao não reconhecer a diversidade das relações sexuais e das identidades de gênero, os líderes religiosos levam à instituição política suas doutrinas evangélicas com relação às normas de regularização dos corpos, como a questão do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo e o próprio Estatuto da Família, comentado na Introdução. No tocante à pauta de descriminalização da prática do aborto, percebemos uma valorização da vida (embrionária) em concepção que desconsidera a vida das centenas de mulheres que morrem ao tentar a prática abortiva de forma clandestina e insegura.

O conservadorismo moral aciona regulamentações para uma conduta específica de família e de relação afetiva-amorosa: a condição heterossexual enquanto uma linha de reprodução biológica para a prosperidade da nação e da sociedade cristã. Além disso, ao designarem o corpo do homem e da mulher como “obras do Criador”, os evangélicos reiteram suas crenças espirituais e as levam para as disputas discursivas e institucionais da arena democrática.

Para o seguinte capítulo, então, procuramos alinhar a atuação parlamentar e religiosa a outro conceito norteador desta pesquisa: o processo de mediação. Assim, consideramos imbricadas as formações do *ethos* privado e religioso com as constituições do *ethos* mediado. Percebendo de que forma são tratados os conteúdos pautados por Marco Feliciano, buscamos identificar sua atividade mediada em convergência aos valores e práticas defendidas pela FPE no Congresso Nacional.

#### 4 A CONSTITUIÇÃO DO *ETHOS* MIDIATIZADO

Neste capítulo, buscamos aproximar o decurso dos processos institucionais à lógica de uma sociedade em vias de midiática. Na continuidade dos movimentos identificados por atores evangélicos na esfera política, observamos a relação histórica de ascensão do pentecostalismo à ocupação também da esfera midiática. Ao tratarmos mais detalhadamente da denominação Assembleia de Deus, demarcamos pontos que conectam as atividades institucionais e a atuação dos sujeitos a partir de uma nova ambiência disposta pela centralidade da mídia. Além dessas constatações, a articulação teórica realizada possibilitou explorar a transformação de eventos modernos que seguem em curso na atual sociedade.

Quando tratamos das origens da institucionalização a partir de ações humanas tipificadoras, percebemos como a padronização de comportamentos e condutas materializam-se a partir do hábito. Relacionamos essa leitura a uma importante mudança no pensamento político ocorrida no decurso da formação dos Estados e das democracias ocidentais-modernas. Outras questões mencionadas foram acerca de como a linguagem e a interação social também constroem a “vida cotidiana” a partir de um senso comum e de objetivações.

Os autores Berger e Luckmann (2004), ainda, dizem que a linguagem determina a ordem em que tais objetivações ganham significado e sentido para um indivíduo. Essas manifestações apresentam-se na realidade também como um mundo intersubjetivo, em que instâncias da minha consciência de “aqui e agora” são partilhadas com os outros. Tais compreensões tornam-se muito importantes quando temos em foco uma análise discursiva, que agora começamos a aprofundar em contato com o processo de midiática.

Sabemos, então, que o incremento de práticas institucionais vigilantes e reguladoras, por parte dos governantes, permitiu uma transformação em nível societário nas esferas econômica, política, cultural e discursiva – observada, principalmente, durante o século XX. No momento em que a vida (ou a *bios*) da população tornou-se protagonista para a efetivação de políticas públicas e institucionais do Estado, fez-se emergir um biopoder capaz de disciplinar e sujeitar os corpos dessas populações, no intuito de garantir o “bem-estar geral” de uma comunidade.

Os dispositivos de controle, formulados nas teses de Foucault (1999b), expandem nossos olhares no que concerne à construção social da realidade e esta em contato com as singularidades de nossa vida cotidiana. Os efeitos reconhecidos nas práticas das instituições permitem-nos traçar vínculos entre evidências históricas e atuais. Dessa forma, ao decidirmos

explorar o dispositivo da sexualidade em contato direto com a formação do *ethos* privado e as transformações deste em relação à experiência religiosa no Brasil, buscamos aprimorar um caminho teórico-metodológico que também enfatiza o processo comunicacional no desenvolvimento das relações sociais modernas e, por conseguinte, contemporâneas.

Com a leitura da obra de Cunha (2017), temos uma extensa formulação que indica os caminhos empreendidos pelas denominações e lideranças pentecostais nos diferentes tipos de mídias. Destacamos, novamente, a importante mudança demarcada pela consolidação de uma bancada evangélica ainda no Congresso Nacional de 1987, que determina a “[...] conquista de novas e muitas concessões de radiodifusão por parte do grupo religioso, estreitando laços da relação políticos evangélicos-ampliação de espaço nas mídias.” (CUNHA, 2017, p. 29). Percebemos, assim, a atualização de um contexto que mostra pastores e líderes evangélicos tornarem-se “[...] empresários de mídia e detentores, do que se poderia chamar, ‘verdadeiros impérios’ no campo da comunicação.” (CUNHA, 2017, p. 29).

Ao observarmos o pastor e deputado federal Marco Feliciano, como um perfil ativo e comunicador nas principais mídias sociais digitais da atualidade, encontramos nuances relevantes para a investigação. A partir da visão de autores como Eliseo Verón (1997), José Luiz Braga (2017, 2018), Antônio Fausto Neto (2008, 2015) e Muniz Sodré (2010), conseguiremos demonstrar a complexificação experimentada pelo processo em midiatização no contato com as demais esferas sociais, aqui especificadas nas instâncias religiosa e política. Buscamos, igualmente, caracterizar essas mídias sociais, articulando as disposições teóricas para um primeiro exercício analítico acerca da atividade midiatizada do nosso objeto de estudo.

O principal desafio desta etapa é caracterizar alguns traços do *ethos* midiatizado de Marco Feliciano, atentando para a relação deste com questões que incidem sobre a constituição do *ethos* privado. Nesse percurso, verificamos a intensidade com que as instituições transformam suas lógicas, discursos e atuações, moldando perspectivas seculares que são afetadas por elementos da “cosmologia moderna”. No estudo de Duarte (2005), vimos que o autor apresenta sua tese a partir da preocupação explícita entre as regiões da religião e da sexualidade, caracterizando-a enquanto específica da visão de mundo ocidental moderno.

Um importante detalhe que retomamos trata de considerar esse quadro teórico e as relações acima mencionadas. Sendo assim, reiteramos que nosso estudo não busca aprofundar uma leitura acerca das esferas midiatizadas experimentadas pela igreja evangélica e pelo parlamento (aqui compreendido enquanto instância política), mas, antes de tudo, enxergar de que forma a influência dessas dimensões intercedem a atuação de Marco Feliciano.

Dessa maneira, até descrevemos algumas propriedades dos campos religioso e político, porém nosso intuito envolve-se na particularidade de identificar o *ethos* midiaticizado do pastor e deputado federal em investigação. Outro objetivo em destaque está em apontar de que forma esse *ethos* aciona os valores predominantes ao *ethos* privado trabalhado na seção anterior. Pretendemos, assim, reparar como as estratégias dispostas por Marco Feliciano em suas mídias sociais (oficiais) representam uma interpelação no controle de condutas privadas.

A partir do entendimento de que vivenciamos o poder biopolítico, interessa agora analisar as ações midiaticizadas do pastor que o colocam em contato com o dispositivo da sexualidade. Por meio de enunciações específicas, há uma lógica institucional que evidencia certos posicionamentos defendidos por esse sujeito. Ao associarmos tais lógicas, sob preceitos do atual processo comunicacional estudado, verificamos a manutenção da atividade discursiva e midiática elaborada pelo deputado Marco Feliciano em suas redes sociais. As formas de interação, os conteúdos explorados e as informações divulgadas delineiam como o *ethos* privado-religioso permanece caro aos campos instituídos da religião e da política quando estes são vistos sob a dimensão midiaticizada (também explorada pelo compartilhamento de sentidos e discursos).

#### 4.1 MIDIATIZAÇÃO E AS NOVAS LÓGICAS DE CONSTRUÇÃO DA REALIDADE SOCIAL

As proposições acerca desse conceito começaram a surgir entre os estudos das ciências sociais a partir da década de 1980. Uma das principais contribuições para iniciarmos os apontamentos sobre este marco vem do filósofo Verón (1997), que escreve um Esquema para a análise da midiaticização, propondo uma abordagem sociológica para a noção de comunicação social. Apoiando-se no conceito de “medialogia”<sup>42</sup> definido por Debray (1991), Verón (1997) aponta para os princípios de produção tecnológica das mensagens, caracterizando-as como produtos participantes de um sistema primário de significação, objetos empíricos que possuem significados. A partir daí, define-se um meio de comunicação social como “[...] um dispositivo tecnológico de produção-recepção de mensagens associado a determinadas condições de produção e a determinadas modalidades (ou práticas) de recepção das mensagens.” (VERÓN, 1997, p. 12, tradução nossa).

---

<sup>42</sup> Os “meios” são o conjunto determinado técnica e socialmente de instrumentos de transmissão e circulação simbólicas (DEBRAY, 1991).

Essa primeira delimitação é feita para sabermos localizar precisamente sob quais problematizações teóricas o autor desenvolve sua proposta de análise. Seguindo, Verón (1997, 1997, p. 12, tradução nossa) diferencia “tecnologias de comunicação” de “meios de comunicação” e enfatiza essa importância.

Uma nova tecnologia de comunicação não determina, linear e mecanicamente, práticas sociais específicas de produção e consumo, embora o discurso tecnocrático que acompanha a difusão de novos dispositivos possa ser tentado a alimentar essa ilusão. [...]. Por outro lado, e conseqüentemente, o mesmo dispositivo tecnológico pode ser inserido em contextos múltiplos e diversificados de uso.

Expandindo esta observação, o autor conclui a respeito de uma dimensão coletiva dos meios de comunicação, o que fornece, novamente, critérios para falar do acesso às mensagens e as condições para seu estabelecimento. Nesse ponto, Verón (1997) traz um recorte econômico importante para descrever o setor midiático, que seria como um mercado de comunicação, enquanto as mensagens seriam produtos, ofertas discursivas desse mercado. O texto, nesta altura, evidencia o olhar de como os meios de comunicação influenciam os mecanismos de funcionamento social – leitura fundamental para prosseguirmos à compreensão do conceito de midiatização.

Aqui, podemos relacionar as sínteses oferecidas por Verón (1997) com os estudos do de Sodré (2010). Na obra em que apresenta o conceito “*ethos* midiatizado”, Sodré discorre profundamente sobre os processos sociais desencadeados pela intensificação do neoliberalismo global, hoje acentuado pela aceleração visível na circulação de mensagens, informações e produtos. A partir de uma série de exemplos, o autor destaca a presença de uma “tecnointeração”, surgida pelo impacto da “economia digital” e, conseqüentemente, das novas formações discursivas experimentadas hoje.

O trabalho de Sodré (2010, p. 21) é extremamente denso no que propõe: descrever as implicações sociais, políticas e culturais ocasionadas por um “novo regime de visibilidade pública” centrado na midiatização. Para o autor, a midiatização é uma ordem de mediações realizadas socialmente, em que a comunicação entende-se como processo informacional, a reboque de organizações empresariais e enfatizada, particularmente, na tecnointeração.

Trata-se de *dispositivo cultural historicamente emergente* no momento em que o *processo da comunicação é técnica e industrialmente redefinido pela informação*, isto é, por um regime posto quase que exclusivamente a serviço da lei estrutural do valor, o *capital*, e que constitui propriamente uma nova *tecnologia societal* (e não uma neutra “tecnologia da inteligência”) empenhada num outro tipo de hegemonia eticopolítica. (SODRÉ, 2010, p. 22, grifo nosso).

Adiante, comenta que uma das implicações desse processo é a qualificação particular da vida, definindo uma nova forma de presença do sujeito no mundo. Aqui, Sodré (2010) utiliza-se da classificação aristotélica sobre as formas de vida, demonstrando a constituição de um novo *bios* – pensado a partir dessa nova tecnologia de sociabilidade, a midiatização. Defende, então, que esta “espécie de quarto âmbito existencial” (o *bios* midiático) *qualifica-se agora na tecnocultura*, própria dessas relações sociais. Assim, “[...] o que já se fazia presente, por meio da mídia tradicional e de mercado, no *ethos* abrangente do consumo, consolida-se hoje com novas propriedades por meio da técnica digital.” (SODRÉ, 2010, p. 25, grifo nosso).

Até agora, observamos uma convergência de leituras que dão conta de revelar alguns processos sociais que vivenciamos hoje. Resgatando as contribuições de Verón (1997), apresenta-se o esquema em que o autor desenha uma possível representação simplificada dos fenômenos midiatizados. Essa configuração não demonstra nenhum processo linear, principalmente marcado entre uma “causa” e um “efeito”; ao contrário, a proposta coloca-se como um emaranhado de circuitos de “*feedback*”. Ou seja, entre as instâncias que Verón (1997) denomina “instituições”, “meios” e “atores individuais” ocorrem associações e interpelações que originam construções coletivas. Dessa maneira, sua análise explicita operações pelas quais os grupos são construídos:

O esquema identifica quatro zonas de produção coletiva: a relação da mídia com as instituições da sociedade, a relação da mídia com os atores individuais, a relação das instituições com os atores e a maneira pela qual a mídia afeta a relação entre instituições e atores (VERÓN, 1997, p. 14-15, tradução nossa).

Cada uma dessas zonas possibilita outras múltiplas formas de afetação, criando processos complexos que têm sua dinâmica modificada justamente a partir do relacionamento com a mídia. Tal caráter de afetação é uma via de mão dupla – todos seus participantes transformam-se mutuamente por essas interpelações, que demarcam um caráter global do processo de midiatização na própria transição para as “sociedades pós-industriais”, como denomina Verón (1997). Ao lembrarmos de como os hábitos instituem-se na vida cotidiana, temos aqui um conjunto de operações sociais (e institucionais) que são fortemente modificadas por meio da lógica midiática. Essa perspectiva é compartilhada por Sodré (2010) e outros autores brasileiros, possibilitando que cada tese indique caminhos e compreensões acerca desse processo.

No momento em que pretendemos investigar a presença de Marco Feliciano em seus canais oficiais de mídia social, percebemos que as informações ali dispostas perpassam pela

compreensão dessas novas relações e afetações geradas pela centralidade da mídia em contato com aquelas “zonas de produção coletiva”. Uma vez exploradas as instituições religiosa e política, delineamos alguns caminhos que já ressaltam construções discursivas exploradas por atores religiosos e políticos, conforme tratamos na seção anterior. Salientamos, portanto, este recorte em torno das pautas “em defesa da família” e “em defesa da moral e dos bons costumes”, explicitando um conteúdo fortemente moral na atuação desses sujeitos entre as esferas legislativa e midiática.

Acompanhando essas reflexões, Fausto Neto (2008, 2015) discorre acerca dessa transformação a partir de desdobramentos que também estudam os “efeitos” gerados por processos midiáticos. Sua observação indica a mudança ocorrida na sociedade (e, conseqüentemente, em seus múltiplos campos), marcada por uma “[...] intensa atividade de fluxos e circuitos tecno-discursivos” (FAUSTO NETO, 2015, p. 236). Adiante, aprofundamos estas leituras acerca do caráter contínuo e “em circuito” propostas pela reorganização de interações sociais em midiatização.

Assim, Fausto Neto (2015) apresenta descritivamente de que forma a autonomia conquistada pelo campo dos *media*, assim como seu poder de articulação com os demais campos, garante a função integrativa e representacional designada para os meios de comunicação social. Essas características estão presentes na vida institucionalizada em termos de práticas sociais, que sofrem transformações no momento em que tecnologias convertem-se em meios,

[...] afetando a natureza das diferentes práticas sociais, muito delas reconfigurando suas identidades e papéis, ao tomar como lógica de seus processos comunicativos, protocolos mediáticos. [...] A principal consequência para a natureza e trabalho do **campo dos media** é dentre outras, o enfraquecimento e erosão de sua condição mediadora. (FAUSTO NETO, 2015, p. 243, grifo do autor).

Além desse resultado, os demais campos sociais também são afetados, estruturando-se em formas de processualidades tecno-comunicativas e pelas quais suas regras transformam-se em estratégias que ingressam em fluxos. A seu turno, tais fluxos desembocam celeremente na nova “ecologia interacional” (FAUSTO NETO, 2015). O autor explicita aí sua hipótese, defendendo uma nova forma de organização social, na qual essa arquitetura permite novas ligações “sócio técnicas”. Para isso, argumenta sobre o deslocamento da dinâmica dos campos sociais e suas próprias estruturas – das “regras” para os “processos” – enquanto estratégias, especialmente, de natureza comunicacional. Sendo assim, fala-se de um “atravessamento na

sociedade” (enquanto instituições e suas práticas) de *lógicas e protocolos midiáticos*. (FAUSTO NETO, 2015, p. 245, grifo nosso).

Articulando os conceitos acionados, temos uma perspectiva antropológica e sociológica em contato com um processo efetivamente comunicacional na reconfiguração de dinâmicas sociais. Podemos traçar daí algumas proposições que justificam as escolhas teórico-metodológicas em diálogo. Até agora, verificamos que a existência de uma biopolítica da população formaliza-se pelas mediações institucionais oferecidas pelo Estado. Além disso, a incorporação de dispositivos de controle e regulação social também foi possível a partir da mudança indicada pela “colocação do sexo em discurso” (FOUCAULT, 1988). Ao pensarmos nas novas condições experimentadas pelas lógicas de relacionamento com a mídia, conseguimos imaginar um desenvolvimento de práticas e discursos capazes de afetar os valores individuais (e coletivos) que são compartilhados em sociedade.

Ao enxergarmos nuances que aproximam as experiências do *ethos* privado em contato direto às mudanças de ambiência social e interacional que reconhecemos na sociedade em midiatização, vimos o quanto é presente uma espécie de “adaptação institucional” religiosa no intuito de manter-se legítima e próxima a seu público. A ressalva articulada à teoria biopolítica comprova-se ao percebermos as movimentações do campo político brasileiro. Manifestações políticas atribuídas a características biológicas, no intuito de contrapor adversários e pensamentos de oposição em debate, exemplificam uma das hipóteses centrais dos estudos realizados pela Linha de Pesquisa Mídia, Biopolítica e Religião.

Ao lembrarmos da ascensão do neoconservadorismo examinado por Cunha (2017), vimos a relação direta desse movimento com a presença de atores evangélicos na política brasileira. Na intenção de delinear o *ethos* midiatizado de Marco Feliciano e sua consequente inserção na biopolítica, retomamos as contribuições de Sodré (2010). Ao discorrer acerca das mudanças interacionais ocasionadas pela “sociedade da informação”, o autor aponta como a midiatização atua para outro tipo de hegemonia eticopolítica.

A chamada “despolitização” midiática ou tecnológica resulta, por sua vez, do *enfraquecimento eticopolítico das antigas mediações e do fortalecimento da midiatização*. Sob a égide da produção informacional da realidade, a tecnointeração toma o lugar da mediação, *desviando os atores políticos da prática representativa concreta* (norteadas por conteúdos valorativos ou doutrinários) *para a performance imagística*. (SODRÉ, 2010, p. 34, grifos nosso).

Dessa maneira, observamos variantes complexas entre a transformação do pensamento moderno e a atuação política dos sujeitos nesta tecnointeração. Ao lembrarmos Foucault

(1988), destaca-se a emergência da biopolítica que consiste na entrada de fenômenos da vida humana na ordem do “saber-poder”, ou seja, no campo das técnicas políticas. Esse movimento, ainda mais amplo que a própria “moral ascética” surgida na formação do capitalismo, permite, pela primeira vez na história, que o biológico seja refletido no político. “O fato de viver não é mais esse sustentáculo inacessível que só emerge de tempos em tempos, no acaso da morte e de sua fatalidade: cai, em parte, no campo de *controle do saber* e de *intervenção do poder*.” (FOUCAULT, 1988, p. 134, grifo nosso).

Ao tentarmos relacionar essa proposição ao esquema trazido por Verón (1997), começamos a elaborar um caminho analítico que ressalta a presença do biológico refletida em todas as zonas de afetação consideradas nos fenômenos mediados. Nossa intenção é aprofundar as marcas dessas aproximações teóricas a partir das práticas discursivas e construções de sentido. O desafio está em demonstrar como a formação do *ethos* mediado dispõe-se transversalmente em questões de ordem política e institucional, por meio de discursos acionados pelos atores sociais que vivenciam esse processo de mediação. Ao tomarmos essa direção, não procuramos um encaminhamento linear de transposição de lógicas de pensamento e funcionamento social, mas a possibilidade de incorporar propostas teórico-empíricas que conectadas em nossa investigação.

Quando pensamos na profunda “chave discursiva” apontada pela análise do dispositivo da sexualidade, podemos verificar como temas relacionados a esta seguem em discussão nos tempos democráticos atuais. As conduções de sentidos que percebemos ressoar em postagens, depoimentos e notícias estabelecem uma preocupação estrutural de ativistas cristãos com a explanação desses assuntos em ambientes públicos, virtuais, *online* ou *offline*. Quando temos a compreensão de que o discurso materializa-se sob ditos e não-ditos, sabemos também que as regiões da sexualidade e da política envolvem uma complexa série de interdições e disputas a nível institucional (FOUCAULT, 1999a).

Conectamos a este diálogo as mais recentes obras de Braga (2017, 2018), por entendermos que a vivência num novo processo interacional de referência dispõe tensionamentos para as esferas que localizamos na construção de nosso objeto de estudo. A linguagem trabalhada por Braga (2017), em mediação, caracteriza e busca operacionalizar o processo comunicacional como central nas relações socioculturais que experimentamos. A sexualidade e a política, portanto, ora tratadas por Foucault (1988) no desenvolvimento da sociedade moderna, são trazidas para nossa análise como forma de pensar transformações discursivas e transversais à atuação de Marco Feliciano na atual configuração da sociedade brasileira.

Como sabemos, as vinculações apontadas por Verón (1997) retrabalham os sentidos a partir da afetação dos (e com os) meios de comunicação. Seguindo uma proposta pragmática para pensar esse processo, Braga (2017) admite a formação de circuitos e “dispositivos interacionais” a partir de dois elementos básicos para a eficácia de um ato comunicacional: os códigos e as inferências. Na visão do autor, o repertório que construímos em nossas experiências é a constituição de dizeres e situações que vivemos, permeadas pelas práticas institucionais que consolidam nossas expressões acerca do mundo e da vida cotidiana. Esta leitura adquire importância, uma vez que localizamos os discursos de atores religiosos ancorados em proposições históricas e disputas institucionais anteriores à luz conceitual da mediação.

Assim, na perspectiva do processo comunicacional, Braga (2017) nomeia a ação dos participantes de um episódio interacional enquanto tentativas deste processo.

O modo básico pelo qual a sociedade faz essa organização de tentativas aparece na forma de geração de *dispositivos sociais* para a comunicação – uma produção social de dispositivos interacionais que articulam duas características básicas: a necessidade de “códigos” compartilhados entre os participantes; e o desenvolvimento de inferências. (BRAGA, 2017, p. 24, grifo do autor).

A abordagem do autor para a conceituação dos “códigos” vai do nível mais restrito de codificação até o nível mais vago das referências em comum, indicando a passagem por processos crescentemente flexíveis ou difusos. Dessa forma, da necessidade de interpretação, acionamos igualmente uma inferência abdutiva capaz de nos encaminhar para melhores explicações a partir dos dados e outras características contextuais, não havendo limite para o acréscimo de novos dados e reinterpretações destes. Assim, Braga (2017, p. 30, grifo nosso) também defende que as inferências não dizem respeito somente à “interpretação do sentido mais provável da manifestação recebida, mas se direcionam para *o melhor ajuste dessa manifestação nas perspectivas e no acervo* do receptor para a continuidade do processo.”.

Essa compreensão permite o autor assinalar que as inferências inerentes aos processos comunicacionais não podem ser levadas como hipótese que conta apenas com a “busca de melhor sentido” ou a “desambiguação da manifestação do falante”. Então, tal hipótese inclui referência a dados – como o acervo do participante-ouvinte –, as condições contextuais e os objetivos da interação conforme o episódio interacional e suas “lógicas práticas” (BRAGA, 2017, p. 30). Assume-se, portanto, que a interpretação e o ajuste reproduzem-se mutuamente, ocorrendo a adaptação do sentido percebido conforme os arranjos possíveis a nosso repertório. O resultado dessas ocorrências manifesta como “[...] os episódios interacionais são

inferenciais (logo, tentativos) *no seu conjunto* – pois se trata de *alcançar algum tipo de ajuste em processo, entre todas as participações, e destas com seus contextos e objetivos, viabilizando uma ação em comum.*” (BRAGA, 2017, p. 30-31, grifo nosso).

Ao observarmos estas disposições, temos uma qualificação da imagem exercida por Feliciano em seus processos comunicacionais, também entendidos enquanto atos discursivos e episódios interacionais. Ao entendermos a complexa individualização experimentada por essas interpretações e ajustes dispostos nos episódios interacionais, resgatamos algumas marcas discursivas já verificadas em torno da atuação de políticos evangélicos. No contato com o dispositivo da sexualidade, procuramos identificar como as regiões de sentido em torno da defesa da família e da defesa da moral e dos bons costumes ligam-se a fatores moralizantes de um comportamento (ou de um código) cristão, permitindo inferências sobre o controle do *ethos* privado, a partir da “criação” de “inimigos” apontados pela mobilização de ativistas LGBT e feministas.

Dito isso, a leitura de “dispositivo” também é realizada por Braga (2018) a partir de apontamentos que visam conformar uma lógica para além dos “arranjos prontos”, mostrando como a cultura, em cada momento histórico, dá forma e sentido às “urgências singulares” dos sujeitos. Ao relembrarmos o panorama trazido por Cunha (2017), identificamos transformações culturais de questões identitárias e representativas que destacam o engajamento político em torno das pautas sobre igualdade de gênero e reconhecimento da diversidade sexual entre as relações humanas. Relacionar esse contexto social e cultural é fundamental para emprendermos nossas análises empíricas.

Continuando, Braga (2018) também explica o dispositivo enquanto o resultado instável e canhestro dos arranjos pelos quais essas urgências foram ou são enfrentadas. Protagonizando as “urgências comunicacionais”, estudar os dispositivos corresponde a *“examinar esse processo tentativo, descobrindo as lógicas internas e históricas do arranjo elaborado.”* (BRAGA, 2018, p. 7, grifo nosso). Tratamos, então, de enxergar as relações aqui dispostas como “lógicas de dispositivo” encaradas em mediação, percebendo como a religião e a política são encenadas na atuação do pastor e deputado federal Marco Feliciano. Ao percebermos essas imbricações, procuramos chegar às estratégias comunicacionais que acionam a constituição do *ethos* mediado desse sujeito.

Na proposta dialógica com Foucault (obras diversas), Braga (2018) redireciona as noções do dispositivo<sup>43</sup> para uma proposta heurística com ênfase comunicacional,

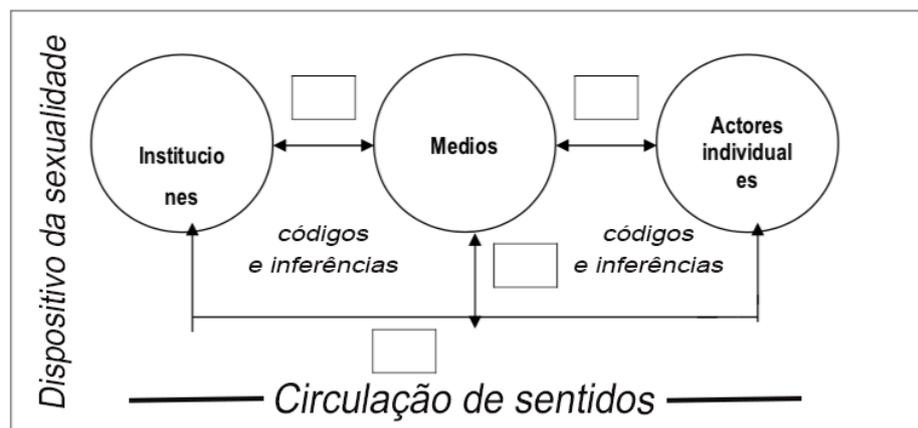
---

<sup>43</sup> “Sublinhamos, então: ‘dispositivo’ não é o nome de uma classe de objetos sociais – mas sim *uma percepção do modo de construção do social*, para compreender diferentes coisas que são aí elaboradas. É uma visada

potencializando a formação de “arranjos disposicionais” que se caracterizam pela atenção dada “[...] à presença de modos pelos quais se relacionam as diferenças entre os próprios participantes e entre estes e outros setores da sociedade.” (BRAGA, 2018, p. 16). Assumimos, portanto, a proposta do autor brasileiro ao dispor que a substância é o sistema de relações entre os elementos constituintes do dispositivo. “Em um dispositivo que se defina como interacional, o sistema de relações entre participantes, desde o início de sua elaboração, constitui o próprio problema que solicita estratégias tentativas.” (BRAGA, 2018, p. 17).

Neste caminho, nos propomos a analisar as mídias sociais oficiais de Feliciano a partir das formulações que o ligam à institucionalidade e ao jogo de operações verificadas pela religião evangélica em contato com disputas políticas. Apresentamos, assim, um esquema (conforme a Figura 1) que investiga a relevância dada por Verón (1997), Foucault (1988) e Braga (2017, 2018) no tocante às estruturas (e instituições) de poder que se modificam pelo relacionamento com a mídia. Dessa forma, buscamos verificar quais códigos e inferências (aqui compreendidos enquanto estratégias comunicacionais) são acionadas pelo pastor e deputado federal para afirmar sua legitimidade e *status* de político conservador nas atuais configurações da sociedade brasileira.

Figura 1 – Protocolo de Análise em midiatização: arranjos “tentativos” do dispositivo da sexualidade



Fonte: Elaborado pela autora a partir do “Esquema para el análisis de la mediatización” (VERÓN, 1997, p. 7).

A partir do esquema (Figura 1), intuímos exemplificar a posição ocupada pelo pastor e deputado federal nestas novas formas de interação – e organização – social que são

---

epistemológica, e não uma teoria propositora de categorias fechadas.” (BRAGA, 2018, p. 12, grifo nosso).

complexificadas pelo processo de mediação. Considerando, para tanto, as instituições política e religiosa, compreendemos uma série de argumentos e enunciados cujos sentidos se interpelam e dispõe-se naquele fluxo contínuo, formados também sob os circuitos (VERÓN, 1997) e os dispositivos interacionais elaborados por Braga (2017, 2018). Ao objetivarmos a realização de uma análise discursiva, dialogamos com a proposição de Foucault (1988) no sentido de observar possíveis atualizações do “arranjo disposicional” formulado por questões da sexualidade humana ou pela “colocação do sexo em discurso”.

Dessa maneira, ao dispormos desses elementos na conexão entre múltiplos dispositivos interacionais, temos o que Braga (2017) classifica como um circuito – passando a direcionar explicitamente o fluxo comunicacional adiante, em determinadas condições contextuais e, conseqüentemente, discursivas. Tem-se, portanto, do conceito de informação neste viés: “[...] tudo aquilo que pode passar diretamente de um estado de não compartilhado para um estado de compartilhado. Sobre esse ‘compartilhado’ se exercem, então, ações comunicacionais de ordem inferencial.” (BRAGA, 2017, p. 44). Essas inferências são aqui relacionadas aos aspectos da historicidade e controle que vimos acerca da formação do “mundo institucional” (BERGER e LUCKMANN, 2004), permitindo-nos também a relação com a biopolítica – e suas variadas práticas discursivas, institucionalizadas – exercida nos (e pelos) dispositivos de controle.

Sabemos, então, do caráter individualizante e coletivo experimentado pelos atos comunicacionais em mediação. Compreendemos a participação de atores neste circuito como uma pequena célula, um ponto nodal (“arranjo”) do circuito oferecido e desenvolvido no (e pelo) processo interacional de referência. Partindo do caso empírico observado pela atuação de lideranças evangélicas, vimos como a postura proselitista permitiu contato e ascensão na política institucional, o que permite a ligação – e circulação – de sentidos entre as questões teológicas e as práticas legislativas assumidas por esses sujeitos na defesa de seus interesses para a sociedade.

A dialética em torno da presença no mundo – concreto e espiritual – desses sujeitos caracteriza-se, justamente, por se movimentarem como legítimos cidadãos que, ao assumirem um cargo público e de representação do Estado, atuam para a garantia (e manutenção) de seus direitos, assim como os de suas comunidades, que igualmente se engajaram para as disputas eleitorais. A crença religiosa, portanto, sendo constitutiva da experiência (da “vida cotidiana”) desses atores não desaparece de suas convicções e debates travados no Congresso Nacional. A dimensão dessas constatações intensifica-se a partir dos fenômenos mediados, uma vez que engloba em fluxo contínuo as interpelações discursivas entre instituições, meios e atores

sociais, reconfigurando e provocando, dessa maneira, novos desafios para assimilar os sentidos e as estratégias comunicacionais dispostas nos dispositivos interacionais.

Alguns indícios explorados na seção anterior nos permitem evidenciar as relações sugeridas neste Protocolo de Análise (Figura 1). Resgatamos, portanto, a leitura de que a presença dos atores evangélicos na política institucional consolida-se por meio da ocupação de meios de comunicação em massa, além da exploração do conteúdo moral em projetos de lei e discussões realizadas no Congresso. Aliada ao proselitismo, vimos que a ação desses atores corresponde, principalmente, a uma reação às propostas legislativas encaminhadas pelo movimento LGBT. Ao acionarem este tipo de conteúdo, as lideranças religiosas efetivam uma articulação em torno da pauta defesa da família, classificando enquanto “imorais” e “promíscuas” as investidas daquele grupo, que também estaria engajado para a conquista de “privilégios”.

Vimos, então, que as alterações das dinâmicas sociais também se dão em natureza discursiva e Fausto Neto (2008) mostra como as mídias passaram a exercer uma modalidade autorreferencial em seus trabalhos enunciativos. Para o autor, essa mudança não atingiria a força autônoma do campo midiático enquanto sistema produtor de discursos, mas ditaria um novo modelo interacional regido por complexos “ regimes de coenunciação”. Essa condição dá espaço a uma “rede técnica discursiva” , em que os meios ocupam o lugar reduzido de acionar “ofertas de sentidos” aos demais campos. Lembrando Sodré (2010), a tecnointeração toma o lugar da mediação.

Para tanto, de acordo com Fausto Neto (2008), perde-se o caráter institucionalizante dos *media* – o mesmo que lhe atribui competências e regras específicas –, ocorrendo uma eleição de práticas (protocolos) através das quais o campo midiático desloca-se para a processualidade de estratégias, a fim de “por adiante” os discursos proferidos pelos demais campos sociais (FAUSTO NETO, 2008). Esse novo processo dá luz a novos procedimentos discursivos, em que uma “teia de relações” materializa os objetos significantes e os “ novos regimes de enunciações”. As contribuições expostas até aqui, nos garantem uma região importante de análise e cuidado ao tratarmos do objeto de pesquisa. Ao falarmos da tríade mídia-política-religião, enxergamos a potencialidade com que esses novos formatos de interação estabelecem nas produções e ofertas discursivas.

Não se fala, portanto, de um desaparecimento da centralidade da mídia, mas no enfraquecimento de sua atividade mediadora, que no processo de midiaticização dá forma a diferentes tipos de interação entre o campo midiático e outros campos sociais. A “teia de

relações” cria “*nova ambiência e protagonismo aos meios de comunicação*” que, impulsionados pela tecnologia, “*operam novos e diferentes sentidos no âmbito das práticas sociais.*”. (FAUSTO NETO, 2008, p. 91, grifo nosso). Dessa maneira, resgatamos um de nossos objetivos: identificar o *ethos* midiaticizado de Marco Feliciano. Esse olhar, contudo, não se desloca de sua formação institucional, mas possui marcas que possibilitam caracterizar sua construção já nesta ambiência. Permite-nos, igualmente, apontar a importância de observar esse sujeito à disposição dessas novas estratégias e protocolos de enunciação.

Para Fausto (2008), a convergência dos fatores sócio-tecnológicos ofertados aos usos sociais difundiu, principalmente nas últimas três décadas, marcantes e complexas alterações na constituição da sociedade. Uma vez que as tecnologias atuam como meios de produção, recepção e circulação de discursos, toda extensão social e seu funcionamento são transformados segundo novas lógicas e esquemas de codificação. Essas mudanças conceituam a “cultura da mídia”, que não se apresenta enquanto “fenômeno auxiliar”, mas como prática social dessa atual organização, buscando como referência o modo que existe essa cultura, suas lógicas e suas operações (FAUSTO NETO, 2008).

Em sua proposta de análise da midiaticização, o autor comenta sobre a nova ordem comunicacional em diferentes perspectivas, mas, igualmente, assinala o caminho que articula e perpassa todas essas formulações.

As mídias deixaram de ser apenas instrumentos a serviço da organização do processo de interação dos demais campos, e se converteram numa realidade mais complexa em torno da qual se constituiria uma nova ambiência, novas formas de vida, e interações sociais atravessadas por novas modalidades do trabalho de sentido. (FAUSTO NETO, 2008, p. 92).

Compreender os processos de construção de sentidos aproxima-nos da importância de também observar a midiaticização no âmbito cultural. Se uma nova organização sócio-simbólica é construída por um programa tecno-discursivo, as práticas sociais são afetadas pela racionalidade dessas operações. As mídias tornam-se engendradoras do modo de ser da própria sociedade, de sua estrutura e seus processos de interação entre instituições e atores sociais, conforme Verón (1997) analisou. A partir desta complexificação, vimos como se torna caro compreender aquelas “urgências singulares” (BRAGA, 2018) de cada sujeito, ao mesmo tempo em que olhamos para elas em interação com uma gama de sentidos e estratégias comunicacionais presentes nos dispositivos interacionais, compartilhando códigos e inferências distintas dependendo dos contextos inseridos em tais episódios.

Destacamos, assim, a importância de se observar movimentos dialéticos na leitura do sujeito social em questão. Materializado em discursos e práticas atuantes no cenário político e religioso atual, Marco Feliciano aciona dimensões institucionais – e autorreferenciais – que o colocam na identificação de discursos conservadores, conforme veremos adiante. Ao se legitimar em referências bíblicas e constitucionais, propõe suas pautas políticas, muitas vezes, em reação a acontecimentos ou notícias circulantes nas esferas midiáticas. Esse comportamento nos possibilita adentrar na investigação empírica do objeto.

Esse ideário conservador é reconhecido por Marco Feliciano e a aceitação de suas ideias acaba extrapolando o público fiel evangélico-cristão. Cunha (2017, p. 106) comenta sobre o ativismo político evangélico e mostra como as forças reconhecidamente conservadoras, apesar de não serem inventadas ou exclusivas entre os religiosos, respondem ao “[...] imaginário compartilhado por setores sociais mais amplos.”. Nesta primeira análise a ser apresentada, podemos verificar a constatação desses processos estudados pela autora, o que nos levará à próxima etapa do trabalho analítico: identificar como o *ethos* discursivo de Marco Feliciano produz discursos sobre o controle do *ethos* privado.

#### 4.2 OS SENTIDOS EM CIRCUITO: RELAÇÕES ENTRE MEDIATEZAÇÃO, POLÍTICA E RELIGIÃO NA CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA

A obra de Cunha (2017) demarca a presença de um processo de mediação na relação entre religião e política no país. A autora destaca como ambas as instituições assumem a lógica produtiva das mídias baseada na espetacularização. Ou seja, a centralidade midiática presente nas práticas sociais adquire novas perspectivas ao pensarmos na circulação de mensagens e discursos – religiosos e políticos. Embora não seja aprofundado aqui o processo de circulação de sentidos em perspectiva com a atuação de outros atores, ressaltamos que nosso olhar estabelece conexões a partir da compreensão descrita anteriormente. Dessa forma, consideramos que as mudanças proporcionadas pela mediação passam por interpretar o funcionamento destes novos circuitos existentes na construção de práticas discursivas.

Cunha (2017) descreve uma série de elementos históricos que vai aos poucos construindo a posição que as correntes evangélicas neopentecostais<sup>44</sup> assumem, atualmente, no cenário político brasileiro. De caráter assistencialista, percebemos como as ações dos

---

<sup>44</sup> Relembrando algumas descrições: “Dentre as características das igrejas neopentecostais pode-se destacar a atuação na política, a organização empresarial, a utilização de diversas mídias para divulgar suas crenças, a ênfase, em alguns casos, nos rituais de exorcismo e, principalmente, uma postura de afirmação do mundo em contraste com o ascetismo de rejeição do mundo das igrejas pentecostais clássicas.” (MAIA, 2012, p.78).

grupos religiosos, em geral, são destacadas pela presença nas comunidades mais pobres e pelo apoio às camadas sociais menos favorecidas pelas desigualdades econômicas intrínsecas ao sistema capitalista. Sobre esse ponto, podemos lembrar os trabalhos de Duarte (2005), em que também ficam explícitas, predominantemente, adesões religiosas – e evangélicas – por camadas populares.

No momento em que questionamos a intensa organização do setor evangélico na ocupação de cargos públicos, buscamos identificar algumas estratégias comunicacionais desses atores que permitem inferir uma leitura bíblica – acerca da realidade e da espiritualidade – em contato com eventos e discussões contemporâneas que se encontram em disputa no espaço social e político brasileiro. Destacamos, para isso, como a presença midiaticizada do pastor e deputado federal Marco Feliciano instrumentaliza-se para proferir certos discursos morais (de cunho religioso e político), reproduzindo táticas e práticas discursivas de controle sobre questões privadas – aqui também compreendidas por “*ethos* privado”.

Resgatando algumas marcas institucionais, temos, no site oficial da Assembleia de Deus (seção “História”), o seguinte texto demarcando a importância dada às transformações digitais:

Corria o ano de 1994 quando *Deus nos deu a visão de pregar o Evangelho utilizando as Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação*. Iniciamos um sistema de mensagens cristãs por telefone denominado “TELEPAZ – Uma mensagem que vai mudar sua vida”. Em 2004 fomos para a Web e desenvolvemos nosso primeiro site [www.telepaz.com.br](http://www.telepaz.com.br). (SANTOS, 2015, online, grifo nosso)<sup>45</sup>.

Ao enxergamos os interesses institucionais ligados às práticas da Ass. D., verificamos a intrínseca relação de atores evangélicos em disputas de assuntos socialmente discutidos, principalmente na esfera político-representativa. A partir da ascensão da IURD no espaço televisivo e na ocupação de cargos públicos, a Ass.D. passou a redirecionar suas atividades, tentando garantir ampliação no espaço político e ressignificando suas intenções com o uso da televisão. As autoras Souza e Matos (2017) discorrem sobre este processo de midiaticização das igrejas Assembleia de Deus, descrevendo como ocorre essa inserção em meio às modificações sociais e culturais ocorridas:

Atualmente, os assembleianos possuem conglomerados de rádio e TV, canais, programas diversos, se preocupam com a capacitação de seus líderes, também com a profissionalização do trabalho religioso-midiático. As tensões quanto ao

---

<sup>45</sup> Disponível em: <<http://assembleia.org.br/historia/>>. Acesso em: 25 de mai. 2018.

comportamento ascético do crente diante das mídias deixaram de protagonizar os debates nas ADs, *hoje os embates são de caráter político, disputas internas por poder no campo pentecostal envolvendo interesses na política eleitoral ou no mercado.* (SOUZA e MATOS, 2017, p. 163-165, grifo nosso).

Localizar, portanto, as atividades de Marco Feliciano enquanto um ator em relação com discursos e ações institucionais midiáticos, leva-nos a observar os percursos do segmento evangélico em consonância a elementos históricos, políticos e culturais experimentados até então. Com as teses de Rafael Bruno Gonçalves (2016) e Bruna Suruagy (2011), percebemos que, majoritariamente, esse setor posiciona-se ao lado de políticas conservadoras, pregando uma manutenção de políticas públicas a fim de não ferir preceitos considerados sagrados, presentes no Evangelho. Vimos também, no capítulo anterior, quais as prioridades defendidas pela FPE, o que nos direcionou aos recortes discursivos em torno da pauta defesa da família e dos conteúdos morais explorados pelo setor, conforme também inferimos da atuação de Marco Feliciano, que será detalhada a seguir.

As visões trazidas esboçam questões relevantes ao pensarmos a contemporaneidade e os projetos políticos inseridos nos debates públicos da sociedade brasileira. Ao acompanhar essa interseção entre mídia-política-religião durante o século XXI, Cunha (2017) pontua movimentos específicos que ganharam força e visibilidade em torno desses territórios de disputas. Por exemplo, da nomeação do pastor e deputado federal Marco Feliciano para presidente da CDHM da Câmara dos Deputados, tanto o PSC como a FPE fortaleceram-se e assumiram uma postura mais autônoma em relação ao governo federal da época, representado pelo Partido dos Trabalhadores.

A autora apresenta uma série de argumentos para demonstrar como as “ressonâncias do *neoconservadorismo* evangélico” estão relacionadas às manifestações políticas ocorridas no Brasil em 2013. Essa ligação permite apontar diversos valores e discursos construídos em torno da “ameaça comunista” moldada sobre a posição do governo de Dilma Rousseff (PT) frente às “desordens” que movimentos mais “populares” empregavam em atos e protestos pelos quatro cantos do país<sup>46</sup>. A costura teórico-empírica apresentada por Cunha (2017) demarca como a própria aproximação dos grupos evangélicos e católicos pode ser vista em torno da consolidação de um projeto cristão mais amplo – e em defesa da família – que não estaria, agora, apenas “reagindo” a certos assuntos conflituais e “polêmicos” presentes no Congresso e na sociedade, em geral.

---

<sup>46</sup> Para mais detalhes dessa leitura, ver: CUNHA, 2017, p. 97-106.

Ao vislumbrarmos os múltiplos desdobramentos até aqui, percebemos a intensidade com que a mídia recria vínculos e lógicas de sentido expostas pelas diversas plataformas de relacionamento digital – essa perspectiva é mais um elemento-chave para expormos as motivações e caminhos de nosso trabalho empírico. Observar a maneira com que nossas relações sociais perpassam por dispositivos tecnológicos, potencializando a informação e a comunicação, dirige-nos ao cuidado de não reduzir a complexidade das leituras em mediação na manual transferência de experiências “reais” e “virtuais”.

Nosso intuito, portanto, parte de conseguir caracterizar o sujeito Marco Feliciano enquanto mais um expoente dessas novas lógicas interacionais que participam da construção de nossa realidade atual. Nas palavras de Braga (2017, p. 10-11):

[...] a mediação não oferece apenas possibilidades pontuais de fazer coisas específicas que não eram feitas antes (ou eram feitas de outro modo); ou apenas problemas e desafios igualmente pontuais. O que parece relevante, em perspectiva macro-social, é a teoria de que a sociedade constrói a realidade social através de processos interacionais pelos quais os indivíduos e grupos e setores da sociedade se relacionam.

Ao entendermos essa dimensão, lembramos que o autor também discorre e interpreta a oralidade e a escrita enquanto um desses fenômenos interacionais de referência, relacionando o ingresso do indivíduo em uma sociedade a partir de “[...] processos mais ou menos longos de aprendizagem e formação.” (BRAGA, 2007, p. 12). Dessa maneira, exploramos outro conceito norteador deste trabalho: o discurso, compreendido enquanto prática constituinte, histórica, formadora e dialética de nossas experiências. Numa gama possivelmente infinita de estudos que dão conta de conceituar e descrever a ação discursiva, tomamos para nossa reflexão a obra elaborada por Michel Foucault (1999a) em “A Ordem do Discurso”.

Nesse texto, Foucault (1999a) explana de que forma reside nas pessoas um desejo de realmente descobrir a calma e transparência do discurso, sem considerar sua singularidade e complexidade exterior. A essa “aspiração tão comum”, o autor tece “respostas da instituição”, delineando sua perspectiva de sistemas de poder integrados por instituições sociais responsáveis por disciplinar e regularizar as vidas humanas. Essas condições são analisadas pelo autor a partir da ênfase entre duas regiões – da política e da sexualidade –, nas quais “[...] os buracos negros se multiplicam [...] como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes.” (FOUCAULT, 1999a, p. 9).

Ao trazermos novamente a constituição do objeto em estudo, temos um homem religioso e parlamentar que se coloca de maneira ativa na publicização de conteúdos em circulação no ambiente midiaticizado. Retomando Sodré (2010), as interações sociotécnicas assumidas pelo caráter informacional de nossos sistemas econômicos, culturais e midiáticos, possibilitam uma nova afetação e constituição de discursos compartilhados nas (e pelas) camadas sociais. Temos, dessa forma, questões históricas re-trabalhadas a partir das lógicas inventadas pelo processo de midiaticização. Ao focarmos nas regiões da política e da sexualidade, delineamos alguns traços para nosso caminho empírico a fim de respondermos aos objetivos propostos.

Essas disposições, portanto, seguem as premissas compostas de enunciados que expõe a constituição política em torno de processos que centralizam um *ethos* privado-religioso no ativismo desenvolvido por lideranças evangélicas em disputas institucionais. A partir de uma imagem evidenciada por leituras fundamentalistas, o discurso da igreja acerca da sexualidade humana põe-se entre estruturas rígidas de controle no intuito de garantir uma moralidade cristã aos espaços sociais e, por conseguinte, midiáticos, políticos e culturais. Percebemos, dessa forma, passagens bíblicas e acintes das teologias abordadas com um propósito “salvador” frente a mobilização de outros setores da sociedade brasileira. A prosperidade alçada a nível individual permite que essas lideranças sejam vistas com legitimidade ao objetivo de “merecer as graças divinas”, reordenando a importância dada às suas investidas administrativas e constitucionais no campo legislativo.

Ao observarmos o sujeito Marco Feliciano, percebemos a presença de um pastor evangélico com intensa atividade (e visibilidade) midiática. Atualmente em seu terceiro mandato parlamentar, foi a partir de 2013 que Feliciano ganhou os “holofotes” e tornou-se conhecido entre veículos de comunicação e imprensa. Resgatando o episódio de sua nomeação enquanto presidente da CDHM, em que temos uma forte mobilização nas mídias sociais, percebemos que o uso dessas redes pelo pastor também passa por modificações, exploradas nos próximos tópicos deste capítulo. Ao compilar estudos e análises sobre esse caso, Cunha (2017) percebe um movimento mais amplo que emerge de atores religiosos evangélicos e suas ocupações em espaços políticos, destacando como esse período pode revelar um paradigma “[...] pelo fato de ser a primeira vez na história em que os evangélicos no Brasil se colocam como um *bloco organicamente articulado, com projeto temático definido: a defesa da família.*” (CUNHA, 2017, p. 71, grifo nosso).

É muito recente, portanto, as atuações organizadas e declaradas desses líderes em torno de tal manifestação política. Essa pauta, conforme vimos, está na centralidade dos trabalhos da FPE desde seu surgimento, porém ganha força ao verificarmos a incidência do ativismo midiático intensificando a divulgação de assuntos relacionados a essa questão. Elencamos, então, alguns desses temas que se colocam sob a causa “defesa da família”: proteção das crianças, denúncia sobre a prática da pedofilia e vigilância de filhos(as) nas escolas e no ambiente domiciliar, frente a programas e desenhos infantis “inapropriados”.

A partir das premissas expostas, vimos como as mídias sociais digitais fazem parte do contato que o pastor e deputado mantém com seus milhares de seguidores entre as principais redes (*Facebook, Twitter, Instagram e YouTube*) em uso mundial. No início de 2017, a página oficial de Marco Feliciano redireciona-se para seu perfil na maior rede de relacionamentos da atualidade, o *Facebook*, deslocando também a organização de alguns conteúdos, opiniões e notícias para seu *blog* oficial<sup>47</sup> que, no entanto, não é atualizado desde outubro de 2017.

Pensando na manifestação empírica para demonstrar as marcas institucionais e os discursos midiáticos do pastor e deputado federal Marco Feliciano, coletamos, durante 19 meses (abril/2017 a outubro/2018), recortes de publicações em suas contas nessas redes sociais. O olhar transversal dado ao exercício foi ao encontro de estratégias comunicacionais acionadas por Feliciano e sua Assessoria de Comunicação. Essa escolha possibilitou o destaque de temas mais recorrentes, assim como um levantamento prévio de ações e assuntos pautados pelo deputado em seu perfil nessas mídias.

A ênfase é aqui depositada para caracterizarmos a construção do objeto empírico de nossa pesquisa em uma sociedade em vias de midiática, não só centrada no uso de dispositivos e plataformas “técnicas” do âmbito comunicacional, mas sob a influência dos efeitos e afetações dos discursos, “protocolos” midiáticos. Essa noção ancora um aspecto central na descrição teórico-metodológica a fim de relatarmos os percursos analíticos feitos até agora, assim como amparar o delineamento da análise discursiva preterida em nossa pesquisa. Ao enxergarmos como Marco Feliciano alcançou sua atual visibilidade, percebemos que sua presença e sua imagem – aqui entendidas como seu *ethos* – estão intercaladas aos movimentos contextuais explorados anteriormente. Assim, temos uma atuação evangélica exacerbada pelos canais de mídia próprios deste segmento (gospel), além da divulgação e compartilhamento de peças próprias de Feliciano em suas contas oficiais nessas mídias.

---

<sup>47</sup> Disponível em: <<https://blog.marcofeliciano.com.br>>. Acesso em 2 jul. 2018.

De maneira resumida, podemos dizer que os conteúdos visualizados apresentam elementos que inserem a devoção do pastor a Deus e à bíblia enquanto premissas “de bem” para denunciar e combater a “imoralidade” e “inversão de valores” vistas hoje na sociedade brasileira. Ao falar da corrupção, Marco Feliciano apoia-se no argumento de “não ter aparecido em nenhuma das listas”, em referência às descobertas da operação Lava Jato – em curso desde 2014, para investigar esquemas de propina entre representantes políticos e empresários.

Outros assuntos sobre os quais o parlamentar mais interage – seja por meio do compartilhamento de notícias ou de conteúdo próprio – também foram evidenciados pela observação exploratória: discussões sobre gênero e sexualidade; posicionamentos ideológicos e partidários realizados em salas de aulas; atos políticos de dentro ou de fora da Câmara dos Deputados (ou do Congresso Nacional); o cristianismo e o movimento evangélico com suas diversidades de pautas pelo país e o mundo; tudo isso intercalado à compilação da agenda semanal do pastor, na qual publiciza as datas e os locais em que se realizarão seus cultos e pregações, comumente atrelado a um convite para “toda a família”.

#### 4.3 MARCO FELICIANO E AS MÍDIAS SOCIAIS: RECONHECENDO AS ESTRATÉGIAS MEDIATIZADAS

Ao resgatarmos, nesta altura, o que procuramos caracterizar deste conceito em contato com o movimento empírico de análise das publicações de Feliciano, temos a constituição de elementos religiosos e políticos intrínsecos a sua manifestação nessas mídias sociais. Dessa forma, estabelecemos conexões teóricas que nos permitem justificar o olhar sobre esses conteúdos em construção direta ao próprio *ethos* privado-religioso do pastor e deputado federal. Inserido nas lógicas e práticas relatadas, conseguimos enxergar o porquê de investigar a atuação midiaticizada desse sujeito, assim como seu contato com questões que incidem em comportamentos privados de indivíduos e grupos pertencentes dessa mesma realidade social.

Passamos, assim, a algumas descrições das mídias trazidas para este primeiro movimento analítico, tentando considerar como as publicações de Marco Feliciano acompanham as transformações observadas até aqui e, principalmente, adquirem sentido a partir de sua atuação nesses espaços de comunicação. A escolha por mapear os canais oficiais do *Facebook*, *Twitter*, *Instagram* e *YouTube* justifica-se pela própria atividade empírica, em que enxergamos uma contundente atuação expressa pelo pastor e deputado nessas redes. Além

disso, ressaltamos o caráter político-cultural, cada vez mais emergente, que tais redes imprimem a nossas experiências cotidianas no contato com a pluralidade de informações, atentando também para aquela formação de circuitos e sentidos reconfigurados pelas lógicas do processo de mediação.

### 4.3.1 O *Facebook* oficial de Marco Feliciano

O *Facebook* possui hoje mais de 2 bilhões de usuários ativos, contando com pessoas e empresas que também se conectam ali com o objetivo de anunciar suas mercadorias e produtos. Em sua definição, apresentada na página oficial (do Brasil), temos que a missão dessa rede é: “dar às pessoas o *poder de compartilhar informações* e fazer do mundo um lugar mais aberto e conectado. Milhões de pessoas usam o *Facebook* para compartilhar um *número ilimitado* de fotos, links, vídeos e *conhecer mais as pessoas* com quem você se relaciona.”. (FACEBOOK, 2018, grifo nosso)<sup>48</sup>. Com 14 anos de existência, o alcance dessa mídia é indiscutível ao pensarmos nos formatos de disposições discursivas ali referenciadas, assim como nos modelos de interação propostos.

Conseguimos perceber uma tentativa de aproximação dos instrumentos do *Facebook* aos comportamentos pessoais, no momento em que observamos constantes mudanças realizadas em suas ferramentas de publicação e compartilhamento de mensagens. Uma característica dessa estratégia é a atualização que permite “reagir” às postagens. O que, anteriormente, representava uma “curtida” (ou não) em certo conteúdo, passa a disponibilizar outras cinco “reações” que, por imagens e descrições, demonstram a possibilidade de “amar”, “gargalhar”, “surpreender-se”, “ficar triste” ou “mostrar raiva” frente a determinado *post*. Julgamos importante apresentar essas modificações<sup>49</sup> no sentido de explorar – e analisar – pontos do processo de mediação em contato com elementos discursivos.

A partir do que apreendemos com nosso movimento teórico, enxergamos que as atualizações das mídias sociais acompanham a intensificação da lógica midiática em nossas experiências da “vida cotidiana”. Ao encontrarmos novos protocolos de enunciação, buscamos ressaltar como estes se encontram na formação do *ethos* em estudo, centrado sob a figura do pastor e deputado federal Marco Feliciano. Compreendendo, portanto, as

---

<sup>48</sup> Disponível em: <[https://www.facebook.com/pg/FacebookBrasil/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/FacebookBrasil/about/?ref=page_internal)>. Acesso em: 3 jul. 2018.

<sup>49</sup> Para mais detalhes e aprofundamentos analíticos sobre o *Facebook*, recomendamos a leitura do artigo “Novas formas de comunicação: história do Facebook – Uma história necessariamente breve”. Disponível em: <<http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu%2028%20-%20168-187.pdf>>. Acesso em 3 jul. 2018.

transformações institucionais também inseridas nessa nova ambiência, pretendemos mapear algumas características do *ethos* midiático para, em seguida, analisarmos o seu *ethos* discursivo.

Retomando a descrição do *Facebook*, é imprescindível comentarmos as recentes polêmicas envolvendo o vazamento<sup>50</sup> de dados dos usuários para diferentes tipos de empresas, incluindo agências que desenvolvem *marketing* político para campanhas eleitorais. Esse “escândalo” tomou conta dos principais veículos de imprensa no início de 2018, incitando importantes questões acerca da privacidade de dados pessoais, assim como da manipulação destes no intuito de influenciar processos eleitorais por parte de alguns setores. Para ilustrar, resgatamos a eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos da América, situação em que se descobriu a venda de dados de milhões de usuários da rede a fim de “classificar” possíveis informações que colaborassem com a publicidade de materiais de Trump durante o período da campanha presidencial no país.

As discussões em torno dos limites entre as esferas pública e privada protagonizadas pelo uso das redes sociais são de importância ímpar em nossos tempos. Na medida em que associamos este “uso” a um “hábito” humano (individual e coletivo), reconhecemos algumas interpelações institucionais exploradas em nosso percurso teórico. Assim, novamente confluímos para a centralidade midiática presente em nossas relações. Observando as estratégias empregadas por nosso objeto de pesquisa nessa mídia social, também inferimos a disposição dessas tendências.

Num primeiro olhar na página oficial de Feliciano (também direcionada pelo *site* [www.marcofeliciano.com.br](http://www.marcofeliciano.com.br)), notamos a preocupação em visibilizar suas contas nas outras mídias sociais (Figura 2), além de oferecer um espaço específico para sua “Loja” que, entretanto, não se encontra atualizada com uma lista de produtos. Nessa seção, podemos ler o seguinte: “Esta é a loja do Ministério Tempo de Avivamento – PR. Marco Feliciano/aqui você encontra Livros, CD’s e todo material do Pr. Marco Feliciano”. Ao topo da página, do lado da inserção “Enviar mensagem” (que com um clique abre a janela de *chat* privado com o perfil do pastor e deputado), vemos outra ferramenta de direcionamento: “Comprar agora”, que nos leva a uma página de compra *online*, já com o item “Livro – Sonhos Pr. Marco Feliciano” selecionado para a transação de venda (Figura 3).

Até o início do mês de fevereiro de 2019, Feliciano contava com, aproximadamente, quatro milhões e trezentos mil curtidas, além de quatro milhões e quatrocentos mil seguidores.

---

<sup>50</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/03/entenda-o-escandalo-do-uso-de-dados-do-facebook.shtml>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

A diferença entre as opções “curtir” e “seguir” uma página do *Facebook* ocorre na forma de acompanhar as publicações oferecidas<sup>51</sup>, além de que, na primeira opção, a página é exibida no perfil do usuário que a curtiu, como uma referência de “apoio” aos conteúdos ali divulgados; no segundo caso, a pessoa apenas tem conhecimento sobre as atualizações da página no *Feed* de Notícias (também chamado de “*Timeline*”), não constando em seu perfil tal informação.

Figura 2 – Página oficial do pastor e deputado federal Marco Feliciano



Fonte: *Facebook* oficial do pastor Marco Feliciano.

<sup>51</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/help/171378103323792?helpref=related>>. Acesso em 31 jan. 2019.

Figura 3 – Redirecionamento de compra do livro mais recente lançado pelo pastor

Este pagamento será processado pelo PagSeguro. [Saiba mais](#)

### Resumo do pedido

Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Livro - Sonhos Pr. Marco Feliciano	<input type="text" value="1"/>	R\$ 20,00	R\$ 20,00

[Retirar do Carrinho](#)

[Atualizar carrinho](#) Total: R\$ 20,00

[← Continuar comprando](#) **Confirmar Pedido**

Fonte: Site UOL – PagSeguro.

Retomando os olhares, temos uma seção “Sobre” a página, contendo alguns dados gerais acerca daquela pessoa (ou marca). “Presidente da Assembleia de Deus Cathedral do Avivamento, Conferencista Internacional, escritor, cantor e Deputado Federal”, este é o texto apresentado “Sobre” a página de Marco Feliciano. Ainda explorando as tecnologias disponíveis no *Facebook*, às páginas públicas é oferecido o recurso “História”, onde podem ser exploradas outras informações além das mais gerais dispostas no item acima mencionado. No caso de nosso objeto, temos a seguinte descrição (Figura 4) atualizada em 14 de setembro de 2018 e que se inicia com a frase: “A NOSSA FAMÍLIA MERECE RESPEITO”.

Figura 4 – “História” de Marco Feliciano traçando alguns marcos pessoais e profissionais de sua vida



Fonte: *Facebook* oficial do pastor Marco Feliciano

Além dessas percepções, observamos em diversas passagens que o conteúdo autoral (entende-se: material não-replicado de outra página ou portal de informação) compartilhado pela página de Feliciano – correspondendo também à atividade de sua Equipe de Comunicação –, explora mensagens com verbos no modo imperativo (como na Figura 6), designando uma ação discursiva de “ordem”. “Creia na bíblia”; “Compartilhe a Palavra”; “Ore agora” são alguns desses exemplos.

Paralelo a tal destaque, ressaltamos também um caráter bastante autorreferencial nas publicações, em que temos uma imagem (ou fotografia) do pastor Marco Feliciano acompanhada de uma legenda no *post* ou com inscrições textuais editadas graficamente no mesmo quadro imagístico. Os filtros de cores também são perceptíveis ao olharmos, de maneira generalizada, para as fotos do álbum “Fotos da linha do tempo”, demonstrando um tom de “modernização” atento ao protagonismo visual assumido nesses protocolos midiáticos de enunciação. Além disso, notamos uma reincidência de passagens bíblicas e mensagens motivacionais relacionadas à fé em Deus e à crença cristã, como um todo (Figuras 5 e 7).

Figura 5 – Passagem bíblica compartilhada em convergência nas mídias sociais do pastor



Fonte: *Facebook* oficial do pastor Marco Feliciano

Principalmente durante o ano de 2017, houve uma regularidade com que a página de Feliciano compartilhava cultos já realizados pelo pastor, chamando essa ação de “FaceCulto”, da qual também se explorou peças gráficas com o intuito de divulgar a hora e o dia em que se compartilhariam as pregações (Figura 8), sempre realizadas às 12h, por meio da ferramenta “Live”. Esse recurso foi criado, a princípio, para a realização de chamadas “ao vivo” (ou live streaming) e novamente ressalta a ideia de conexão em tempo real, assim como da rapidez na circulação de informações. Percebemos, aqui, uma ressignificação de ordem técnica no uso desta tecnologia, uma vez que o recurso era ativado, porém retransmitia a gravação de um culto já proferido pelo pastor Marco Feliciano.

Figura 6 – Mensagem pessoal de Feliciano com as indicações imperativas



Fonte: Facebook oficial do pastor Marco Feliciano.

Figura 7 – A influência divina caracterizada na figura do pastor Feliciano



Fonte: Facebook oficial do pastor Marco Feliciano.

Figura 8 – Imagem divulgando a ação Faceculto



Fonte: *Facebook* oficial do pastor Marco Feliciano.

Temos, portanto, uma relevante exploração de recursos da rede *Facebook*, em que podemos inferir uma dinâmica bem trabalhada por Feliciano e sua Equipe de Comunicação (ambas atuações são imbricadas em nossa análise). Também é comum vermos a frequência com que o pastor realiza chamadas “ao vivo” –, agora atualizadas, de fato, em tempo real, em que percebemos a situação na qual Feliciano posta-se em frente à câmera do celular, trazendo aí marcas de um cotidiano. Em alguns desses vídeos, podemos ouvi-lo comentando que está no aeroporto, indo ou saindo de Brasília e socializando, dessa forma, sua agenda pessoal – e política – com os usuários que recebem as notificações de sua página. Essa atividade por si só poderia ser aprofundada em seus significados, porém restringimo-nos aqui a uma análise primária de tais eventos, muito mais na tentativa de apontar e mapear estratégias do sujeito neste ambiente midiaticado.

Outro ponto que enxergamos é a estratégia de “Promoção”, envolvendo prêmios a partir de uma interação específica sugerida ao usuário – seja curtir uma página ou compartilhar determinado *post* (às vezes, ambas as atividades), divulgando essa ação promocional (conforme Figura 9). Nessa operação, notamos como o pastor estimula a publicidade de seus outros produtos midiáticos – livros, DVD’s e CD’s –, que igualmente são vinculados a outras páginas na rede social, como uma produtora musical ou uma editora de

livros. Identificamos, assim, uma intensa atuação do perfil nessa rede, garantindo também que outros perfis e páginas circulem por esses episódios interacionais no momento em que Feliciano as referencia em seu *Feed*.

Figura 9 – Ação promocional divulgada pela página oficial de Feliciano



Fonte: *Facebook* oficial do pastor Marco Feliciano.

Após visualizarmos o canal do *Facebook*, passamos para as descrições das outras mídias sociais em destaque. De maneira que, ao final destas exposições e análises, resgataremos o percurso teórico e empírico explorado no capítulo em conexão às pretensões de análise discursiva que serão trabalhadas posteriormente.

#### 4.3.2 O *Instagram* oficial de Marco Feliciano

Vimos o *Instagram* como outra mídia social fortemente disseminada em nossa sociedade. No ano de 2012, quando já atingia a marca<sup>52</sup> de mais de 27 milhões de usuários em todo o mundo, essa rede é comprada pelo *Facebook*, delineando também a força desses aplicativos e seus interesses pela experiência comunicacional apresentada sobre diferentes dispositivos. Diferente do *Facebook*, a principal atividade do *Instagram* concentra-se no

<sup>52</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2012/04/entenda-curta-historia-do-instagram-comprado-pelo-facebook.html>>. Acesso em 3 jul. 2018.

compartilhamento de fotos e vídeos, dispondo de filtros e outras ferramentas de edição para as imagens.

Ao acompanhar essa mídia, também percebemos modificações em suas possibilidades de interação. O que antes se apresentava por uma única “linha do tempo” para cada usuário, atualmente conta com o instrumento do *Stories*<sup>53</sup> (Histórias) e transmissões ao vivo, levando a experiência audiovisual para outros níveis e conquistando um público diverso que, na seção da rede “Sobre Nós” é mencionado por seu fundador: “Como resultado, o Instagram tornou-se o lar de narrativas visuais para todos, de celebridades, redações e marcas, a adolescentes, músicos e qualquer pessoa com uma paixão criativa.” (INSTAGRAM, 2018, tradução nossa).<sup>54</sup>

Gradativamente, percebemos como essas atividades assumem, de fato, novas disposições em nossas relações e formas de comunicação com outros indivíduos ou grupos. Com a especificidade de trazer conteúdos audiovisuais e imagísticos, o *Instagram* também reconfigura sentidos ali compartilhados, entendidos enquanto processos (códigos e inferências) em circulação. No caso específico de nosso objeto de pesquisa, percebemos uma inserção mais lúdica nesse espaço, que também se conecta com as estratégias traçadas no *Facebook*, mas que (re)produz material próprio para essa rede, explorando outras dinâmicas ali dispostas. A primeira publicação de Marco Feliciano no *Instagram*, data de 7 de fevereiro do ano de 2014, em que se divulgou uma imagem do pastor ministrando um culto evangélico.

Quando falamos de Feliciano em referência a essas atuações, automaticamente também nos referimos a sua Equipe de comunicação. Por vezes, um destaque é dado a essas publicações, como #Assessoria ou #EquipeMF, situando também o usuário a respeito de quem estaria “falando” ali naquela publicação ou comentário. Percebemos outras investidas de aproximação com o público, em que vemos o pastor publicar fotos e montagens com membros de sua família, ressaltando a importância dessas pessoas para sua formação pastoral e sua vida, conforme Figura 10 e 11. Ainda sobre este ponto, relacionamos essas estratégias com a maior pauta política defendida pelo deputado em seu trabalho parlamentar: a defesa da família. Ora, se o próprio representante não demonstrasse uma afeição e destaque a esse núcleo, no mínimo causaria certo estranhamento entre seus seguidores. Portanto, cada

---

<sup>53</sup> Nesse recurso, em que as publicações ficam disponíveis na rede por apenas 24 horas, os usuários contam com “máscaras” e filtros que também são atualizados a partir de contextos específicos. Citamos, por exemplo, a presença de imagens animadas de celebridades ligadas à Copa do Mundo de 2018, como o narrador Galvão Bueno e o jogador brasileiro Neymar; além de personalidades reconhecidas das esferas artísticas, como da música e do cinema.

<sup>54</sup> Disponível em: <<https://www.instagram.com/about/us/>>. Acesso em: 3 jul. 2018.

significado constroi-se e reconstrói-se por meio das atividades midiáticas exploradas pelo pastor.

Figura 10 – Homenagem de Marco Feliciano à sua mãe



Fonte: Conta oficial do pastor no *Instagram*.

Figura 11 – Feliciano “respondendo” ao público, novamente, demonstrando uma homenagem a sua família



Fonte: Conta oficial do pastor no *Instagram*.

Além disso, observamos também a produção de vídeos específicos para essa rede, que têm duração máxima de 60 segundos (1 minuto), em que novamente a característica principal constitui-se com Marco Feliciano no centro do quadro, segurando o celular na mão, passando uma ideia de relacionamento, de proximidade com seus seguidores e com o público em geral. Em um dos vídeos, podemos ver que o pastor grava um simples “Bom dia” e obtém cerca de vinte mil curtidas. Mais um indício importante do *Instagram* de Feliciano é a convergência midiática<sup>55</sup> explorada ao tratar da replicação e redirecionamento de conteúdos entre diferentes plataformas digitais, como pode ser observado na Figura 12, 13 e 14.

Verificamos, então, recortes das mídias *Twitter*, *Facebook* e *YouTube* presentes em publicações do *Instagram*. Podemos ver em diversas passagens essas imbricações, além do compartilhamento de notícias, geralmente divulgadas com um *print* (recorte) e o *link* de acesso completo na legenda da publicação. Novamente, destacam-se as mensagens no imperativo – “leia; assista; compartilhe; comente”. A objetividade da linguagem assumida pelos canais oficiais do pastor parece ser propositiva em seu alcance ao público, uma vez que o deputado possui, aproximadamente, sete milhões de seguidores entre todas as mídias sociais exploradas nesta análise.

Figura 12 – Convergência de texto divulgado, originalmente, no canal *PlenoNews*



Fonte: conta oficial do pastor no *Instagram*.

<sup>55</sup> Conceito definido por Jenkins (2008, p. 28), em que traz: “[...] fluxo de conteúdos através de múltiplos suportes midiáticos, à cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação, que vão a quase qualquer parte em busca das experiências de entretenimento que desejam.”. O autor ainda trata de abordar a “produção coletiva de significados” a partir da mudança de instituições sociais em contato com essa nova cultura da convergência.

Figura 13 – Compartilhamento de *tweet* publicado em sua conta oficial no *Twitter*



Fonte: conta oficial do pastor no *Instagram*.

Figura 14 – Publicação com divulgação de vídeo no canal oficial do pastor no *YouTube*



Fonte: Conta oficial do pastor no *Instagram*.

O conteúdo mais humorístico também se forma como estratégia de ocupação desses espaços, permitindo ao pastor apresentar-se como uma personalidade simpática, bem-humorada que, mesmo ocupando cargos de autoridade – parlamentar e evangélica –, mostra-se afetiva com o público pela própria maneira de conduzir suas publicações, como pode ser observado na Figura 15 e 16. O pastor mescla, dessa forma, materiais de cunho político e religioso, em que novamente ressaltamos a presença autocentrada de sua figura nessas peças. Seja para divulgar um culto (Figura 17) ou para publicizar uma fala na Câmara dos

Deputados, Feliciano usa dessa cordialidade (e legitimidade) a seu favor também quando divulga uma edição de fotografia com dizeres amorosos em homenagem à sua mãe (conforme visto na Figura 10). Estabelece, dessa forma, determinadas *regulações* com estes seguidores em cada um dos espaços midiáticos, acionando estratégias ora similares ora diferenciadas, conforme detalharemos adiante neste capítulo.

Figura 15 – Edição de vídeo feita após uma fala de Marco Feliciano em uma entrevista, anunciando que em 2018 o ex-presidente Lula estaria preso



Fonte: Conta oficial do *Instagram* do pastor Marco Feliciano.

Figura 16 – Publicação de uma “brincadeira” na rede social



Fonte: Conta oficial no *Instagram* do pastor Marco Feliciano.

Figura 17 – Convocação do pastor para seus cultos em forma de “Agenda”



Fonte: Conta oficial no *Instagram* do pastor Marco Feliciano.

Apesar de replicar os mesmos materiais, notamos um aspecto mais personalizado na conta do *Instagram* em comparação ao *Facebook*. Inferimos disso uma certa informalidade direcionada à rede que não se configura enquanto sua “página oficial” – concretizada no *Facebook*. Assim, uma maior personificação nas imagens, vídeos e assuntos ali dispostos na “linha do tempo” do *Instagram*, de fato, possibilita o pastor interagir com acontecimentos mais “cotidianos”, afetando de maneira distinta seus seguidores.

#### 4.3.3 O *Twitter* oficial de Marco Feliciano

Mais uma plataforma que trazemos à descrição é o *Twitter*, presente nas esferas midiáticas digitais desde 2006 e que conta, hoje em dia, com mais de 300 milhões de usuários ativos. No ano de 2017, em reportagem<sup>56</sup> divulgada pela Folha de S.Paulo, soubemos que o Brasil apresentou o terceiro maior crescimento em números de usuários da rede (em 2016), a partir da inserção mundial que a rede possui. Destinada a comentários mais rápidos (antes limitados a 140 caracteres, expandidos para 280 cliques), o *Twitter* mostra, na abertura de sua

<sup>56</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/tec/2017/02/1861175-numero-de-usuarios-do-twitter-no-brasil-cresce-18-em-2016.shtml>>. Acesso em: 4 jul. 2018.

seção “Sobre” a seguinte mensagem: “o lugar certo para saber mais sobre o que está acontecendo no mundo e sobre o que as pessoas estão falando agora.” (TWITTER, 2018).<sup>57</sup>

As atualizações dessa rede também nos permitem inferir o compromisso com a rapidez no contato com informações e opiniões de eventos globais. Os *Trending Topics* elegem, a partir do instrumento da *hashtag*, quais os principais assuntos estão sendo comentados na rede. Além dessa característica, uma recente modificação do *Twitter* deu lugar ao *Moments*, ressaltando seções temáticas mais amplas (Hoje, Notícias, Esporte, Entretenimento e Diversão) a partir do que também é mais compartilhado pelos usuários. As mudanças que, de forma similar, ocorrem com as tecnologias oferecidas pelos dispositivos móveis<sup>58</sup> – e especificidades de sistema operacional – utilizados fornecem, novamente, possíveis leituras de como essas empresas e aplicativos de comunicação estão preocupados em aprimorar sua influência às experiências de seus públicos.

A conta do pastor e deputado Marco Feliciano possui cerca de quinhentos e trinta e sete mil seguidores e está ativa desde o mês de abril de 2009. Acompanhando os movimentos já descritos acima, vimos a atividade de convergência presente, principalmente relacionada aos vídeos atualizados na sua conta oficial do *YouTube*. Outra nuance percebida foi a maior ação de compartilhamento de notícias e outros conteúdos vinculados a portais da imprensa – em sua maioria, evangélica. Os canais *PlenoNews* e *GospelPrime* aparecem com frequência no *Feed* do pastor. Além destes, outros veículos reconhecidos pelo viés liberal são divulgados e comentados, por exemplo, O Antagonista e Movimento Brasil Livre (MBL).

No *Twitter* também conseguimos identificar um movimento personificado (Figura 21, por exemplo), porém, neste caso, com compartilhamentos e opiniões bem mais vinculadas às questões políticas e culturais (Figura 18). Nesses conteúdos, há destaques para notícias relacionadas ao movimento cristão – em ações humanitárias ou “aleatoriedades” sobre indivíduos e nações cristãs. Observamos publicações com comentários bastante pessoais em que o pastor fala sobre atividades legislativas (Figura 22), assim como eventos políticos que geralmente estão sendo comentados no momento (ver Figura 20). A dinamicidade verificada na conta de Feliciano explicita seu entendimento e “manejo” com a rede social. Em outras passagens, vimos *tweets* interagirem com perguntas aos seguidores e usuários em geral, uma vez que as contas oficiais (e com selo de autenticidade verificado pelo próprio *Twitter*) são consideradas de “interesse público”.

---

<sup>57</sup> Disponível em: <<https://about.twitter.com/pt.html>>. Acesso em: 4 jul. 2018.

<sup>58</sup> Disponível em: <<https://www.tecmundo.com.br/software/132226-twitter-android-ganha-mudancas-interface-para-facilitar-navegacao.htm>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

Figura 18 – Expressão acerca da necessidade de “cura” do país



Fonte: Perfil do *Twitter* do pastor Marco Feliciano.

Figura 19 – A vigilância sobre “os filhos”



Fonte: Perfil do *Twitter* do pastor Marco Feliciano.

Ainda, é possível dizer que o pastor e deputado também delinea condutas de vigilância ao falar sobre possíveis votações no Congresso e assim como sobre programas televisivos que não seriam “apropriados” para as crianças (Figura 19). Outra característica destacada é sobre o controle de comportamentos ou situações que ofenderiam a religião cristã. Esse indício, na verdade, também é recorrente nas outras redes sociais: o discurso que aponta a perseguição sofrida pelo cristianismo em todo o mundo, com ressaltos ao Brasil. Assertivamente, podemos dizer que esta é uma marca discursiva presente em todas as mídias sociais mapeadas.

Figura 20 – Notícia sobre as manifestações na Argentina em favor da legalização do aborto



Fonte: Perfil do *Twitter* do pastor Marco Feliciano.

Figura 21 – Em contato com o público, o pastor ressalta a prática religiosa



Fonte: Perfil do *Twitter* do pastor Marco Feliciano.

Dessa forma, ao trazer publicações pessoais – e institucionalizadas, resgatando nosso marco teórico acerca das relações individuais e coletivas objetivadas a partir da interação social –, percebemos traços de como se constitui a “imagem de si” – o *ethos* – que o pastor e deputado federal expressa nesses episódios comunicacionais. A descrição e análise primárias desses recortes, nos direciona a filtrar, de certa forma, os conteúdos e as estratégias discursivas mais recorrentes nestas interações midiáticas do objeto em pesquisa. Marco Feliciano relaciona-se nessas redes a partir de complexas teias de sentido, acionando diversificadas ações que também carregam comportamento distinto dependendo do espaço – ou da *situação* – de comunicação em que se encontra.

Figura 22 – Comentários acerca do cotidiano político enquanto parlamentar



Fonte: Conta oficial no *Twitter* do pastor Marco Feliciano.

Portanto, ficam explícitos os elementos de devoção e fé divinas, explorando os dizeres bíblicos e provérbios do Evangelho, empregando também mensagens no modo imperativo como se imprimisse um tom enérgico à palavra, oferecendo ação ou uma ordem de movimento. Esses pontos, da mesma forma, mencionam um caráter individualista e proselitista a partir da manifestação de que, quanto mais fiel e assíduo às orações e às crenças o sujeito for, mais forças e conquistas Deus lhe concederá, afinal colocando “Deus no controle de tudo”, as melhorias virão (Figura 23). Com o mesmo afinco, percebemos Feliciano falar das perseguições religiosas sofridas – coloca-se enquanto representante e defensor da religião cristã, poucas vezes diferenciando a corrente evangélica.

Figura 23 – Passagem bíblica compartilhada em convergência nas redes sociais



Fonte: Conta oficial no *Twitter* do pastor Marco Feliciano.

Resgatando nossa proposição analítica elaborada para exemplificar os arranjos disposicionais oferecidos pela presença midiaticizada de Marco Feliciano em contato também com o dispositivo da sexualidade, elencamos alguns traços importantes nesta altura da investigação. No momento em que se apresenta como líder evangélico, devoto à atividade pastoral e “cumprindo a missão parlamentar” de defender o Brasil e as famílias brasileiras, percebemos que Feliciano direciona estratégias no sentido de marcar sua posição conservadora e comprometida com os valores cristãos. Uma vez reconhecido como “pregador da palavra sagrada”, o pastor transpõe suas convicções espirituais e subjetivas a eventos mundanos, também instituídos na esfera social e política.

Por sua vez, no momento em que ocupa a posição de deputado federal, também sublinha princípios e valores de sua prática política. As marcas que delineiam bem esta credibilidade conservadora alinham-se, principalmente, àquele contexto polarizado que detalhamos no início de nossa pesquisa. Ancorado pela expressão – e afetação – do “antipetismo” e da “ameaça vermelha (comunista)”, Feliciano alcança expressividade por camadas mais amplas, extrapolando o público religioso. Ele partilha seu discurso a partir de condições objetivadas e formadas no âmbito político-social, levando suas opiniões para outras e diversificadas experiências.

Relembrando as indicações sobre os códigos e inferências presentes em todo ato comunicacional, aqui podemos selecionar algumas das estratégias sobressalentes, assim como mapear lógicas específicas utilizadas nos diferentes dispositivos interacionais (cada mídia em seu caráter singular). Ao chegarmos a essa compreensão, começamos a também delinear caminhos de observação para nossa próxima e principal análise discursiva – os vídeos de Marco Feliciano na campanha #ANossaFamíliaMereceRespeito divulgada em seu canal no *YouTube*.

Antes disso, porém, realizaremos uma descrição da conta oficial de Feliciano no *YouTube* nos mesmos moldes detalhados até agora. Essa perspectiva possibilita-nos enxergar as estratégias presentes em cada uma dessas mídias, assim como as convergências existentes entre elas e as temáticas presentes nos conteúdos visualizados. Ao final dessa explicação, pontes bem delimitadas serão traçadas para buscarmos responder nosso problema de pesquisa: de que forma o *ethos* midiaticizado de Marco Feliciano produz discursos sobre o controle do *ethos* privado?

#### 4.3.4 O *YouTube* de Marco Feliciano

Este site, lançado no ano de 2005, é o tema principal explorado na obra “*YouTube e a revolução digital – Como o maior fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade*”. A partir do estudo dos autores Burgess e Green (2009, p. 17-18, grifos do autor), percebemos a característica inicial proposta pela inserção dessa plataforma em meio às modificações tecnológicas vivenciadas na época<sup>59</sup>:

O YouTube era um entre os vários serviços concorrentes que tentavam eliminar as barreiras técnicas para maior compartilhamento de vídeos na internet. Esse site disponibilizava uma interface bastante simples e integrada, dentro da qual o usuário podia fazer o *upload*, publicar e assistir vídeos em *streaming* sem necessidade de altos níveis de conhecimento técnico e dentro das restrições tecnológicas dos programas de navegação padrão e da relativamente modesta largura de banda. O YouTube não estabeleceu limites para o número de vídeos que cada usuário poderia colocar on-line via *upload*, ofereceu funções básicas de comunidade, tais como a possibilidade de se conectar a outros usuários como amigos, e gerava URLs e códigos HTML que permitiam que os vídeos pudessem ser facilmente incorporados em outros sites, um diferencial que se aproveitava da recente introdução de tecnologias de *blogging* acessíveis ao grande público. Exceto pelo limite de duração dos vídeos que podiam ser transferidos para o servidor, o que o YouTube oferecia era similar a outras iniciativas de vídeos on-line da época.

A partir dessa apresentação, verificamos no *YouTube* influências corporativistas similares as que apresentamos anteriormente sobre outras mídias sociais: no ano de 2006, a empresa é comprada pela multinacional *Google*, que representa hoje uma das maiores companhias do mercado mundial. Nessa transição, muitas hipóteses buscam explicar o sucesso atingido pela plataforma que passa por redefinir, completamente, as formas de expressões individuais manifestadas pelo meio audiovisual.

Desde as mudanças elencadas pelos autores Burgess e Green (2009) na própria definição<sup>60</sup> do *site* ao longo dos anos, o *YouTube* dispõe hoje, em sua seção “Sobre”, os seguintes pontos: “Nossa missão é dar a todos uma voz e revelar o mundo”; “Acreditamos que todos têm o direito de expressar opiniões e que o mundo se torna melhor quando ouvimos, compartilhamos e nos unimos por meio das nossas histórias”. (YOUTUBE, 2018)<sup>61</sup>. Ao tratar dos valores defendidos, o *site* destaca (junto a um breve texto descritivo): a

<sup>59</sup> “A maioria das versões da história do YouTube se encaixa no mito dos empreendedores de garagem do Vale do Silício, nos quais a inovação tecnológica e comercial brota de jovens visionários trabalhando fora das empresas já sedimentadas.” (BURGESS e GREEN, 2009, p. 18).

<sup>60</sup> “Nesses primeiros momentos o *site* trazia o slogan *Your Digital Video Repository* (‘Seu Repositório de Vídeos Digitais’), uma declaração que, de alguma maneira, vai de encontro à exortação atual, e já consagrada, *Broadcast yourself* (algo como “Transmitir-se”).” (BURGESS e GREEN, 2009, p. 20).

<sup>61</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/intl/pt-BR/yt/about/>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

liberdade de expressão, o direito à informação, o direito à oportunidade e a liberdade para pertencer.

Retomando o trabalho elaborado pelos autores, temos uma pesquisa que une mensurações qualitativas e quantitativas no intuito de analisar essa rede enquanto dispositivo que se contata – e modifica – aspectos culturais de nossa sociedade. Apresentando outras pesquisas e dados sobre o *YouTube*, conseguem tensionar, inclusive, questões que desenvolvem a perspectiva de “cultura popular” a partir das lógicas de funcionamento e adesão à plataforma. Assim, a conclusão articulada por Bergess e Green (2009) passa por reconhecer os usos do *YouTube* enquanto mais uma turbulenta modificação na cultura da mídia em relação aos atores e instituições sociais.

Como já mencionamos, a ocupação dessa rede pelo pastor e deputado federal Marco Feliciano (e sua Assessoria) foi sendo modificada nos últimos anos, em especial depois de sua reeleição no ano de 2014. A inscrição desse canal tem início no dia 8 de fevereiro de 2011 e, conforme verificamos, sua atuação nesse espaço mudou na medida em que o cenário político também se mostrou mais agitado, principalmente no tocante à polarização em torno de partidos e representantes que apresentam uma agenda progressista (“de esquerda”) e a opinião de políticos conservadores (“de direita”), como Feliciano reiteradamente intitula-se.

Entre meados do ano de 2016 e início de 2017, podemos identificar como o pastor passa a divulgar vídeos – de curta duração, em média três minutos – fazendo comentários acerca de eventos relacionados às esferas política, religiosa e midiática que são partilhados pela sociedade brasileira e mundial. Essa diferente inserção, aliada à estratégia desenvolvida em compartilhar a #ANossaFamíliaMereceRespeito, desde o mês de fevereiro de 2018, em seus vídeos e imagens, delimita nosso principal recorte empírico. Antes de adentrar nestas especificidades, indicamos uma visualização mais generalizada sobre sua conta no *YouTube*.

Ao olharmos para o canal oficial de Marco Feliciano (Figura 24), percebemos a inscrição de aproximadamente cento e sessenta e seis mil pessoas, além de uma divisão de vídeos criada a partir da similaridade de conteúdos que se encadeiam numa lista de reprodução (Figura 25), assim dispostos em: Pregações; Viagem a Terra Santa 2018; Traillers de Mensagem em DVD; Demolindo Esquerdistas; Marco Feliciano Mito; Entrevista João Kléber, Você na TV; Eles existem...Ex-gays; CPI Petrobrás. Essas reproduções revelam as participações do pastor e parlamentar em programas de TV, cultos evangélicos e audiências realizadas na Câmara Federal, além da experiência pessoal relatada na viagem para Israel em 2018.

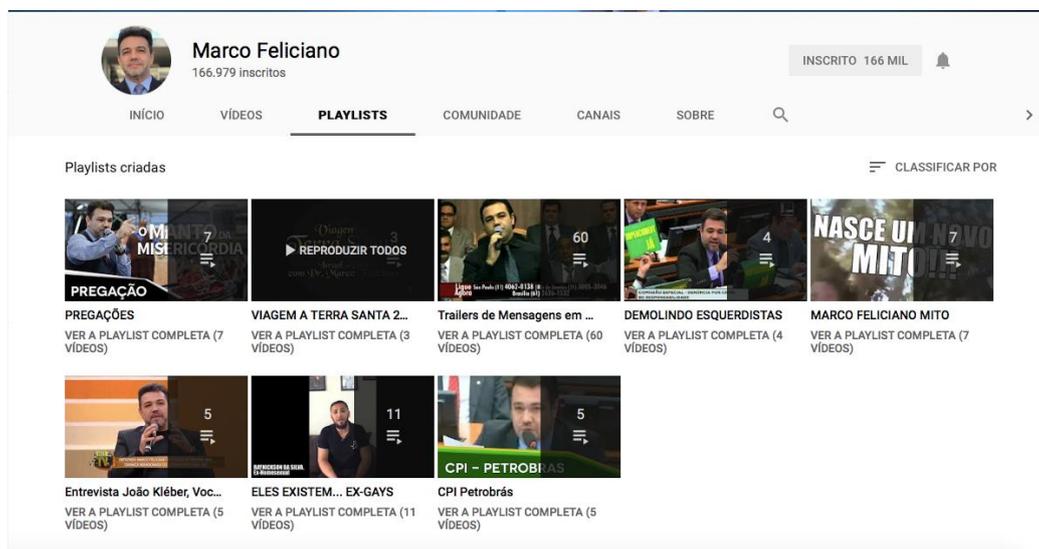
A opção por aglutinar audiovisuais que apresentam um mesmo caráter ou objetivo, novamente nos coloca à prova de que o pastor entende e assume as lógicas e os protocolos midiáticos de cada rede social. Assim, também deixa explícito para seus seguidores uma possível intenção de “não misturar” tais assuntos (ou participações em outros canais de mídia) com suas atualizações semanais. Por sua vez, esses vídeos que mostram Feliciano falando sobre algum acontecimento recente são também reconhecidos naquela experiência cotidiana, em que temos a aparição do sujeito em sua casa, no gabinete parlamentar, nos corredores do Congresso ou mesmo em algum espaço de “uso comum” das pessoas.

Figura 24 – Visão geral do canal de Marco Feliciano no *YouTube*



Fonte: *YouTube* oficial do pastor e deputado federal.

Figura 25 – Listas de reprodução do canal de Marco Feliciano



Fonte: *YouTube* oficial do pastor e deputado federal.

De maneira reiterada, vimos uma estratégia de aproximação com o público. Ao se portar centrado no quadro de imagem, Feliciano constrói algumas condições sobre as quais explora sua presença, logo, seu discurso. Divulgando mensagens gravadas diretamente de “seu cotidiano”, o pastor mostra-se atento às informações que circulam pelas esferas social e política midiáticas. Nesses vídeos, também é comum a inserção de recortes (notícias, *tweets*, publicações de outras redes sociais) de outras mídias, que aparecem editadas e simultâneas à fala do pastor e deputado federal. Exploram-se, então, elementos discursivos textuais e não-textuais, que se unificam no sentido de legitimar e dar credibilidade àquela opinião ali manifestada.

No ano de 2017 (mês de fevereiro), um novo canal – Marco Feliciano Pregações – foi criado com a intenção de reproduzir os diversos cultos já realizados pelo pastor (ver Figura 26). Na descrição dessa conta, que não possui periodicidade de atualização, tampouco se encontra em atividades recentes, temos a seguinte mensagem:

Canal Oficial das Pregações do Pastor Marco Feliciano desde 1996. “Este ministério nasceu junto à minha chamada em 30 de março 1996, quando o Senhor me visitou de uma maneira sobrenatural. Foi como se todo o tempo passado eu houvesse sido “treinado” para um trabalho vindouro, nascido no Trono de Deus. Assim, o Ministério Tempo de Avivamento tem exatamente esse objetivo: semear o fogo do Espírito Santo para que nasça uma nova espiritualidade, com vistas à santidade e à

Evangelização” Pr. Marco Feliciano D.D.<sup>62</sup>. (YOUTUBE. Canal Marco Feliciano Pregações, online)

A partir disso, também verificamos o relato biográfico do pastor em função de seu exercício pastoral entendido como missionário, “treinado” para um trabalho divino, com respaldo e graças recebidas da própria entidade espiritual cristã. Ao mencionar o Ministério que preside e do qual foi criador, Feliciano também conecta a aspiração de “semear o Espírito Santo” com o objetivo de ver “nascer uma nova espiritualidade”, incursões que nos remetem ao diálogo oferecido pelas referências de Cunha (2017) e Duarte (2005) quando falam das experiências religiosas em que se situam o neopentecostalismo.

Tal distinção pode ser interpretada como outra estratégia comunicacional, da qual observamos um possível anseio em distinguir sua atividade evangélica – exercida em cultos e pregações do Evangelho – de sua atuação parlamentar, mais elaborada e explorada no canal oficial Marco Feliciano. Apesar de mostrar certo discernimento, podemos inferir desses elementos mais um recurso tecnológico que associa o pastor Feliciano a seus seguidores, que também passam a decidir acerca da inscrição em outro canal protagonizado pelo líder cristão.

Figura 26 – Canal oficial das pregações do pastor Feliciano



Fonte: *YouTube*.

<sup>62</sup> Disponível em: <[https://www.youtube.com/channel/UCPdZJD3yJ8To\\_bUI1fJn0Cg/about](https://www.youtube.com/channel/UCPdZJD3yJ8To_bUI1fJn0Cg/about)>. Acesso em: 31 jan. 2019.

Apresentando, até o dia 4 de fevereiro de 2019, mais de doze milhões de visualizações, o canal oficial do pastor também apresenta na imagem “de capa” (denominada pelo *YouTube* como “arte do canal”) – ou seja, no topo da página, antes das informações gerais – os símbolos referentes às outras mídias sociais, redirecionando os usuários às contas oficiais de Marco Feliciano nessas redes a partir de um clique. Essas observações também constroem justificativa frente nossas investidas empíricas às mídias abordadas na investigação. Dessa forma, verificamos igualmente uma unicidade expressa nas figuras de “abertura” das páginas; guardadas as proporções do quadro imagístico especificadas por cada uma destas, identificamos o mesmo elemento nas quatro redes aqui tratadas.

#### **4.3.5 Entre o púlpito, o palanque e os fenômenos midiáticos**

No intuito de encaminhar sínteses para empenhar nosso próximo exercício de análise discursiva, verificamos que as mídias sociais trabalhadas exprimem o desejo de conectar pessoas, aproximar histórias e colaborar na difusão de informações e acontecimentos. Não é à toa, portanto, que conseguimos associar a presença intensificada de atores políticos e representantes religiosos entre essas esferas de comunicação. Ao lembrarmos os eventos que proporcionaram a ascensão de visibilidade do pastor e deputado Marco Feliciano, é incontestável sua presença nesses “canais” articulada a comentários e conteúdos diversos, que mobilizam posições contrárias e favoráveis à sua atuação parlamentar e enquanto líder evangélico.

Reconhecemos, portanto, como as expressões de alguns conteúdos são corriqueiras e convergentes, apontando para o que concerne aos formatos de divulgação assumidos sobre múltiplas estratégias, nas quais encontramos textos autorais, imagens, notícias em compartilhamento e vídeos. Essa diversidade também caracteriza uma preocupação que Marco Feliciano (e sua Equipe de Comunicação) demonstra com seu contato ao público, utilizando-se dessas redes para conectar-se aos assuntos e às opiniões que por ali circulam e (re)constroem-se pelo processo de mediação.

Neste movimento exploratório, observamos a articulação de temas que constroem a presença midiática do pastor em suas mídias sociais. Retomando a leitura de Foucault (1999a, p. 10), ao dizer que em toda a sociedade a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída, o filósofo elabora o discurso como:

[...] não simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; [e] também, aquilo que é o objeto do desejo, visto que o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.

No momento atual do país, situamos intensas disputas sociopolíticas, com ascensão de discursos conservadores proferidos em contraposição aos projetos e escândalos de corrupção que exploram os treze anos protagonizados pelo PT na presidência da República. O antipetismo é discutido como uma reação potencial de atores que, sob a lógica de construção de um “inimigo vermelho”, aciona delimitações discursivas em torno de projetos de governo e no que tange ao verificado retrocesso de direitos já conquistados pela população<sup>63</sup>. Com a recente eleição do presidente Jair Bolsonaro (PSL), percebemos o recrudescimento dessas investidas, em que se destacam<sup>64</sup> os “valores da família” e a atenção dada às “ideologias de esquerda” que estariam sendo submetidas à população pelos trabalhos governamentais anteriores.

Na centralidade deste processo, temos as mídias sociais mais presentes enquanto espaços de discussões, compartilhamentos de ideias, notícias e manifestações públicas. A direção do percurso empírico, então, leva-nos a considerar a importância de analisar os discursos dispostos nessas mídias (e que se alinham às suas lógicas e operações) a fim de melhor desenhar nossa proposição, assim como caracterizar as chaves conceituais que se articulam neste exercício. Percebemos, até agora, como as publicações de Feliciano sobressaltam sua imagem particular atrelada ao compromisso divino expresso pela figura de Deus e, principalmente, manifestado pelo compartilhamento de passagens bíblicas específicas.

Da replicação de postagens e informações, observamos uma tendência geral em divulgar mídias evangélicas, principalmente os portais *GospelPrime* e *PlenoNews* – também destacados no estudo de Cunha (2017), no cumprimento de uma função ativista, cristã e digital. Temos a disposição de imagens editadas graficamente que conferem um tom contemporâneo às campanhas do pastor, mobilizando sentidos que o aproximam do público usuário das redes sociais. Podemos dizer que Feliciano age como ativista, uma vez que, movimenta ações específicas nessas mídias, empreendendo novas formas de interação, dispondo conteúdos que extrapolam o imaginário cristão, sem deixar de lado seu compromisso com esses valores.

---

<sup>63</sup> Citamos aqui a Reforma Trabalhista aprovada em julho de 2017, disponível em: <<https://bit.ly/2ESTBPO>>. Acesso em: 18 abr. 2018; assim como os cortes em gastos públicos aprofundados pelo governo Temer, disponível em: <<https://glo.bo/2vijTLw>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

<sup>64</sup> Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46730648>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

Cabe ressaltar, nesta altura, que nossa observação centrou-se nas expressões verbais utilizadas nessas postagens. Ao não aprofundarmos, portanto, uma análise imagística, não ignoramos sua importância para a compreensão desses fenômenos, mas, optamos por este recorte a fim de compreender as linhas da análise do discurso baseadas em elementos textuais. Chegamos, assim, na continuidade de nosso desenvolvimento empírico-metodológico.

Ao concentrarmos as disposições teórico-empíricas sugeridas, notamos como o *ethos* privado de Marco Feliciano aparece mediatizado pelas marcas institucionais que exploramos nos capítulos anteriores. Sua atuação pastoral em contato com a atuação parlamentar, passando pelos processos midiáticos indicados nesta seção, permite-nos associar o *ethos* mediatizado desse sujeito em confluência com as transformações em curso de nossa sociedade. Ao criar peças próprias para divulgação nas mídias sociais, reiterar pedidos de compartilhamento e definir os assuntos em seus perfis, Feliciano demonstra ser um reflexo contundente daqueles novos processos de interação experimentados pelas vias mediatizadas.

Presenciamos as estratégias de Feliciano voltadas para o segmento familiar “tradicional” (defendido como a união de pai, mãe e filhos), que estaria ameaçado pela “doutrinação e alienação ideológica da esquerda”. Essa relação é feita com a literatura já comentada, em que enxergamos a intensificação do ativismo digital entre os atores evangélicos e políticos, principalmente associado a assuntos considerados centrais em seus mandatos representativos – a defesa da vida, da família, da moral e dos bons costumes. Com algumas nuances ressaltadas neste mapeamento exploratório, identificamos como a pauta defesa da família é, de fato, protagonizada por Marco Feliciano em suas expressões nessas mídias sociais. O *slogan* de sua campanha eleitoral em 2018, inclusive, centrou-se pela intensa expressão e compartilhamento da #ANossaFamíliaMereceRespeito.

O reconhecimento que esse ator social confere às suas ações está diretamente ligado a sua presença na igreja evangélica e no parlamento brasileiro, por meio de seu mandato como deputado federal. Veremos, adiante, como o pastor legitima-se por essa representação política e, não obstante, menciona seus eleitores e seguidores das mídias sociais quando publiciza novos vídeos e os repercute em todos os outros canais oficiais em que possui conta ativa. A partir dessa primeira sistematização, compartilhamos a necessidade de verificar, propriamente, as falas que Marco Feliciano produz nessa ambiência mediatizada. Para isso, dirigimo-nos ao próximo passo da investigação: a análise dos discursos de Feliciano divulgados em vídeos da campanha #ANossaFamíliaMereceRespeito em seu canal oficial no *YouTube*.



## 5 A CONSTITUIÇÃO DO *ETHOS* DISCURSIVO

Ao compreendermos a posição do sujeito Marco Feliciano entre a interseção mídia, (bio)política e religião, nos apoiamos nas formulações de *ethos* e acerca da “cena enunciativa” pensadas e articuladas por Maingueneau (2005) e Charaudeau (2006, 2007). Esse entendimento traz-nos suporte para pensar a construção discursiva desse ator social, político e religioso. Ainda sobre os conceitos, atrelamos a experiência midiática à nova ambiência midiaticizada, trabalhada no capítulo anterior. Ao construirmos pontes que conectam a atuação do objeto em estudo às relações institucionais delineadas, conseguimos demonstrar a importância de investigar atuais fenômenos discursivos, assim como suas interpelações em lógicas políticas presentes desde a formação das democracias modernas ocidentais.

Pretendemos, portanto, nesta etapa, confluir os pontos da investigação que nos levam à análise discursiva do *ethos* midiaticizado de Marco Feliciano. Para isso, trazemos atualizações conceituais em torno do “*ethos*”, atentando para a intenção de localizar o contexto em que os discursos de Feliciano são comunicados. Por meio das duas referências mencionadas acima, em diálogo com o trabalho descrito por Foucault (1999a, 2005), constatamos a fundamentação do ato discursivo – e do discurso, em si – no cerne de mudanças e processos sociais e culturais. Dessa forma, além de verificarmos os eixos temáticos mais recorrentes nos conteúdos midiaticizados por Feliciano em suas mídias sociais, interessa-nos identificar sobre quais marcas discursivas esse sujeito constrói sua enunciação em contato com o público.

Ao relembrarmos da proposição escrita por Verón (1997), igualmente temos o contato entre atores e instituições sociais com os meios de comunicação, numa troca mútua de interpelação de sentidos e significados, dispostos sobre novas lógicas e operações. Identificando a presença midiaticizada de Feliciano enquanto um dispositivo interacional de referência, percebemos que ele aciona elementos contextuais próprios de sua formação evangélica e política, tanto no Congresso Nacional, quanto nas igrejas. Portanto, além de produzir conteúdo específico e expressar opiniões, compromete-se com uma representatividade que o elegeu deputado federal e pastor bem-sucedido nas missões “divinas”.

Adiante, retomamos alguns pontos de descrição da mídia *YouTube* e esta caracterização sobre a especificidade trazida ao canal de Marco Feliciano. Ao tratarmos dessa contextualização, procuramos evidenciar as linhas que também serão percorridas por meio da

análise do discurso. Desde já, reiteramos que nosso movimento abarca, fundamentalmente, as expressões verbais do sujeito, cabendo um breve relato dos vídeos que serão analisados.

Decidimos centralizar os apontamentos em torno dessas manifestações verbais por entendermos que se aplicaria uma maior possibilidade desse *corpus* ao intuito de respondermos nosso problema central: de que forma o *ethos* midiaticizado de Marco Feliciano produz discursos sobre o controle do *ethos* privado? Dessa maneira, não deixamos de comentar as inserções imagísticas que aparecem na constituição do *ethos* midiaticizado, mas, direcionamos nossa análise aos argumentos verbais utilizados por Feliciano em seus vídeos publicados no *YouTube* a partir da campanha #ANossaFamíliaMereceRespeito. Ao compilarmos alguns recortes expostos até aqui, identificamos como alguns elementos constitutivos do *ethos* privado-religioso revelam-se centrais em projetos e discussões nos espaços políticos.

Acompanhando as transformações vivenciadas pela experiência moderna, chegamos a paradigmas histórico-culturais efetivamente institucionalizados a partir da “colocação do sexo em discurso” (FOUCAULT, 1988, p. 16). Demonstrando as inserções de atores evangélicos nas esferas de poder legislativa e executiva, percebemos a investida desse setor em conjunto com o segmento católico no desenvolvimento de um “projeto cristão” para a “salvação” e “cura” da sociedade brasileira. Nas manifestações e pautas expressas por esse grupo religioso em contato com o ativismo midiático e político, a “defesa da família” ocupa um espaço protagonista nesses debates. São essas também algumas das motivações que nos direcionaram a mapear os vídeos com a *hashtag*, uma vez que aí se centralizam, explicitamente, valores de sentido e marcas discursivas em destaque na frase “A Nossa Família Merece Respeito”, assim como na própria estratégia comunicacional de utilização da ferramenta *hashtag*.

A partir dessa tomada de decisão, começamos a questionar alguns pontos à medida que os vídeos eram transcritos: qual família merece respeito? Se essa família merece respeito, qual não merece? O que delinea o sentimento de respeito que compõe esse enunciado? Quais inferências e códigos são compartilhados pelo pastor e deputado Marco Feliciano na divulgação desses vídeos? As mensagens que compõe o dispositivo interacional acionado pela #ANossaFamíliaMereceRespeito (nos vídeos) demonstram uma ação discursiva de controle sobre as condutas privadas?

Passamos, agora, ao caminho que nos levará à constituição desse *ethos* discursivo de Marco Feliciano. Retomando a importante colocação de que o pastor e parlamentar intitula-se o “maior defensor” da família brasileira, buscamos observar como os pontos de interseção de nosso estudo, a partir dos vieses e recortes trazidos, podem demonstrar de que maneira o

discurso – midiaticizado por meio dos vídeos do *YouTube* – de Feliciano produz discursos sobre o controle do *ethos* privado.

### 5.1 O *ETHOS* DISCURSIVO EM CONTATO COM O *ETHOS* MEDIATIZADO

A partir do que já trouxemos acerca desse conceito e ao focarmos a metodologia na análise do discurso, temos uma definição de *ethos* dentro desse recorte, principalmente elaborada nos trabalhos de Maingueneau (2005), em que descreve a importância de se observar o enunciador em relação a um caráter (originalmente trabalhado na perspectiva aristotélica) e a uma corporalidade. Ao buscar a atualização conceitual associada à análise discursiva, o autor confirma preceitos de que o enunciador deve legitimar seu dizer por meio de uma posição institucional atribuída, assim como sua relação demarcada por um saber.

Ao incorporar a questão de corporalidade, Maingueneau (2005) assume a noção de *ethos* em contato com uma cena enunciativa, o que nos mostra a consideração de entender elementos pré-existentes a uma enunciação ou ato discursivo. Dessa forma, chegamos até aqui passando pela exposição de relações institucionais – religiosas, políticas e midiáticas – presentes na formação social e cultural do sujeito Marco Feliciano. Ao assumir a posição de político conservador, o pastor dirige-se às mídias sociais legitimando essa posição frente ao público, também demarcando sua concepção cristã de enxergar os eventos mundanos. A seguir, procuramos pelo aprofundamento necessário que queremos dar à análise dos discursos proferidos por Feliciano, utilizando seus vídeos – sob a inscrição da campanha #ANossaFamíliaMereceRespeito – compartilhados no canal do *YouTube* como recorte empírico para tal exercício.

Como vimos ao final do capítulo anterior, é fundamental a dimensão dada pelo *YouTube* no viés das transformações midiáticas e, conseqüentemente, comunicacionais. Dessa percepção, desenhamos nossa proposição metodológica alinhada a esse contexto. Assim, começaremos a tratar das nuances epistemológicas que nos auxiliam a identificar o *ethos* discursivo de Marco Feliciano em seus vídeos compartilhados nessa rede. É importante lembrar que chegamos à análise discursiva com uma bagagem de elementos caracterizados pelo *ethos* privado e midiaticizado do pastor e deputado federal. Dessa forma, ao especificarmos o *corpus* de análise em torno de vídeos que divulgam a #ANossaFamíliaMereceRespeito, assentamos todos os aspectos das relações institucionais constatadas até aqui.

Desde as observações da constituição dos hábitos nas origens da institucionalização, da transformação política vivenciada a partir do dispositivo da sexualidade, dos trabalhos priorizados pela Frente Parlamentar Evangélica até o recorte das publicações de Marco Feliciano, temos em torno da pauta “defesa da família” uma centralidade de ações e estratégias discursivas colocadas em evidência nos âmbitos público e privado por atores evangélicos e políticos reconhecidamente conservadores. A decisão envolvida em torno do *YouTube* vai ao encontro da convergência midiática que vimos nas mídias sociais do pastor. Os vídeos assumem uma maior aproximação de Feliciano com o público e suas opiniões ali manifestadas são compartilhadas em suas outras contas oficiais nas redes *Facebook*, *Twitter* e *Instagram*.

No trabalho de Nascimento e Xavier (2010, p. 56), caracteriza-se a imagem do enunciador do discurso religioso de maneira pré-construída pelo co-enunciador, que associa o *ethos* do orador à imagem e às “representações sociais estereotipadas e não antes de o discurso ser pronunciado.”. Dessa forma, o co-enunciador constroi uma imagem – ou representação – do enunciador e outra simbólica (e mais subjetiva) de Deus, que passa a se projetar no ato discursivo como fonte enunciativa. Esse deslocamento “apaga”, de certa maneira, a presença do orador que, por ocupar o “lugar de Deus”, sente-se afeiçoado por Ele.

O efeito discursivo, no funcionamento do discurso religioso, revela diferentes *ethos* que participam da construção da cena enunciativa, onde se ouvem ecoar a voz de Deus, do orador, do enunciador e de outros sujeitos levados para o interior da cena, a fim de legitimar a credibilidade. (NASCIMENTO e XAVIER, 2010, p. 57).

Dessa forma, ao reunirmos tais disposições teóricas, inserimos Marco Feliciano também disposto à presença de novas lógicas de sentidos e operações próprias do contexto em midiaticização, no qual atores dos campos político e religioso também se inscrevem discursivamente através de seu *ethos*. Ao considerarmos as obras de Charaudeau (2006, 2007) como princípio elucidativo e classificador de discursos políticos, buscamos analisar as falas do pastor e deputado federal ancoradas cultural e historicamente em formações discursivas presentes: na igreja, na família e no parlamento. Tendo em mente essas três principais construções, tentaremos traçar a análise de como os elementos dispostos entre elas relacionam-se e interpelam condutas do *ethos* privado. O interesse por essa conexão é dado a partir das observações que fizemos até agora acerca da constituição do *ethos* de Marco Feliciano.

A partir desse recorte, percebemos como as contribuições de Foucault (1999a) exploram questões que integram a noção de discurso e sua potência em torno das relações sociais, institucionais e, conseqüentemente, de poder. Nesta altura, um importante elemento, que versa sobre a sexualidade e a política, é retomado para nossa investigação:

[...] em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política: como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes. (FOUCAULT, 1999a, p. 9-10).

Assim, inferimos que as regiões da política e da sexualidade em formação direta com o saber institucional – e sua forma de acionar sistemas de exclusão – apresentam interpelações discursivas concretas no sujeito que é foco deste estudo. A escolha do *corpus* para análise pretende concentrar-se nos materiais publicados por Marco Feliciano em seu canal do *YouTube*, que também são fixados em suas outras mídias sociais quando lançados. A escolha pelo canal também se justifica, novamente, por delinear um espaço de proximidade que Marco Feliciano assume com seu espectador/seguidor e participantes dessas redes sociais. Salientamos, com isso, que uma das principais características desses vídeos é a centralidade assumida pelo próprio pastor que, em frente a uma única câmera de gravação, contata-se diretamente com o público.

Até o fechamento deste texto, no início do mês de fevereiro de 2019, foram reproduzidos mais de quarenta vídeos do canal de Marco Feliciano, dos quais realizamos a transcrição completa de trinta e um – destacados a partir da inserção de uma imagem ao final da gravação que traz a mensagem: “COMPARTILHE COM A HASHTAG #ANossaFamíliaMereceRespeito”. Deste último número, percebemos que em apenas cinco<sup>65</sup> produções o deputado não insere essa tela com o pedido de compartilhamento. Observando os sentidos empregados por seus discursos midiáticos, o pastor incide no debate público levando seu posicionamento religioso para dentro de pautas políticas que se encontram em disputa na sociedade brasileira. Com o exercício da transcrição em contato com as disposições teóricas trabalhadas, conseguimos apontar alguns caminhos importantes para o seguinte passo no percurso de nossa pesquisa.

Ao trazermos apontamentos teórico-metodológicos que nos ajudam a observar o objeto em investigação com alguns recortes já sistematizados, adentramos na análise

---

<sup>65</sup> Destes, três são relacionados à viagem de Marco Feliciano para Israel (em 2018) e um vídeo corresponde a uma pregação já realizada pelo pastor.

discursiva sugerida. Com isso, assumimos novamente a interseção mídia-(bio)política-religião que acompanha nosso estudo desde suas primeiras inquietações. Conforme já explicitamos em outros momentos, reafirmamos a importância do olhar e da interpretação de mensagens através de uma nova lógica interacional de referência. A linguagem, suas formas de expressão e demais invenções sociais vêm se desenrolando sobre processos midiáticos que, agora, demonstram uma diferente intensidade com que as mídias afetam nossa experiência pessoal e coletiva; pública e privada; institucional ou não-institucionalizada.

## 5.2 O *ETHOS* DISCURSIVO NA SITUAÇÃO DE COMUNICAÇÃO

Declaradamente conservador, o deputado federal e pastor Marco Feliciano se define como um dos principais defensores da “família brasileira”, assim como um dos mais comprometidos com essa causa nos espaços de decisão política. No mapeamento sintetizado no capítulo anterior, em torno de uma breve observação sobre suas publicações nas mídias sociais, percebemos a constante incidência de debates morais (e moralizantes) sobre assuntos políticos, principalmente em comentários acerca do atual contexto brasileiro. Além de posicionamentos que demarcam uma necessidade de mudança, de “cura” do país, Feliciano ao mesmo tempo valoriza um “projeto cristão” e divulga peças gráficas específicas com passagens bíblicas para serem compartilhadas – lembramos aqui o provérbio que compõe a imagem em destaque de todas as suas contas: “FELIZ É A NAÇÃO CUJO DEUS É O SENHOR” Salmos 33:12. O posicionamento do pastor, então, não deixa dúvidas das marcas institucionais que carrega.

Assumindo esta postura conservadora, Feliciano articula dizeres que carregam marcas acerca da regularização e normatização dos corpos a partir de um preceito cristão, com escrituras bíblicas, que desvalorizam ou não reconhecem a diversidade sexual e outros avanços reconhecidos em torno das orientações sexuais e das identidades de gênero. O reconhecimento da vida (vista enquanto “prática” por nosso objeto de pesquisa) homossexual é assumida pela igreja como uma busca por salvação e imposta no âmbito político como ameaça ao verdadeiro núcleo familiar tradicional, reprodutor, patriarcal e cristão. Nesta ocasião, assumem-se argumentos legais e jurídicos que priorizam uma leitura burocratizada das situações institucionais, encontrando brechas na Constituição Federal para blindar o tradicionalismo e não se permitirem avanços nas políticas públicas para pessoas LGBT e para as mulheres, como podemos verificar em discussões sobre a pauta de legalização da prática do aborto.

A regularização é vista sob argumentos médicos, em que especialistas e psicólogos reforçam narrativas que permitem o avanço conservador. Apoiado na liberdade de expressão e em sentidos compartilhados pelas teologias que acompanham sua ascensão nos espaços religiosos, Marco Feliciano mobiliza argumentos que interagem com o sentimento de frustração frente à crise política, econômica e social vivenciada no país. Em outros momentos, também destaca a busca por merecimento material e conquistas de bens – essa aproximação discursiva aciona outros vieses às suas falas, conforme identificamos nas expressões imperativas, em que percebemos a incitação da fé em Deus como único caminho para a superação de dificuldades. Por meio da experiência própria, de sua vida nessa ambiência, nesses cenários de salvação, Feliciano incorpora movimentos que o legitimam.

As considerações feitas, depois de revelados os principais posicionamentos e conteúdos abordados por Feliciano em suas mídias sociais, levaram-nos a outras perguntas que, de certa forma, estenderam a problemática central da pesquisa. Passamos a questionar: como esta experiência de pastor, parlamentar e figura midiática aciona discursos sobre controle de questões privadas? A partir de que elementos e estratégias discursivas Marco Feliciano incide sobre temas referentes ao *ethos* privado? Para tentar responder essa dúvida principal, retomamos à teoria biopolítica, que permite aprofundamentos e vieses analíticos relevantes para a pesquisa. A partir desta complementaridade, também traçamos apontamentos verificados pela investigação empírica.

A construção simbólica compartilhada pelo *ethos* de Feliciano aciona preceitos cristãos que imprimem uma missão sagrada de garantir o conservadorismo na sociedade. Essa ação evidencia-se pela defesa moral da vida e da família, pautando leituras tradicionais da realidade que vão de encontro às pautas defendidas pelo movimento das mulheres e das pessoas LGBT na luta pela igualdade de direitos jurídicos e civis. Para além dessas reações específicas, como um agente da esfera política representativa, o pastor opina sobre os eventos que movimentam o contexto político-partidário, envolvendo-se nas disputas recentes que atribui ao Partido dos Trabalhadores e “às esquerdas” todo o cenário de crise política e econômica do país.

Ao trazermos o recorte das instituições sociais, assumimos a leitura acerca das origens da institucionalização, discutidas por Berger e Luckmann (2004) desde a apreensão dos hábitos humanos até as consequentes padronizações assumidas por nossas experiências individuais e conjuntas. Reconhecer, portanto, a formação desses agenciamentos coletivos na construção da nossa realidade, mostra caminhos frutíferos para uma investigação discursiva.

De maneira sucinta, o conceito biopolítico traz a compreensão do controle disciplinar exercido por instituições e atores sociais, que realizam de forma sutil e estrutural uma regulamentação sobre os corpos e as vidas em sociedade. Essa normalização é regida por discursos, estratégias, propagandas e indústrias, que mantêm ativos os interesses econômicos e financeiros, hoje dispostos em escala global do liberalismo. Esse resumo faz-se necessário para enxergarmos um pouco além do que já constatamos sobre o contexto político-social do país. Quando afunilamos nossa observação para os discursos proferidos pelo pastor e deputado federal, concentramos o olhar aos vídeos gravados pelo próprio sujeito que também convergem em todas as suas outras mídias sociais, ocupando destaque nelas por meio de ferramentas específicas em cada uma.

Ao entendermos que a partir do produto audiovisual teríamos um contato mais próximo, explícito e preciso dos discursos de Marco Feliciano, optamos por este recorte analítico: transcrever suas falas publicizadas em vídeos postados no seu canal oficial do *YouTube* em que também se verificava o pedido de compartilhamento dessas produções com a *#ANossaFamíliaMereceRespeito*. Esse movimento foi constatado a partir de fevereiro de 2018 e essa expressão foi também o mote da campanha eleitoral do pastor no mesmo ano, em que percebemos um deslocamento para além dos espaços digitais<sup>66</sup>. Nos vídeos divulgados neste período de eleições, podemos identificar uma placa com a inscrição dos dizeres “A minha família merece respeito – Pr. Marco Feliciano”.

O teor desses vídeos é diverso e evidencia o parlamentar comentando sobre assuntos atuais, discussões e episódios ocorridos em outros veículos de comunicação, movimentações no Congresso Nacional, entre outros temas. O elemento em comum, no entanto, é a tela com a mesma mensagem ao final, que vem acompanhada da enunciação oral do deputado: “A nossa família merece respeito!”. Retomando, então, o que abordamos a respeito do *ethos* discursivo e das condições de enunciação do sujeito em situação de comunicação, temos o desenho de onde parte nossa análise e de que forma pretendemos desenvolvê-la.

Ao justificarmos as escolhas que nos trazem até este momento, temos a complexidade de interpretar a forma com que discursos sobre o *ethos* privado inserem-se em estratégias de discurso ampliadas pela publicização de vídeos por meio do *YouTube*. Ao verificarmos alguns elementos constitutivos do *ethos* midiático de Marco Feliciano, conseguimos compreender certas nuances que justificam a campanha *#ANossaFamíliaMereceRespeito*. A partir das inferências e códigos que compartilham um sentimento – e uma atividade – de perseguição

---

<sup>66</sup> Durante a campanha eleitoral de 2018, cartazes e placas foram impressas no intuito de acompanhar os registros pessoais e fotográficos do pastor com seus apoiadores pelas localidades em que passava.

religiosa contra a população cristã no Brasil, o pastor justifica aquela “guerra espiritual” a partir de uma empreitada moral contra agentes que estariam tentando destruir as determinações mundanas lançadas pela leitura fundamentalista do Evangelho.

Esta análise, portanto, extrapola o conjunto de significados possível de observações nas experiências evangélicas e políticas, concentrando-se na disposição desses elementos na formação do sujeito midiaticado e, assim, na atividade discursiva por ele efetivada. Ao tomarmos como referência o que Charaudeau (2007) constroi em sua proposição de análise do discurso, percebemos que o autor detalha quatro princípios acerca dessa problemática: da alteridade, da influência, da regulação e da pertinência. Para formular sua proposição, o autor também comenta que esses princípios agem simultaneamente, colocando ao sujeito enunciativo alguns problemas a serem resolvidos para “haver a troca com o outro”.

O que Charaudeau (2007, p. 3, grifo nosso) descreve acerca desse “contato com o outro”, sempre pelo viés de um processo enunciativo, consiste em:

- (a) justificar a razão pela qual se toma a palavra, pois tomar a palavra é um ato de exclusão do outro (quando um fala, o outro não fala) que é preciso poder legitimar e
- (b) estabelecer um certo tipo de relação com o outro no qual se assegura a ele um lugar. Isso corresponde ao *processo de regulação* acima mencionado. Para a realização deste processo, o sujeito falante recorre aos procedimentos de enunciação locutivos (Alocutivo, Elocutivo, Delocutivo) que estão em vigor no grupo social ao qual pertence e são constituídos pelo que a *ethnometodologia* denomina “rituais sócio-linguísticos”. A finalidade desse processo é a adesão às normas sociais de comportamento.

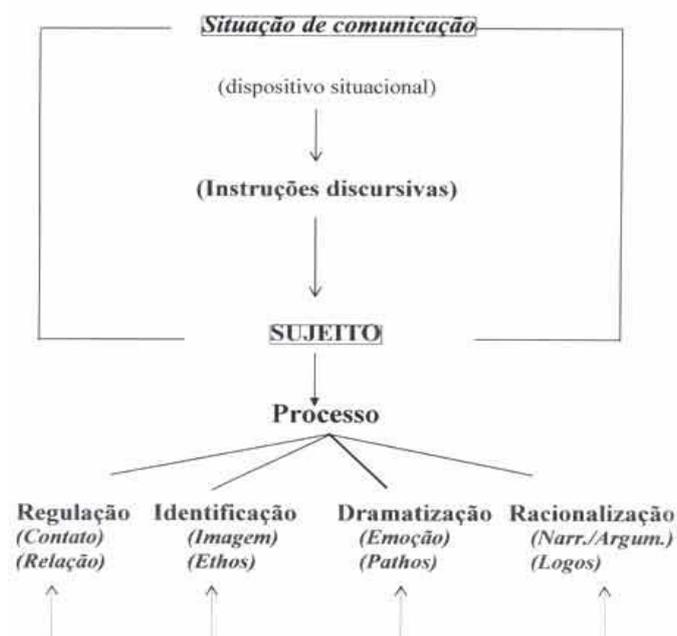
Com isso, percebemos que muitos pontos atravessam o ato enunciativo, antes mesmo de um discurso ser posto em prática ou direcionado a algum público. Além do reconhecimento exposto acima, o autor delinea outros processos inseridos nessa enunciação, aqui trazidos em torno das questões que Charaudeau (2007) levanta sobre: como impor sua pessoa de sujeito falante ao outro (problemática do *ethos*); como tocar o outro (problemática do *pathos*) e, finalmente, como organizar a descrição do mundo que propomos/impomos ao outro (problemática da racionalização, ou do *logos*). A partir dessas referências, o autor apresenta uma figura que representa a “[...] posição do sujeito falante colocado entre as restrições da situação de comunicação na qual se encontra e o processo que operacionaliza.” (CHARAUDEAU, 2007, p. 4).

Antes de apresentarmos esse esquema, ressaltamos que a principal motivação desse movimento analítico é, além de caracterizar o *ethos* discursivo de Feliciano, evidenciar as marcas desse *ethos* que dispõem sobre um controle do *ethos* privado. Dessa maneira,

considerando as concepções que vimos desse conceito, compreendemos o *ethos* como uma leitura que abarca a possível operacionalização para constatar as modificações nas relações institucionais e discursivas exploradas até agora. A “bagagem simbólica” e a construção de sentidos que formam cada indivíduo repercutem em sua “imagem de si” disposta num ato discursivo e numa interação social.

Ao explorarmos a constituição do *ethos* na ambiência midiaticizada, conseguimos encontrar pistas que nos direcionam à aprofundação de análise do *ethos* discursivo, assim como deste discurso em si colocado por Marco Feliciano em vídeos no seu canal do *YouTube*. Temos, então, o esquema proposto por Charaudeau (2007, p. 4), na Figura 27:

Figura 27 – Esquema metodológico baseado na Análise do Discurso



Fonte: CHARAUDEAU (2007, p. 4).

A partir dessa figura (27), conseguimos relacionar e perceber uma cadeia de afetações em que os enunciados estão dispostos. No momento em que enxergamos a “Situação de Comunicação” aqui construída, temos: uma importante liderança evangélica e política compartilhando opiniões por meio de conteúdos audiovisuais publicizados na mídia *YouTube* sob uma campanha delimitada pela expressão “A Nossa Família Merece Respeito”. Esses conteúdos, por sua vez, demarcam assuntos recorrentes de eventos atuais e, principalmente, que já apresentam alguma inserção nas mídias sociais ou canais de imprensa. Verificamos

também a similaridade com as temáticas expostas nas outras redes sociais de Feliciano, demonstrando uma convergência entre os elementos verbais e textuais discutidos pelo pastor.

Ao partirmos para uma breve sistematização dessas categorias em evidência nos discursos de nosso objeto empírico, selecionamos alguns trechos – dentre dois vídeos<sup>67</sup> do nosso *corpus* – que exemplificam os processos trazidos na proposição de Charaudeau (2007):

- a) da regulação: “Olá, pessoal. *Me questionaram* e muito sobre a ascensão de Pablo Vittar e outros, *e eu resolvi finalmente falar.*” (Vídeo 1); “Olá pessoal! Passando aqui pra *pedir um minutinho do seu tempo pra informar um fato gravíssimo* que toma conta dos meios acadêmicos em Brasília.”, “*Faço esse vídeo para mostrar a vocês o perigo que ainda assola nossa cultura [...]*” (Vídeo 2);
- b) da identificação: “*Nós sabemos* da capacidade regenerativa das hidras comunistas e *as suas* reluzentes caras-de-pau.”, “Eu termino aqui pedindo a Deus que *nos livre* das doutrinas [...] as mais escolhidas bênçãos celestiais a todo povo brasileiro e sobre a *nossa família.*” (Vídeo 2); “*Precisamos* estar atentos [...] Cuidado, *cidadãos. Cuidado, família. Cuidado, povo de Deus.* Para que *nós não sejamos* influenciados nem *conduzidos* por [...]” (Vídeo 1);
- c) da dramatização: “*O alerta* é para a sociedade conservadora, religiosa, pais e irmãos: *atenção.* [...] tudo isso e, de repente num BUM, que os coloca acima de *nós, meros mortais. Não se iluda.*” (Vídeo 1); “Esse professor [...] *despeja seu esgoto verbal como soldado* do Partido dos Trabalhadores [...]. Sem importar *desgastadas políticas alienígenas*, onde o Estado é *todo poderoso e o ditador um pequenino Deus [...]*” (Vídeo 2);
- d) da racionalização: “[...] fazendo uso de *verbas públicas, vinda dos impostos pagos* por todo o povo brasileiro [...] e aguardam *novas eleições para confirmar a preferência da maioria.*” (Vídeo 2); “[...] *hoje no Congresso Nacional temos bancadas* muito distintas e conhecidas [...]” (Vídeo 1).

No primeiro item (a), constatamos como o pastor dirige-se às pessoas que o procuram, explicitando marcas que denotam a regulação do contato proposto pelos participantes desta Situação. “Me questionaram”, logo, infere-se a projeção de um dever de resposta a ser dada por Feliciano, uma vez que ele assume representação pública na Câmara dos Deputados, assim como na liderança evangélica na igreja Assembleia de Deus. Na passagem “faço esse

---

<sup>67</sup> Vídeo 1: “ALERTA: O QUE ESTÁ POR TRÁS DA ASCENSÃO DE PABLO VITTAR?”, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CtPlrEpbq04>> e Vídeo 2: “DENÚNCIA: UNB TEM MATÉRIA DE DOCTRINAÇÃO ESQUERDISTA!”, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GkLyj25VBWY>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

vídeo para mostrar a vocês”, novamente encontramos marcas de um contato que expressam de que maneira o deputado traz determinado assunto naquele vídeo. Assim, delimitam-se intenções e formações nas quais os discursos são ali divulgados, o que também se exerce para os seguidores e para o público que os visualiza.

Já no segundo ponto (b) são explícitas as marcas na voz plural, em que Feliciano identifica-se e, dessa maneira, também reconhece para quem está mandando aquelas mensagens. “Nós sabemos”, “nossa família”, “povo de Deus” são algumas das referências trazidas que, igualmente, colocam-nos a par das proposições designadas por Charaudeau (2006, p. 51) ao falar das “situações de troca” presentes no discurso político.

Somos, portanto, seres ao mesmo tempo coletivos e individuais, duas componentes que, ao dialogarem entre si, se enriquecem mutuamente e se determinam reciprocamente. Seres coletivos que partilham uma identidade com os outros, pois é difícil conceber ser EU sem sua socialização; seres individuais que procuram diferenciarem-se para construir uma unidade própria, pois é difícil conceber seu EU sem se distinguir dos outros. Consequentemente, quando falamos, somos, ao mesmo tempo, constrangidos pelas normas e convenções da linguagem que partilhamos com o grupo, e livres – ainda que relativamente – para proceder a um uso discursivo que nos caracteriza de forma exclusiva, permitindo nossa individualização.

A partir dessa leitura, vemos no item três (c) as manifestações que conferem um grau de dramaticidade, de afetação para as interações propostas. Ao recorrer a esses elementos discursivos – “alerta”, “atenção”, “Não se iluda” –, o pastor promove uma fala com marcas sensoriais, que são postas ali no intuito de “tocar o outro”, fazendo isso por meio de expressões apelativas aos sentimentos. Nessa aproximação, também se conectam palavras ligadas ao primeiro item (a), da identificação, delineando novamente um caráter regulador, que também transpõe discursos afetivos em contato com o público.

Finalmente, no último tópico (d), verificamos o uso de termos que remetem àquela “descrição do mundo que propomos/impomos ao outro” (CHARAUDEAU, 2007, p. 3). Assim, ao descrever experiências cotidianas presentes na realidade de milhares de cidadãos, também vistas acerca de sua atuação parlamentar, Marco Feliciano racionaliza suas impressões em torno do mundo que o cerca: “hoje no Congresso Nacional”, “uso de verbas públicas, vinda dos impostos pagos por todo o povo brasileiro” são demonstrações contundentes desse aspecto.

Ao constatar os processos comentados, destacamos o que Charaudeau (2006, 2007) também observa, especificamente, sobre o discurso político: o intuito de “*seduzir um público* ou *causar-lhe medo*” a partir de suas estratégias discursivas

(CHARAUDEAU, 2007, p. 3, grifo nosso). Percebemos nos trechos acima – e de forma mais detalhada a seguir - uma forte recorrência às estratégias que delimitam as categorias de “nós” e, conseqüentemente, “eles”, atrelados a elementos dramáticos que ora se apresentam como um “alerta” ou “ameaça” – ao falar “deles” –, ora se dispõem em elogios e “bênçãos” – destinadas às falas sobre “nós”.

Essa observação é crucial para nossa investida empírica, pois delineia formações de como o racismo institucional, outrora discutido por Foucault (2005) em sua teoria biopolítica, encontra amparo nas enunciações trazidas. Assim, na descrição desse autor, temos:

[o racismo] é, primeiro, o meio de introduzir afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer. No contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo do biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros. Em resumo, de estabelecer uma cesura que será do tipo biológico no interior de um domínio considerado como sendo precisamente um domínio biológico. Isso vai permitir ao poder tratar uma população como uma mistura de raças ou, mais exatamente, tratar a espécie, subdividir a espécie de que ele se incumbiu em subgrupos que serão, precisamente, raças. Essa é a primeira função do racismo: fragmentar, fazer cesuras no interior desse contínuo biológico a que se dirige o biopoder. (FOUCAULT, 2005, p. 304-305).

É importante dizer que tal escolha metodológica só foi possível depois de constatarmos a presença de todos os processos na posição ocupada pelo nosso objeto em sua enunciação. Relembrando Charaudeau (2007), diz-se que a síntese desse quadro possibilita, da mesma forma, compreender os complexos processos de racionalização constituintes das formas de narrar e descrever os eventos do mundo, assim como de considerar as explicações sobre o “[...] como e o porquê desses eventos.” (CHARAUDEAU, 2007, p. 3). Nessa implicação, novamente encontramos relação com o *corpus*, pois rapidamente visualizamos como Feliciano divulga vídeos específicos para tratar sobre alguns desses eventos, conseqüentemente expondo suas opiniões nesses espaços, em que também circulam outras mensagens e sentidos para tais acontecimentos.

Nossa análise, portanto, concentra-se em elementos que constituem o *ethos* discursivo e, mais ainda, este *ethos* em contato com os processos acima caracterizados. Neste movimento e, para o recorte deste texto dissertativo, imprimimos sugestões acerca de duas categorias principais: as que envolvem os processos de identificação e de dramatização, conforme veremos adiante.

### 5.2.1 Análise discursiva dos vídeos da #ANossaFamíliaMereceRespeito no YouTube

Por considerar a aglutinação de assuntos expressos pela campanha em defesa da família, além da verificação de que o mote da candidatura eleitoral do pastor Marco Feliciano em 2018 construiu-se envolvendo a #ANossaFamíliaMereceRespeito, nosso *corpus* centrou-se na coleta de dados delimitada por essa mobilização antes de estar inscrita nos materiais oficiais de campanha política do pastor durante as eleições. Ressaltamos este caráter “oficial”, pois apreendemos uma relação direta entre a atividade midiaticizada pelos vídeos inscritos com *hashtag* e as ações empenhadas por Feliciano durante a disputa eleitoral. Assim, os sentidos mobilizados por essas produções complementam-se, dão força e legitimidade ao discurso do deputado na tentativa de reeleger-se.

Assim, foram transcritos trinta e um vídeos que seguem a disposição comentada acima, pela inserção da imagem “COMPARTILHE COM A HASHTAG #ANossaFamíliaMereceRespeito” ao final das gravações protagonizadas pelo pastor. A partir de uma ferramenta do próprio dispositivo *YouTube*, o *site* classifica os “envios mais famosos” da conta do usuário, destacando os conteúdos mais visualizados daquele canal. Dessa maneira, elegemos essa instrumentalização também para nosso recorte, além de atentarmos para os audiovisuais que igualmente alinhavam-se aos assuntos tratados pelo pastor em suas outras mídias sociais. No caso, dois vídeos com a campanha da *hashtag* aparecem na lista personalizada de maiores visualizações, são eles: “PAGODE DA OFENSA E PR. CLÁUDIO DUARTE, OBRIGADO!” e “ALERTA: O QUE ESTÁ POR TRÁS DA ASCENSÃO DE PABLO VITTAR?”. Esse levantamento foi verificado no mês de janeiro de 2019.

Desde a escolha por acompanhar a #ANossaFamíliaMereceRespeito, encontramos nas falas de Feliciano aspectos que ressaltam a forma como seu discurso materializa-se pelas expressões de identificação com o público, ao mesmo tempo em que exprime opiniões fortes e pejorativas aos adversários “esquerdistas”, empregando as estratégias de sedução e medo descritas por Charaudeau (2007). A seguir, traremos alguns trechos, focando a discussão em torno dos processos de identificação e dramatização mencionados. No sentido de facilitar este exercício, inserimos a indicação (1) para as marcas em ligação com o *ethos* e (2) para aquelas em referência ao *pathos*. Faremos também esta leitura a partir de todas as incidências demarcadas pela Situação de Comunicação, assinalando por vezes os itens (a) e (d) para as estratégias de regulação (contato) e racionalização (*logos*), respectivamente.

Definitivamente está  **muito, mas muito chato mesmo (2)** ser brasileiro. Um tema que eu venho insistentemente refutando em vídeos como  **nocivo ao livre pensamento (2)**, o tal “politicamente correto”. [...] eu usei a expressão antiga “sofro mais que covaco de aleijado” e uma evangélica progressista me repreendeu dizendo [...] Não se pode mais  **no nosso país (1)**, por exemplo, usar a palavra “judiar” “judiado” “judia”, pois  **a patrulha do mimimi da esquerda (2)** vai dizer “respeite os judeus” e por aí vai. [...]. Com receio de  **sermos oprimidos por esse grupo de fascistas, comunistas de meia tigela? Povo sem noção (1) e (2)**. Às favas com esse tal politicamente correto.  **Vamos mostrar que nós, brasileiros, somos irmãos, não podemos instaurar aqui um Muro de Berlim (1)** que nos separe, porque  **é isso que aconteceu no Brasil (d)**.  **Estamos separados**: branco de negros, ricos de pobres, índios de roceiros.  **Nós nunca fomos assim (1)**.  **O brasileiro sempre foi um povo ordeiro (2)**, um povo amigo. Sentar numa rodinha de amigos e um dizer assim: “e aí, alemão?” e o outro: “e aí, negão?” hoje não pode mais falar isso, porque se falar, dá cadeia, dá processo.  **Dividiram o nosso país (1)**. Dividir pra governar, é o que  **esses comunas (2)** querem. [...] Deus abençoe a todos vocês,  **um abraço (2)**.  **Compartilhe esse vídeo (a)**. (FELICIANO, 2018, grifo nosso)<sup>68</sup>.

Percebemos aqui, como Marco Feliciano sente-se perseguido por afirmações que incomodam pessoas que enxergam em suas falas alguma opressão ou preconceito. Ao comentar situações em que se apontam discriminações a certos grupos, compara o Brasil à experiência vivida na Guerra Fria e culpabiliza “esses comunas” – em referência ao PT e seus representantes – pela desigualdade vista no país, numa tentativa de reduzir as intensas discrepâncias socioeconômicas que vivemos por um diálogo entre pessoas de diferentes etnias: “e aí, alemão”, “e aí, negão”. O deputado caracteriza o pensamento “politicamente correto” enquanto uma nocividade ao “livre pensamento”, apoiando-se nessa diretriz para menosprezar as opiniões contrárias. Ao fazer isso, utiliza-se de palavras que evocam um certo tipo de sentimento – “meia tigela”, “patrulha do mimimi” em oposição à opinião que expressa acerca das pessoas que integram o país: “o brasileiro sempre foi um povo ordeiro” –, demonstrando, assim, efetividade nas estratégias de dramatização e identificação elencadas.

Em outra passagem, no vídeo intitulado “FELICIANO DIZ QUE PT PRECISA EXPLICAR DECLARAÇÃO DE GLEISI” (com mais de 155 mil visualizações), o parlamentar aparece numa sessão da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional pedindo retratação sobre um vídeo em que a presidenta do PT fala do processo de prisão do ex-presidente Luís Inácio da Silva, caracterizando o fato como uma “prisão política”. Entre a exposição discursiva do pastor, há a interpelação da mídia divulgada. Vejamos a transcrição:

Há um vídeo  **circulando pelas mídias sociais (a)**, onde a presidenta do PT, senadora Gleisi Hoffmann, esse vídeo foi circulado pela TV Al Jazeera, onde a presidenta pede apoio ao mundo árabe a respeito da prisão do ex-presidente Lula.  **O**

<sup>68</sup> Vídeo: CANTOR EDUARDO COSTA É VÍTIMA DO POLITICAMENTE CORRETO. ATÉ QUANDO VAMOS ACEITAR ISSO?. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=VgmK5aw2cM4>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

**Brasil vive já num momento de tensão, os brasileiros estão como que num barril de pólvora ponto pra um estopim explodir (2). E nesse momento, a presidente do PT vem e faz uma declaração dessa, sabendo que a população, a grande massa é desinformada, e já têm pessoas no *WhatsApp* perguntando se nós vamos receber aqui os grupos terroristas árabes que vão invadir o Brasil(1) e (2). Então, acho que nesse momento seria muito interessante que alguém do PT, infelizmente não temos mais ninguém aqui, porque ela não falou em nome dela, falou em nome de um partido, que o partido se pronunciasse sobre esse pedido da senadora. Acredito que ela não pediu pra que ninguém venha aqui e crie guerra (2) no nosso país (1), ate porque nós temos lei que impede isso (1). Nós temos (1) aqui, por exemplo, a Lei 7.170 de 1983 que diz no seu artigo oitavo (d) – entrar em entendimento ou negociação com governo ou grupo estrangeiro, ou seus agentes, para provocar guerra ou atos de hostilidade no Brasil – isso aqui é um crime com reclusão de 3 a 15 anos (d). Então queria que Vossa Excelência, na qualidade de presidente dessa comissão, pedisse pra que o Partido dos Trabalhadores fizesse uma nota explicando o que foi que a presidente do partido quis dizer com esse vídeo direto para o mundo árabe. (FELICIANO, 2018, grifo nosso)<sup>69</sup>.**

Nesta ocasião, podemos enxergar uma série de polêmicas criadas em torno de informações falsas divulgadas<sup>70</sup>, uma vez que o vídeo da então senadora foi ao ar num canal da emissora *Al Jazeera* no *YouTube*, o *Al Jazeera Mubasher*, não constando publicação na rede aberta da TV conforme é dito pelo pastor. Os grupos conservadores inflaram opiniões de que a soberania nacional estaria em risco com as declarações da parlamentar, porém nenhuma incitação ao terrorismo é feita em suas enunciações, delineando novamente a estratégia de relacionar as ações do PT como uma “afrenta”, uma “ameaça” ao país. A fim de justificar seu pedido de explicação, Marco Feliciano traz regulações legislativas dando a entender que o vídeo de Hoffmann abre uma possível inclinação para o que é considerado crime – a partir do “entendimento ou negociação com governo e grupo estrangeiro para provocar guerras ou atos de hostilidade no Brasil”.

Percebemos daí como a mobilização de sentidos proposta por Feliciano reflete-se nas situações de vigilância que vimos dispostas acerca da construção da realidade na “vida cotidiana”. Ao relatar o acompanhamento do vídeo e suas múltiplas interpretações nas mídias sociais, vemos o pastor levar o assunto à competência institucional na Câmara, respaldando um compromisso com as suspeitas que se movimentaram a partir de falsas informações e de descontextualizações da mensagem gravada pela senadora petista. Utilizando termos como “barril de pólvora”, acionam-se ocorrências de situações políticas e sociais a uma

<sup>69</sup> Vídeo: “FELICIANO DIZ QUE PT PRECISA EXPLICAR DECLARAÇÃO DE GLEISI”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=t29o9-dzX1Q>>. Acesso em: 25 jun. 2018

<sup>70</sup> Caso comentado em duas publicações no portal “E-farsas – acabando com as fake News desde 2002”, disponível em: <<http://www.e-farsas.com/gleisi-hoffmann-pediu-ajuda-a-terroristas-islamicos-para-libertar-lula.html>> e <<http://www.e-farsas.com/e-verdade-que-a-tv-al-jazeera-respondeu-ao-video-de-gleisi-hoffmann.html>>. Acesso em: 17 jan. 2019.

caracterização simbólica e imaginária (oferecida pelo deputado), na qual “os brasileiros” estariam “a ponto pra um estopim explodir”.

Permitindo reproduzir sugestões de que invasões terroristas poderiam acontecer no Brasil, vemos o pastor fortalecer um estereótipo ao povo árabe, generalizando enquanto possível ameaça o contato feito acerca do acontecimento político que estava em curso. Mesmo dizendo que “a população, a grande massa é desinformada”, ao dar cobertura dessas manifestações, Feliciano também legitima a sensação de desconfiança e levanta suspeita a partir de mensagens que estariam circulando na mídia social *Whatsapp*. Essa inferência também é colocada a partir de uma experiência pessoal do deputado com essa rede, apesar de utilizar-se da impessoalidade na frase “e já têm pessoas perguntando”, percebemos um movimento no vídeo em que sua mão aproxima-se do torso, levando-nos a compreender que estaria, possivelmente, comentando sobre manifestações recebidas em seu celular.

O pastor e deputado federal reafirma sua condição de representatividade por meio de suas estratégias discursivas, quando fala de seus próprios compromissos e de sua “força” política sem apoio de grandes instituições religiosas. No seguinte vídeo transcrito (com cerca de 254 mil visualizações), Feliciano dirige-se a duas outras ações midiáticas: uma paródia realizada por um grupo de humor em Brasília e a fala do pastor Cláudio Duarte no quadro “Pra quem você tira o chapéu?”, do programa Raul Gil, na rede televisiva SBT:

[...] Pra alguns deputados eles falaram sobre corrupção, sobre trabalho, mas pra mim fizeram só uma brincadeira com meu cabelo (a). Isso mostra o respeito (2) deles quando a pessoa é séria [...]. Muito engraçado, né. Agradeço a vocês, turma do Pagode da Ofensa, obrigado de coração, e o Brasil precisa de mais alegria! (2) e (a) Também agradeço (2) aqui o pastor Cláudio Duarte pelas palavras ditas no programa do Raul Gil sobre mim, quando ele tirou o chapéu [...]. Eu faço esse vídeo, pois eu não tenho o contato do pastor, como ele disse nós não somos amigos – ainda – mas embora nosso país tenha proporções continentais, quem sabe uma hora dessas a gente não se esbarra e troca *WhatsApp* (1) e (2). Querido pastor Cláudio, que Deus em cristo lhe guarde, lhe conduza na caminhada que é árdua e espinhosa (1) e (2). A itinerância é uma caminhada onde ninguém é unanimidade. Como disse um famoso pastor do Brasil, eu sou um pastor sem pedigree (1) e (2). Sem apoio das grandes instituições religiosas, vocês sabiam disso? (1) e (2). Notem que quando se aproxima o ano eleitoral (d), simplesmente eu desapareço dos grandes púlpitos do estado de São Paulo. Por que? Você pergunta. Simples. Eu não tenho o apoio dos grandes líderes para campanha política, por exemplo, mas eu tenho o apoio do povo. Povo que represento com alegria, e que me sustento com suas orações e votos (1) e (2). Aproveito para agradecer aqui aos 400 mil votos que me elegeram em 2014 o terceiro deputado federal mais votado do estado de São Paulo (a) e (d) e o quarto deputado federal mais votado do Brasil. Deixo aqui um abraço a todos (2), e aproveito aqui pra mandar uma mensagem pra que a igreja pense e repense na sua maneira de fazer política (d). Nós somos 30% do país, e isso dá cerca de 60 milhões de evangélicos. Poderíamos hoje definir qualquer eleição, mas, nós não temos uma liderança (1). Eu me lembro que em 2013, a presidente Dilma mandou me chamar através de seus assessores (d), e disse assim: pra falar com a igreja

católica, nós chamamos a CNBB e falamos com todos os católicos do Brasil. E pra falar com os evangélicos? Quem que nós procuramos? Porque se procuro o pastor da igreja A, o pastor da igreja B fica bravo, se procuramos o pastor da igreja B, o pastor da igreja C fica triste conosco, ou seja, **não há como falar com o movimento evangélico nacional, porque nós não temos liderança. É hora de pensar isso, hein. Um abraço a todos, e a nossa família merece respeito (1) e (2).** (FELICIANO, 2018, grifo nosso)<sup>71</sup>.

Por meio da legitimidade que busca destacar com o “apoio do povo”, Feliciano aproxima-se de seus eleitores e, com isso, manda um recado para a própria instituição da igreja, acionando chamados de unificação de votos para “definir qualquer eleição”. Tanto na passagem anterior, como nesta, podemos traçar como Feliciano coloca-se ao “lado do povo [brasileiro]”, demonstrando a presença do processo de identificação (ou *ethos*) que procura associá-lo à representação de uma maioria social. Ao lembrarmos da referência de Pierucci (1989) trazida no segundo capítulo, constatamos essa estratégia também presente no discurso do grupo evangélico que disputava o projeto da Constituinte em 1986. Ao falar “dos grandes púlpitos”, o pastor também traz uma sensação de responsabilidade individual e comprometida para fora deste âmbito institucionalizado em torno de grandes ministérios.

Há uma distinção entre ele – que se intitula um “pastor sem *pedigree*” – e outras autoridades do campo religioso que teriam apoio dos “grandes líderes para a campanha política”. No momento em que traz suas conquistas eleitorais, assume novamente uma vinculação ao público (neste caso, os eleitores), expressando gratidão e alegria a partir do apoio recebido em “orações e votos”. As imbricações retratas por esse vídeo enaltecem nossa leitura acerca do *ethos* midiaticizado, também manifestado pelo *ethos* privado-religioso desta personalidade. Temos uma convergência de materiais compartilhados na rede *YouTube* que, ao entrarem em contato com a Situação de Comunicação protagonizada por Marco Feliciano, recebem outros valores e direcionamentos. Constroi-se distintas pontes no circuito comunicacional na medida em que o pastor participa de cada um desses episódios interacionais.

Aqui, ressaltamos como o sujeito sutilmente reforça sua agenda política e evangélica com os eventos que o visibilizaram midiaticamente, estabelecendo mais uma identificação construída por Feliciano junto a seu espectador, lembrando as contribuições de Maingueneau (2005, p. 73, grifo nosso) acerca da persuasão no contato com a historicidade de valores construídos:

---

<sup>71</sup> Vídeo: “PAGODE DA OFENSA E PR. CLÁUDIO DUARTE, OBRIGADO!”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=smtPgtyMth8>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

O poder de persuasão de um discurso decorre em boa medida do fato de que leva o leitor a identificar-se com *a movimentação de um corpo investido de valores historicamente especificados*. A qualidade do *ethos* remete, com efeito, à figura desse “fiador” que, mediante sua fala, *se dá uma identidade compatível com o mundo que se supõe que ele faz surgir em seu enunciado*. Paradoxo constitutivo: *é por seu próprio enunciado que o fiador deve legitimar sua maneira de dizer*.

Todas essas marcas são apontadas na forma como Feliciano expressa-se: ele é um representante de Deus, do povo que o elegeu com expressividade e um defensor da família (e dos costumes “de bem”, conservadores) que não é apoiado por grandes líderes ou púlpitos. A construção desse discurso é tecida de várias maneiras e, quando ocorre a interferência em algum desses três pilares, Feliciano volta-se à perseguição religiosa e à difamação de atividades opositoras. Por vezes, essa “interferência” é visibilizada pelo próprio pastor, que acaba trazendo outras dimensões (e interpretações) a determinada situação, assunto ou “polêmica”, demarcando, assim, aquelas afetações mútuas que verificamos por meio dos “arranjos disposicionais”. A seguir, temos um exemplo contundente de como os sentidos em circulação (re)configuram-se a partir dos códigos e inferências sobressalentes do indivíduo no episódio interacional.

**Olá pessoal (a)**, quero pedir um minutinho do seu tempo aqui para **uma constatação: a esquerda brasileira resolveu mostrar suas garras (2)**. **Eu sempre alerta (1) e (2)** sobre a verdadeira **perseguição religiosa que existe no Brasil (d) por parte deles**. [...] Esses **manipuladores da verdade, esquerdistas (2)** que subestimam a **nossa inteligência (1)** e **tentam intimidar quem ousa (2)** divergir de suas ideias, **censurar (2)** quem se propõe a jejuar e orar é o mesmo que impedir alguém de dormir ou acordar. Isso é foro tão íntimo que demonstra que **eles estão se despindo das máscaras e escancarando suas carrancas leninistas que não apavoram (2)** nem as criancinhas hoje em dia. [...] que deixem a **nossa fé em paz (1)**, e que Deus derrame as mais escolhidas bênçãos celestiais ao procurador Deltan Dallagnol, ao qual me somo em jejum e oração todos os dias e **conclamo todo o povo cristão (1)** que ainda tem **fé no coração (2)** a fazer o mesmo. Afinal de contas, **o nosso país e a nossa família merecem respeito! (1) e (2)** (FELICIANO, 2018, grifo nosso)<sup>72</sup>.

Esta exposição, ao tratar pontualmente do assunto que envolveu a declaração de um jurista<sup>73</sup> evangélico brasileiro sobre o julgamento do ex-presidente Lula no Supremo Tribunal

<sup>72</sup> Vídeo: “CONCLAMAR JEJUM E ORAÇÃO ESTÁ SE TORNANDO CRIME NO BRASIL!”. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=d21oa\\_nOeYI](https://www.youtube.com/watch?v=d21oa_nOeYI)>. Acesso em: 20 abr. 2018.

<sup>73</sup> No ano de 2018, diversas instâncias políticas, jurídicas e civis da sociedade envolviam-se na discussão acerca do julgamento do ex-presidente petista por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Dias antes da sessão do STF que decidiria sobre a situação de Lula, o Procurador da República e coordenador da força-tarefa da operação Lava Jato, Deltan Dallagnol publicou em sua conta oficial do *Twitter* que estaria em “jejum, oração e torcendo para o país”, ao considerar que uma “vitória” de Luís Inácio da Silva nesse caso significaria um ato de impunidade e um cenário negativo para a luta anticorrupção no país. Essa declaração foi replicada e comentada por milhares de pessoas, questionando a “neutralidade” com que um agente do Estado deveria portar-se frente a um debate tão caro para o contexto brasileiro na época. Dallagnol frequenta a Igreja Batista e intitula-se como

Federal, evidencia diversas marcas apelativas à emoção (*pathos*). Associando os pontos “esquerda brasileira” com “suas garras” podemos apurar a possível formação de um “monstro” no imaginário simbólico que, a partir desse evento, estaria perseguindo e ameaçando a prática cristã de “orar e jejuar”. Ao aproximar-se do público, o pastor fala de “nossa inteligência”, a qual estaria acima das “máscaras despidas” do setor opositor que estaria tentando “intimidar e censurar” o “povo cristão”. Ao final, observamos outra recorrência presente nos vídeos: o pedido que Feliciano faz a Deus para “derramar suas bênçãos celestiais”, além de conclamar os cristãos que “ainda tem fé no coração” para orar e jejuar diante do evento apresentado.

Nestas inferências, trazemos mais um entrelaçamento à teoria biopolítica trabalhada por Agamben (2002) quanto à presença da vida nua na inserção política, uma vez que o comentário do deputado federal defende a prática de seu “irmão evangélico”, o procurador Deltan Dallagnol. Agamben (2002, p. 125) discorre sobre uma inerente opacidade disposta à vida nua e “aos seus avatar no moderno (a vida biológica, a sexualidade, etc.)” que se torna impossível de esclarecer sem a consciência de seu caráter político. Dessa maneira, a contradição expõe-se à experiência da política moderna, uma vez que entra em “[...] íntima simbiose com a vida nua [...]”, perdendo a inteligibilidade que ainda nos parece caracterizar a estrutura jurídico-política da “política clássica” (AGAMBEN, 2002, p. 126). Assim, regulamentando uma prática individualizante da manifestação cristã, Feliciano interpela outros comportamentos da esfera privada. Não considera, portanto, a declaração do jurista “estranha” naquela situação de enunciação, porque simpatiza e é solidário com sua atitude, também vista como “ato” religioso e político – individual e coletivo em manifestação e repercussão nas mídias sociais e veículos de imprensa.

Nessa última transcrição, percebemos explicitamente o contato entre os *ethos* privado, religioso, político e midiático que tratamos outrora em nossas disposições teóricas e empíricas. Ao comparar a prática da “oração e do jejum” às atividades de “dormir ou acordar”, percebemos a investida de Feliciano em naturalizar este comportamento cristão frente outros hábitos que são naturais (e biológicos) a qualquer ser humano. Apontamos, da mesma forma, que ao explorar essas estratégias de identificação e dramatização, neste caso, o

---

“seguidor de Jesus” na breve descrição de seu perfil naquela rede social. Entre as principais contradições levantadas em matérias e entrevistas, diversas opiniões expressam um caráter “messiânico” assumido pelo Procurador em seu ativismo contra a corrupção, expondo uma fragilidade do princípio de laicidade presente na Constituição Federal. Esse caso específico e alguns de seus efeitos entre as esferas mídia-política-religião também são comentados por Cunha (2017, p. 175). Notícia disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/dallagnol-anuncia-jejum-por-prisao-de-lula-juiz-da-lava-jato-bretas-apoia-acompanha-lo-ei-em-oracao/>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

pastor denuncia uma perseguição religiosa vista sob preceitos de um *ethos* religioso e privado, que se sobressalta neste determinado episódio político que também alcança a esfera jurídica brasileira. Da fala “Eu sempre alerta” que antecede a denúncia persecutória proferida, implicamos o estado de constante vigília no qual o deputado coloca-se perante temas e eventos que envolvem o cristianismo, assim como os atores e instituições a ele relacionados de alguma forma.

Neste ponto, lembramos também da formulação de Foucault (2005) acerca da relação positiva exercida na segunda função do racismo – é preciso que se deixe morrer as espécies inferiores para as raças superiores viverem mais. Assume-se, dessa forma, a relação guerreira e belicosa contra os adversários políticos, seguindo uma lógica de que os “inimigos serão suprimidos” e, nestes casos, os inimigos são bem demarcados no discurso do pastor. Essa postura reafirma-se pela conclamação do “povo cristão”, em que notamos o enunciado “esquerda brasileira” ofertando sentidos para o que Foucault (2005, p. 304) nomeia como “[...] os perigos, externos ou internos, em relação à população e para a população.”. Assim, “[...] a raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização.” (FOUCAULT, 2005, p. 306).

Em diálogo com as análises, percebemos daí uma visível interpelação de condutas que exploram a crença religiosa individual e coletiva, sendo esta constantemente ancorada pelo enunciado “a nossa família merece respeito”. Dessa forma, quando Feliciano afirma “deixem nossa fé em paz”, também infere que “os outros” ou “eles” (esquerdistas, manipuladores da verdade) estariam propondo um cenário bélico que, paradoxalmente, sobressai-se a partir dos códigos e inferências acionadas pelo próprio pastor na condução de sua fala no vídeo. De maneira similar, apreendemos dessas passagens: os indivíduos – ou parte da população – que se sentiram ofendidos ou desrespeitados por tal declaração do Procurador “tentam intimidar” e “censurar” práticas religiosas cristãs, colocadas enquanto “divergentes” das ideias “esquerdistas”. É muito marcante, portanto, a postura dualista que Feliciano imprime a essas gravações, permitindo, como vimos, a formação de um discurso racista empregado para identificar e emocionar o público (e o oponente) a quem dirige-se.

Sobre o fato de transpor a incidência discursiva racista por meio da separação entre “Nós” e “Eles”, Marco Feliciano caracteriza algumas das marcas encontradas na divulgação da *hashtag* com uma pretensa de ameaça do grupo identificado pelos “esquerdistas”, “esquerdopatas”, “patrulha do mimimi”, mas também por qualquer pessoa que se aproxima de posições progressistas – entendidas, pelo pastor, como defensoras do “politicamente correto”.

A seguir, temos trechos do segundo vídeo mais visualizado no interior da campanha, ultrapassando o número de 207 mil visualizações.

Com o distanciamento cada vez maior dos **valores da família, do moral, dos bons costumes, da honestidade, dos princípios e outros valores fundamentais** (a) e (d), grupos de comunicação ou formadores de opinião aproveitam das **mazelas para projetar suas táticas** (2) – acredito eu – para eleger em 2018 nomes para os representar, como já fizeram antes, lembram do BBB? **O alerta é para a sociedade conservadora, religiosa, pais, irmãos: atenção** (2). Eu posso estar errado, mas sinto que tais grupos defensores e propagadores da ideologia de gênero estarão tentando eleger representantes em cada estado desse país e adivinhem para quê? Para produzir leis. Leis pra defender a promiscuidade, as cartilhas de ensinamento de sexo explícito para **as nossas crianças** (1), as cotas em universidades para transsexuais e transgêneros, como já acontece no Ceará [...] **Corremos um grave risco** (1) e (2) de em breve termos a bancada LGBT em grandioso número. Você acha mesmo que é mera obra do acaso você ver um homem travestido de mulher cantando com a cara estampada em latas de refrigerante? Ganhando prêmios na TV. Ou uma atleta transgênero ter holofote da mídia por ser melhor que as atletas mulheres? Ou um lutador de MMA do mesmo porte, ou um jogador de futebol do mesmo porte; tudo isso e, de repente, num BUM que os coloca acima de **nós meros mortais** (1). **Não se iluda** (2). Estes estão sendo alçados a **uma categoria superior aos meros mortais** nascidos com o sexo definido, como **alertei** em 2013 (2): eles não querem direitos, querem privilégios, e os conseguiram. [...] **Acorde, Brasil. Alerta** (2). **Precisamos estar atentos** (1) e (2) acerca das estratégias deste governo mundial da nova era, da **imposição da ideologia de gênero e mimimis afins** (2). Cuidado cidadãos, **cuidado família, cuidado povo de Deus** (2). Pra que **nós não sejamos influenciados nem conduzidos** por grupos de comunicação **para um caos** (1) e (2), porque as táticas e estratégias deles são muitas, principalmente **fazer desfalecer a família tradicional** (2). É a **nossa família merece respeito** (1) e (2). (FELICIANO, 2018, grifo nosso).

Aqui, fica evidente a posição de Marco Feliciano contra a população LGBT, que a autora Cunha (2017, p. 131) destaca como um novo “alvo” a ser combatido, juntamente com os movimentos feministas, por representarem um processo de “destruição da família”. Ao caracterizar esses atores e grupos como ameaça, faz circular, em uma gama de sentidos, a preocupação que o setor conservador deve ter frente a possibilidade de tais pessoas conquistarem representação legislativa visando a “produção de leis”. Assim, engloba todas as ações desses setores (que também agrega “grupos de comunicação”) em torno de nomes pejorativos e informações dramatizadas, oferecendo uma espécie de fortalecimento quanto à “atenção” e o “cuidado” que a “família” e o “povo de Deus” precisam ter para não serem “influenciados” nem “conduzidos” pelos grupos que estariam articulados para “fazer desfalecer a família tradicional”.

Neste ponto, relembremos mais uma formulação de Agamben (2002) a respeito da confusão provocada pela biopolítica – o autor explica como as diferenciações políticas tradicionais (esquerda e direita, por exemplo) acabam “perdendo sua lucidez e inteligibilidade, adentrando a uma zona de indeterminação tão logo a sua referência crucial

tenha tornado-se a vida nua”. (AGAMBEN, 2002, p. 128). Ou seja, ao valorizar a ascensão midiática de algumas pessoas LGBT a uma associação de suas pretensões políticas, Marco Feliciano condena enquanto “promíscuas” e perigosas as “táticas” deste grupo. O “BBB” comentado refere-se ao então deputado federal Jean Willys, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), que participou de uma das edições do *reality show Big Brother Brasil* transmitido pela rede Globo. Tal leitura também apresenta um vocabulário possível de interpretação belicosa, ao que podemos ver quando o pastor retoma acerca das “estratégias deste governo mundial da nova era, da imposição da ideologia de gênero e mimimis afins”. Esta dimensão pode ser mais explorada pelo próprio viés espiritual que acompanha o entendimento da evangelização como verdadeiras cruzadas para vencer o “mal” (os pecados) e chegar ao “bem” (o reino das bênçãos divinas e sagradas de Deus).

O alerta feito nesse vídeo chega ao ponto de o pastor dizer que essas vidas – das pessoas LGBT, dos “pregadores e defensores da ideologia de gênero” – estão sendo edificadas a uma “categoria superior”, o que colocaria em risco as vidas dos “meros mortais nascidos com o sexo definido”. Extrai, portanto, questões inerentemente biológicas para a discussão da política parlamentar ao enxergar a possibilidade de uma “bancada LGBT em grandioso número” organizar-se para “produzir leis” e conquistar “privilégios”. Percebemos, então, a caracterização fragmentada que o pastor faz com relação à normatização das condutas, condenando expressões cotidianas de diversidade sexual e de gênero.

Ao proferir expressões como “cuidado”, “Acorde, Brasil. Alerta”, Feliciano convoca o público a estar atento para comportamentos individuais que versam sobre a sexualidade humana, por exemplo, por se tratarem de uma ameaça às políticas que defende e, assim, um perigo à raça superior designada como a “família com valores da moral e dos bons costumes”. A partir da influência bíblica e constitucional, vimos que o deputado postula sobre a formação da “família tradicional” – marca bastante evidenciada em seu ideário conversador.

Em outro vídeo, divulgado no dia 27 de fevereiro de 2018, o pastor confirma: “Senhores, qualquer formação familiar que fugir do pai, mãe e filhos, tende a destruir a família tradicional sim. Dois homens ou duas mulheres não procriam, pra isso as demais famílias são chamadas de ‘arranjos familiares’”. Nessa mesma publicação, novamente observamos a referência que o deputado faz a seu público seguidor – ampliado para além dos fiéis, como o próprio enunciador faz questão de frisar:

Eu agradeço a oportunidade para **falar em números aqui (a) e (d)**. No *Facebook* eu tenho quase 4 milhões e 600 mil pessoas que curtiram minha página; no *Instagram*

eu tenho 960 mil seguidores; no *Twitter*, 511 mil pessoas, e todos os fins de semana eu falo, pessoalmente, para um público que oscila numa média de 10 mil pessoas, pessoalmente. E ainda **há milhões de brasileiros que pensam igual a mim com relação aos bons costumes conservadores (1) e (2)**. (FELICIANO, 2018, grifo nosso)<sup>74</sup>.

As maneiras com que Marco Feliciano comunica-se frequentemente reforçam a lógica “Nós *versus* Eles”, em que também a partir de argumentos institucionais e jurídicos, tende a despolitizar as ações da “esquerda”, dos “esquerdistas”, ao mesmo tempo em que prega a máxima do livre pensamento para expressar seu desgosto com determinadas condutas “comunistas”. Essas condutas, no entanto, estendem-se a todo um setor “progressista” que é tipificado por Feliciano como “ameaça doutrinária e ideológica” pelo fato de defender políticas opostas às suas. Ao utilizar terminologias como “fazer desfalecer”, vimos a impressão de cunho biológico que o pastor confere às atuações da raça inferior (LGBT) que estaria tentando impor privilégios e comportamentos sobre uma maioria cristã, conservadora e tradicional. Ao referir-se aos “milhões de brasileiros que pensam igual com relação aos bons costumes conservadores”, o deputado demonstra os traços de legitimidade e credibilidade conquistadas em torno de sua atuação conservadora e midiaticizada, ao trazer estatísticas do apoio que recebe nas mídias sociais *Twitter*, *Facebook* e *Instagram*.

Ainda sobre o último vídeo, Feliciano responde a uma crítica que recebeu no programa *Morning Show*, da rádio Jovem Pan, em que um dos apresentadores caracteriza seu discurso enquanto nazista (apontando o inimigo como diferente e que merece ser combatido), o que prontamente leva o deputado a defender-se e, novamente, inserir sua indignação com o socialismo e os “extremistas de esquerda”, conforme vemos em sua resposta:

[...] O discurso do Feliciano é um discurso nazista, diz lá o pseudointelectual. O pseudointelectual **que me acusou (a)** talvez **não saiba o que é nazismo (d)**, mas **eu vou ensinar ele aqui, (1) (2)** tá bom? Nazismo, se ele não se lembra, tem a ver com o nacional socialismo, repito: socialismo, repito: socialismo, repito: socialismo [...]. Isto é uma **acusação criminosa (2)**, totalmente fora do contexto, ou seja, com a **lavagem cerebral (2)** que receberam, seguem a cartilha dos extremistas de esquerda ensinam: “acuse os inimigos daquilo que você faz ou chame-os ou xingue-os daquilo que você é.” (Imagem com uma frase sob autoria de Lênin), não é verdade? Esqueceram disso. **Voltem pra escola (a)**. Uma rádio como a Jovem Pan, **com imenso respeito de público (2)**, **tem de pautar normas para os seus apresentadores agirem de acordo com suas consciências, mas respeitando o direito alheio e a livre-expressão, sem humilhar as pessoas (2)**. (Feliciano, 2018, grifo nosso).

---

<sup>74</sup> Vídeo: “TURMA DO MORNING SHOW: VOLTEM PARA A ESCOLA!”. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=-Of\\_0We8v\\_g](https://www.youtube.com/watch?v=-Of_0We8v_g)>. Acesso em: 10 abr. 2018.

Percebemos, por mais de uma vez, como Feliciano apropria-se dessa frase que, supostamente, foi dita por Vladimir Lênin<sup>75</sup>, na tentativa de criminalizar o apresentador do programa, além de defender que a Rádio normatize a ação de seus apresentadores. Sempre respaldado pelo direito da “livre-expressão”, o pastor diz que os participantes do programa sofreram uma “lavagem cerebral”, caracterizando mais um traço biológico em suas críticas, inferindo que o “cérebro”, logo, o “pensamento” dessas pessoas teria passado por uma completa “limpeza” de conteúdo e conhecimento. Neste ponto, também observamos que os posicionamentos dos apresentadores são diretamente relacionados à um suposto ensino que teriam recebido da “cartilha dos extremistas de esquerda”. Feita quase que de forma automática, Feliciano acaba posicionando essa crítica de oposição ao seu discurso da mesma forma que aparece ao acusar os apresentadores – “totalmente fora do contexto”.

O pastor e deputado federal também se contradiz em suas argumentações ao compararmos os discursos transcritos do vídeo anterior com o exposto adiante. Uma hora expõe, de maneira negativa e apelativa, a “humilhação” com que foi tratado pelos apresentadores do *Morning Show*; em outro momento, porém, Marco Feliciano apresenta frases com termos difamatórios e humilhantes direcionadas a outras pessoas em seus discursos. Vejamos:

[...] **Um professor da UNB, da Universidade Pública de Brasília (d)**, o senhor Luiz Fernando Miguel, **fazendo uso de verbas públicas, vinda dos impostos pagos por todo o povo brasileiro (a) e (d)**, tenta implementar um curso na universidade intitulado “O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil”. [...] Esse professor, em um *blog* de Brasília, despeja **seu esgoto verbal como soldado do Partido dos Trabalhadores e os seus asseclas (2)** [...] Nada mais é do que **uma frustrada tentativa** de mostrar o *impeachment* de Dilma Rousseff como **quebra da normalidade democrática (2)**, pois **as esquerdas** não se conformam de terem  **Sido alijadas, expulsas (2)** do cenário político brasileiro. Antes de terem implantado o governo socialista-ateísta, que custaria milhares de vítimas e transformaria o Brasil em uma Venezuela, com **hordas de refugiados e famintos (2)**. [...] É no mínimo tentar **desqualificar** milhões de **compatriotas** que apoiam a saída das esquerdas do poder e **aguardam novas eleições para confirmar a preferência da maioria por pessoas comprometidas com o bem-estar geral (2)**. [...] Faço esse vídeo para mostrar a vocês **o perigo que ainda assola nossa cultura e a formação de nossos jovens (1) e (2)**, e tenho certeza que o Escola sem Partido deva ser estendido para universidades, para que não haja **lavagem cerebral em nossos filhos (1) e (2)**. Eu termino aqui pedindo a Deus que **nos livre das doutrinas que submetem o ser humano ao poder de um estado totalitário, cruel e desumano (1) e (2)** em nome de **uma igualdade utópica e irreal (d)**. E derrame Ele as mais escolhidas bençãos celestiais a **todo o povo brasileiro (a) e sobre a nossa família (1)**. Porque afinal de

---

<sup>75</sup> Texto: “Lênin disse isso?”. Disponível em: <<http://otaviopinto.com/index.php/2016/06/25/lenin-disse-isso/>>. Acesso em: 2 mai. 2018.

contas, **a nossa família merece respeito! (1) e (2)**. (FELICIANO, 2018 Em 26 de fevereiro 2018 )<sup>76</sup>.

Identificamos aqui o biopoder descrito pelas palavras de Foucault (2005) que, a partir da qualificação de instituições sociais, agiu no desenrolar de processos que operaram fatores de “segregação e de hierarquização social”. Quando fala da “normalidade democrática”, Feliciano comenta sobre o processo de “expulsão das esquerdas do poder” a partir de fatores privados, como os comentários do professor em seu *blog* pessoal, ou na característica da atuação do Partido dos Trabalhadores nas universidades enquanto “lavagem cerebral”. Ao notarmos como sempre evoca sensações de caráter negativo – “dos famintos”, “das vítimas”, “estado cruel e desumano” – aos comportamentos e questões regidas por esse *ethos* privado, o deputado associa uma “oposição” de caráter identificativo ao embate (bio)político disposto no conflito de ideias, que nesse caso manifestou-se pela implementação de um curso na Universidade de Brasília (UNB) acerca do acontecimento político-social vivenciado pelo país em 2016.

Novamente, essas descrições feitas por Feliciano, que esboçam um sutil delineamento na formação de raças inferiores e superiores, são acompanhadas por intensas atividades de controle e vigilância sobre as quais o pastor e deputado federal imprime em seu principal compromisso político: a defesa da família. Ao visualizarmos, novamente, a Situação de Comunicação, temos uma liderança evangélica e parlamentar na centralidade de discursos formatados em produtos audiovisuais que são divulgados no dispositivo situacional<sup>77</sup> *YouTube* (e replicados em outras mídias sociais) com a inserção e o pedido de compartilhamento da #ANossaFamíliaMereceRespeito. Com esta arquitetura em mente, fica mais visível percebermos as afetações dispostas no fenômeno mediatizado que, a partir de nosso caminho teórico e empírico, vimos operacionalizado na própria constituição do *ethos* do pastor e deputado federal Marco Feliciano.

Outro ponto ressaltado nessa última transcrição é a menção do título do vídeo à “doutrinação esquerdista”, que nos relembra a formulação de Foucault (1999a) acerca da “pertença doutrinária” em questionar o enunciado e o sujeito que fala ao mesmo tempo e um através do outro. Neste caso, por meio da desqualificação do professor da instituição federal de ensino UNB, Feliciano restringe todo o curso proposto a um pensamento político “desumano e cruel”, caracterizando essa atitude como uma dupla sujeição “[...] dos sujeitos

<sup>76</sup> Vídeo: “DENÚNCIA: UNB TEM MATÉRIAS DE DOCTRINAÇÃO ESQUERDISTA!”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GkLjy25VBWY>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

<sup>77</sup> Retomando o quadro metodológico de análise do discurso proposto por Charaudeau (2007).

que falam aos discursos e dos discursos ao grupo, ao menos virtual, dos indivíduos que falam.” (FOUCAULT, 1999a, p. 43). A doutrina, por sua vez, tão enfatizada nas falas do pastor ao mencionar seus opositores políticos “[...] liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, conseqüentemente, todos os outros [...]”, mas ela também se serve, desta forma, “[...] de certos tipos de enunciação para ligar indivíduos entre si e diferenciá-los, por isso mesmo, de todos os outros.” (FOUCAULT, 1999a, p. 43).

Este movimento, portanto, também justifica as recorrências discursivas do pastor Feliciano ao falar que “a esquerda” tenta intimidar e censurar “ideias divergentes”, apresentando diversas vezes as ações de indivíduos e grupos pertencentes a tal “doutrina”. Então, aprofundando nossas investidas analíticas, chegamos à síntese de que quanto mais se reforçam tais caracterizações e diferenciações entre “esquerdistas” e “conservadores”, mais se suporta a proposição biopolítica de exclusão dos corpos que não estão de acordo com a norma e a regulamentação defendidas pelo deputado federal Marco Feliciano. É preciso reafirmar a existência de um “inimigo”, um “perigo” que emerge desta raça inferior a fim de fazer valer a consolidação (ou manutenção) dos saberes e poderes instituídos pelo corpo da igreja evangélica e pelo parlamento com valores tradicionais e conservadores. Sem esta diferenciação, não há disputa pelo poder nem pela “salvação” ou “cura” da sociedade brasileira.

Dessa maneira, os discursos delineiam a “guerra espiritual” da crença teológica, assim como concebem estratégias biopolíticas de controle e disciplina para a população brasileira. Essas marcas, explicitadas também pela Situação de Comunicação, são ancoradas sobre a grande região de sentido que pauta a defesa da família, caracterizando a partir daí quais os elementos de distinção entre a “família que merece respeito” e todas as demais que não merecem, conforme verificamos nos atos discursivos analisados. Vimos também que a “família” enaltecida e reconhecida por Feliciano é aquela que prega os valores morais, de bem e dos princípios cristãos. Este é o principal “núcleo” ameaçado no país, uma vez que constitui a base da formação de qualquer sociedade, na opinião do pastor.

Identificamos, regularmente, como o pastor e deputado federal faz uso de suas premissas constitucionais e saberes parlamentares e cristãos para defender sua posição conservadora e, ao mesmo tempo, atacar episódios e discussões que envolvem o “campo progressista”. Numa constante valorização de denúncias e alertas, Feliciano apropria-se de aspectos democráticos, ao mesmo tempo em que os deturpa na forma como caracteriza as manifestações contrárias ao seu pensamento. Elege, assim, sua autoridade e hierarquia para

contestar a “lavagem cerebral” realizada pelo “Partido dos Trabalhadores e seus asseclas” entre as instituições sociais democráticas do país. Ao se distinguir moralmente e politicamente sobre os temas, o pastor também traz elementos discursivos carregados da instituição religiosa que preside e representa, complexificando ainda mais a incursão dos sentidos trabalhados por suas mensagens.

Enxergamos, assim, como a construção dos discursos do pastor e deputado federal apontam para os recortes biopolíticos inseridos sobre a valorização da vida – em aspectos biológicos – a eventos políticos, nos quais se demarca uma postura soberana instigada por preceitos regulatórios religiosos e parlamentares. A caracterização que Marco Feliciano faz das posturas contrárias levam suas opiniões e argumentos ao ordenamento jurídico-estatal detalhado por Agamben (2002, p. 146), que acaba por relegar vidas “politicamente menos relevantes”:

É como se toda valorização e toda “politização” da vida (como está implícita, no fundo, na soberania do indivíduo sobre a sua própria existência) implicasse necessariamente uma nova decisão sobre o limiar além do qual a vida cessa de ser politicamente relevante, é então somente “vida sacra” e, como tal, pode ser impunemente eliminada.

Dessa forma, é como se também questionássemos, no decorrer da leitura de todo o *corpus*: existe a paz sagrada do Reino de Deus sem a execução de uma guerra espiritual? Qual seria a “missão divina” do pastor na ocupação do cargo parlamentar se não houvesse um “mal” a ser erradicado e curado à luz das palavras de Deus e do Evangelho? Como se evidenciam marcas de uma perseguição religiosa sem a materialidade e corporalidade de um agente perseguidor? Como se justificam os perigos e as ameaças do grupo LGBT sem expor e divulgar, reiteradamente, sua presença na sociedade e suas mobilizações políticas?

Essas dúvidas ressaltam a pertinência contínua em torno da vontade de saber do discurso [sobre a sexualidade e o desejo humanos], intrinsecamente ligada à aspiração do poder de revelação da verdade (FOUCAULT, 1988). Nos casos explorados em nossa análise, verificamos uma rede complexa de interações e sentidos que, ao mesmo tempo que revelam dizeres, interditam outros. Sujeitam-se os atores sociais que constroem oposição política à uma formação discursiva identificada por elementos dramáticos de afetação – “ameaça”, “perigo”, “alerta”, “cuidado”. No momento em que Marco Feliciano descreve o “inimigo”, reforça características que partilham a imagem de si mesmo e dos indivíduos (ou grupos) que defende e representa.

### 5.3 O *ETHOS* MEDIATIZADO DE MARCO FELICIANO: DO PÚLPITO AO PALANQUE EM INFERÊNCIAS DISCURSIVAS

Reconectando as leituras, exposições e análises, trazemos em torno da compreensão de “*ethos*” as inferências feitas a seguir. Ao lembrarmos da conceituação de Sodré (2010, p. 45), vimos que constitui-se “[...] a consciência atuante e objetivada de um grupo social – onde se manifesta a compreensão histórica do sentido da existência, onde têm lugar as interpretações simbólicas do mundo – e, portanto, a instância de regulação das identidades individuais e coletivas.”. Dessa maneira, exploramos as dimensões institucionais que se fazem presentes e atuantes na regulação da identidade do pastor e deputado federal Marco Feliciano.

Ao falarmos das transformações vivenciadas pelo *ethos* privado-religioso em contato com elementos da “cosmologia moderna”, percebemos um alinhamento de posturas e discursos da igreja no sentido de aprimorar seu contato (e adesão) com outras identidades individuais e coletivas, que igualmente modificam-se nessa transição temporal da modernidade. A cultura individualista aliada aos valores políticos, econômicos e culturais do liberalismo associa-se às correntes teológicas defendidas pelo neopentecostalismo, aqui em destaque pela denominação Assembleia de Deus, na qual Marco Feliciano atua e preside um ministério próprio.

A exposição das lógicas institucionais também foi aprofundada a partir da teoria biopolítica, em que temos uma tecnologia de poder assumida em função de regularizar e exercer controle sobre os corpos de uma população. Dialogando com essas premissas, observamos um exercício histórico de controle das instituições sociais no momento em que se tipificam ações recíprocas, ou seja, pela repetição de atividades instauram-se “hábitos” que são instituídos e perpetuam-se socialmente pelo fato de “já existirem assim”.

No momento em que identificamos a constituição do sujeito Marco Feliciano sob as práticas da igreja evangélica e do parlamento, conectamos saberes e poderes instituídos nessas instâncias às atuações discursivas do pastor e deputado federal. Ao considerarmos esses movimentos em diálogo com o processo de mediatização, inferimos uma complexidade intrínseca às novas formas de produção e compartilhamento de opiniões e informações, agora dispostas em fluxo e “protocolos” midiáticos. Dessa forma, uma expansão de sentidos cria-se no contato com códigos e inferências presentes em cada participante desses fenômenos mediatizados.

Ao verificarmos os discursos de Feliciano nos vídeos do *YouTube* com a *#ANossaFamíliaMereceRespeito*, concluímos um longo percurso que nos permite caracterizar seu *ethos* midiaticizado. Dentro do contexto político e social brasileiro, a intensa polarização é reafirmada pelo pastor ao posicionar-se constantemente em oposição ao PT e às “esquerdas”. Essa característica igualmente retoma-nos à leitura teológica expressa pela “Guerra Espiritual”: se “Deus e o Diabo” disputam pelo domínio da humanidade, o “bem e o mal” – trazidos aos aspectos/atores mundanos – também se encontram em conflito.

Quando o deputado reafirma sua postura conservadora, coloca-se como defensor da “família brasileira” e “da moral e dos bons costumes”, caracterizando, por conseguinte, sua oposição política aos que querem “destruir” essa entidade familiar, assim como perpetuar valores impróprios e “promíscuos” para a sociedade. Nestas implicações, também é recorrente o uso de expressões de vigilância, sugerindo aos seus espectadores um “cuidado” ou “alerta” aos perigos e às manipulações ofertadas pela “ameaça comunista”.

Na Situação de Comunicação trabalhada também notamos a centralidade que Marco Feliciano possui nesses vídeos, análise igualmente expandida aos recortes de mídias que ilustramos. Do fato de portar-se em frente à câmera, comentando acerca de eventos contemporâneos políticos e midiaticizados, o pastor mostra a incidência às lógicas comunicacionais oferecidas pelo *YouTube* e pelas mídias sociais, em geral. Todos os vídeos recentes do pastor, além dos trazidos por nosso *corpus*, são compartilhados e fixados em suas outras contas oficiais no *Facebook*, *Twitter* e *Instagram*, demonstrando a atenção depositada aos conteúdos audiovisuais, em que o sujeito “fala diretamente” com seus seguidores, eleitores e usuários dessas redes.

Ao mesmo tempo em que busca diferenciar-se em sua prática pastoral e legislativa (“pastor sem *pedigree*”, “deputado federal mais votado no estado de São Paulo”) Feliciano também reproduz leituras e expressões demarcadas historicamente por esses espaços institucionais. Conforme vimos, a pauta em defesa da família mobiliza há anos a articulação de representantes religiosos no Congresso Nacional, acionando, principalmente, movimentos reativos a proposições dos grupos LGBT e feminista levadas à esfera legislativa. Neste ponto, conectado às descrições analíticas detalhadas no item anterior, identificamos a formulação do discurso racista – biopolítico – expresso por essas lideranças na defesa de seus interesses.

O *ethos* midiaticizado de Marco Feliciano, portanto, constroi-se dentro desse feixe de relações e afetações complexas. Ao intitular-se conservador, cristão e ativista, o pastor aciona sentidos que perpassam por uma multiplicidade de saberes-poderes que, na midiaticização, são reconstruídos discursivamente. Assim, elege os “inimigos” e as “ameaças” denunciando esses

comportamentos, definindo um controle e uma regularização que seria condizente com os ideais cristãos – da família, da moral e dos costumes de bem – que prega para a sociedade brasileira.

Nesse sentido, resgatando a teoria biopolítica, vimos que o fortalecimento e a consolidação da “raça superior” só são possíveis pela eliminação das inferiores. Em razão disso, justifica-se a atenção que Marco Feliciano sustenta sobre as atividades e práticas discursivas da oposição: justamente para legitimar sua batalha, também encarada enquanto “missão sagrada” para a “cura” e “salvação” da sociedade brasileira. Conectamos as recorrências temáticas abordadas pelo pastor à intensificação dos processos comunicacionais mediados, permitindo que o cristianismo apareça ao lado de discussões legislativas, que por sua vez também se interpelam ao cotidiano de Feliciano que é compartilhado nessas redes sociais.

Essa última impressão conflui exatamente o que descobrimos em nossas investidas: as instâncias constitutivas da formação de Marco Feliciano são indissociáveis à sua atuação mediada, portanto, discursiva. Então, no momento em que decidimos operacionalizar o *ethos* em diálogo aos movimentos teóricos, empíricos e metodológicos suscitados intuimos demonstrar, da forma mais abrangente, como esse sujeito atua e faz-se presente em nossa realidade contemporânea. A “imagem de si” compartilhada pelo pastor mostra-se complexa e interpelada por múltiplos sentidos que ganham ressignificações constantes do contato com os dispositivos interacionais.

Finalizando, por ora, nossas implicações empíricas, podemos ressaltar a relevância com que a interpelação sobre o *ethos* privado apresenta-se nas estratégias de identificação e dramatização inseridas na Situação em análise. Ao passarmos pelo próprio título da campanha publicizada pela instrumentalização da #ANossaFamíliaMereceRespeito, temos explícitos os dois processos discursivos protagonizados em nosso exercício metodológico.

Ao destacar em suas falas o “povo cristão” comprometido aos “bons valores e costumes conservadores”, Feliciano delimita qual “família” está defendendo. Das palavras “merece respeito”, podemos inferir a defesa de uma atitude amistosa com essa entidade, ao mesmo tempo em que verificamos como esse segmento familiar estaria sendo desrespeitado e ameaçado por “inimigos” caracterizados em torno dos movimentos feminista, LGBT e “esquerdistas” – generalizados sob descrições negativas e, por vezes, biológicas –, representando, dessa maneira, potenciais “destruidores da família”.

As construções trabalhadas aqui nos possibilitam responder como o *ethos* midiaticizado de Marco Feliciano produz discursos de controle sobre o *ethos* privado. É feito por meio de estratégias diversificadas e persuasivas, que também caracterizam o *ethos* discursivo político do pastor e deputado. Ao identificar sua luta política aliada à crença religiosa cristã, Feliciano alcança setores amplos que se identificam com o conservadorismo e que não são, necessariamente, cristãos. Por meio de acusações e denúncias de perseguição religiosa, descreve um movimento contínuo de vigilância acerca das posturas de seus adversários políticos.

Essa oposição também se constroi e amplia-se pelas estratégias de Feliciano ao explorar eventos que envolvem grupos midiáticos consagrados no país. Afinal, um conflito em favor dos valores “de bem” só pode existir com a instauração de um comportamento “do mal”. É isso também que valida as opiniões do pastor nesses espaços midiaticizados, a partir de uma convergência de fatores e situações que justifiquem a necessidade de defesa da família. Dessa forma, expressam-se sentimentos individuais e coletivos que interagem nesta experiência como uma norma a ser estabelecida, ou reestabelecida.

O controle dos corpos e a rigidez moral ficam explícitos nas estratégias utilizadas por Feliciano nos vídeos da campanha #ANossaFamíliaMereceRespeito em seu canal do *YouTube*. Assim, estendemos também essas observações ao *ethos* midiaticizado, uma vez verificada a centralidade de lógicas midiáticas no comportamento e no posicionamento de Marco Feliciano em sua atuação política e evangélica. Ao lembrarmos da Figura 1, aferimos a posição desse sujeito aos “arranjos disposicionais” tentativos da circulação de sentidos que movimentam marcas do dispositivo da sexualidade. Da atuação discursiva do pastor e deputado federal, inferimos enunciações que nos ligam diretamente às regiões da política e da sexualidade, que são tratadas sob interdições e aspirações da vontade de saber.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação, buscamos demonstrar como o processo de midiaticização conecta-se às ações e discursos que delineiam uma defesa de interesses demarcados pelas instituições sociais que constroem – e ancoram – a presença do deputado federal pastor Marco Feliciano em nossa sociedade. Neste sentido, buscamos apresentar a formação de um *ethos* privado-religioso na centralidade de processos políticos contemporâneos, assim como a transformação deste a partir das influências e modificações de práticas e discursos institucionais.

O terreno fértil encontrado pelas correntes evangélicas no Brasil foi visto a partir da desmonopolização católica, em que novas alternativas religiosas dispuseram-se em forma de “mercado religioso”. Esse caminho igualmente levou a uma capilaridade da “missão de evangelizar”, também proposta por ações midiáticas e midiaticizadas. Nestas investidas, percebemos uma atenção ao indivíduo – ou ao *ethos* privado – que se coloca em relação a questões morais e valores defendidos por determinada adesão religiosa; pontos que transitam na cosmologia moderna de afetações públicas e privadas.

O processo comunicacional interpelado por questões históricas – pontuadas pela ascensão de dispositivos de controle e pela formação do Estado biopolítico –, levaram-nos a reconhecer condutas instituídas entre os representantes evangélicos-políticos na sociedade brasileira. Ao trazermos a leitura de que as regiões da sexualidade e da política exercem intensas disputas de poder, buscamos salientar marcas desses elementos a partir do discurso de Marco Feliciano. Dessa forma, verificamos a constituição de seu *ethos* midiaticizado com uma sistematização de suas publicações nas principais mídias sociais reconhecidas atualmente.

Neste exercício, conseguimos caracterizar as estratégias comunicacionais empregadas, ressaltando a proximidade e o manejo com que o pastor e deputado federal mantém esses espaços de relacionamento com o público. As preocupações deliberadas por Feliciano em torno de uma valorização moral cristã e em defesa da família “de bem” (reconhecida da união entre homem, mulher e filho (s)), identificam-no enquanto um político conservador. Ainda neste movimento, podemos notar uma continuidade com que a fundamentação moralista é pautada por representantes políticos e evangélicos no Congresso Nacional – levando-nos, novamente, ao espaço protagonista do *ethos* privado entre essas relações.

Durante o processo de escrita, as decisões tomadas também nos direcionaram a

verificar os sentidos acionados pela #ANossaFamíliaMereceRespeito no canal oficial do *YouTube* de Marco Feliciano. Chegamos a esta análise por observar uma campanha fortemente empregada pelo pastor com o compromisso de exigir melhorias e respeito à família, ao mesmo tempo em que caracteriza possíveis “inimigos” políticos com expressões desrespeitosas e apelativas a uma prática condenatória. O alinhamento entre a postura proselitista e as correntes teológicas defendidas pelas igrejas neopentecostais converge para uma ocupação conservadora dessas lideranças religiosas no campo político e econômico. Assim, temos uma atuação legislativa voltada ao controle do *ethos* privado e à rigidez moral baseada num entendimento bíblico restrito.

Até o presente momento, podemos observar avanços consideráveis em torno da questão central deste trabalho de pesquisa. Relembrando os percursos realizados, temos uma nítida identificação das falas de Marco Feliciano com as marcas institucionais políticas e evangélicas conservadoras. Buscando explorar articulações entre os momentos teóricos e empíricos, conseguimos inferir o processo de midiaticização também como mais um elemento estruturante em transformação de eventos modernos, discursivos e culturais. As lógicas de mídias sociais observadas, embora ainda estejam descritas de forma bastante exploratória, estabelecem conexões com recortes investigativos contemporâneos.

A esse respeito, temos o próprio reconhecimento de Feliciano ao exaltar seus números de seguidores e, constantemente, acionar comentários em autorreferencialidade a sua aparição em outros canais ou mídias. Essas marcas ressaltam um compromisso da liderança ao dirigir-se ao público, também explorando sua aparição para tratar dos assuntos ao qual se responsabiliza em defender na Câmara Federal, sem deixar de lado a “vocação” pastoral defendida em vários momentos. Ao lembrarmos como se edifica a participação de atores religiosos e políticos no contato com a midiaticização, observamos um conteúdo moral incidindo em temas abrangentes do *ethos* privado. As transformações modernas deixaram de lado o ascetismo mundano da igreja evangélica, que também passa a constituir novas lógicas de construção a fim de manter sua adesão popular.

No momento em que arquitetemos a construção social da realidade interpelada pelo dispositivo de sexualidade, temos uma série de situações que passam a existir (e a serem coibidas) na realidade cotidiana, “dominante”. O que observamos é a presença histórica de tipificações sociais geridas por lógicas de poder estruturantes de nossa sociedade ocidental moderna. Os aspectos que ressaltamos nessa investigação passam por compreender uma intrínseca complexidade de discursos e dispositivos políticos, sociais, que conflitam há séculos nos espaços institucionais tão constituintes de nossa experiência.

Quando aproximamo-nos da atuação e dos discursos de atores evangélicos políticos, notamos uma visibilidade atrelada à atividade midiática e ao ativismo, assim caracterizado por argumentos como “irmão vota em irmão” e, atualmente, por campanhas digitais como a própria #ANossaFamíliaMereceRespeito. O pastor e deputado federal Marco Feliciano demonstra essa preocupação a partir de um constante contato com seu público, além de comentários sempre atuais acerca dos eventos políticos do país. Ao discutirmos a perspectiva religiosa na intensificação da lógica individualista e da “modernização” do *ethos* privado, percebemos também modificações de contato entre as igrejas evangélicas – e suas lideranças – com seus fieis.

A verificação de estratégias que apontam à desqualificação do adversário político (o “outro”, ou “eles”) em tom de “ameaça” exprimem alguns dos sentidos que pretendemos visualizar no destaque da incidência biopolítica, a partir da manutenção dessa prática no controle dos corpos, na interdição de condutas do *ethos* privado em discursos contemporâneos. Além desta dimensão, lembramos a expressão belicosa também identificada em correntes religiosas cristãs – a expansão do Evangelho passa pelas cruzadas, o “bem” do Reino de Deus *versus* o “mal” dos que não encontraram ainda a “salvação”, a “cura” divina.

As estratégias verificadas em torno do *ethos* midiático do pastor e deputado federal ressaltam a importância dada à rigidez moral atrelada ao movimento político conservador. Ao compartilhar peças que exprimem seu comprometimento com uma “nação cristã”, Feliciano atua com interdição a condutas que se mostram avessas ao considerado “divino” e “sagrado”. Além disso, também se porta como um entendedor das leis do país, uma vez que busca legitimar seu pensamento reativo a partir de textos constitucionais e administrativos, dando a entender sua responsabilidade com a família brasileira frente uma parte da população que pretende “destruí-la”.

Os sentidos acionados em torno da *hashtag* caracterizam uma forte expressão de Marco Feliciano, que inclusive utilizou de tal campanha para sua candidatura à reeleição como deputado federal em 2018. Ao explorar o sentimento “anti-petista” em torno de suas falas, vimos que o pastor delineia bem uma identificação em torno da marca “Nós *versus* Eles”, sendo a defesa da família o grande articulador dessas manifestações. Valendo-se de argumentos como a “liberdade de expressão”, o sujeito caracteriza uma intensa perseguição religiosa à população cristã, colocando em evidência que elementos simbólicos e discursivos da fé evangélica também estariam sendo discriminados.

Assim, a reação empreendida por Feliciano acerca de discussões que buscam

promover igualdade e justiça social ao grupo LGBT demonstra uma ação dupla de condenação: o movimento persecutório à fé cristã e a indicação de que essas pessoas estariam em busca de privilégios. Dessa forma, justificam-se suas opiniões em tom de “cuidado” e “alerta” para os que querem “dividir o país”, somando traços de um imaginário pacífico e ordeiro que é garantido pelas “obras de Deus”.

Concluimos então, um cenário complexo em que os regimes democráticos liberais, associados às lógicas midiáticas e modernizantes, constroem dialeticamente, com indivíduos e instituições, novos discursos de controle e vigilância de corpos e comportamentos. O recorte aqui realizado nos permite afirmar um importante movimento contemporâneo com raízes seculares. Ao explorarmos três dimensões de *ethos* – privado, midiático e discursivo – na formação do sujeito Marco Feliciano, observamos que a investigação sociológica e midiática aqui levantadas brevemente constitui uma interessante linha de estudos para o entendimento de processos políticos e sociais brasileiros.

Ao pensarmos nossos dias atuais, vimos cada vez mais intrínsecos os processos de midiática e os discursos que assumem uma lógica biopolítica. O uso sutil de expressões que demarcam os corpos “qualificados” ou não ao exercício político e cidadão, retoma-nos ao aprofundamento das desigualdades imperadas pelo capitalismo global. A atuação de lideranças religiosas e políticas torna-se cada vez mais imbricada, fazendo-nos questionar o avanço conservador a partir de premissas que visam a redução de debates e da diversidade de opiniões.

As análises realizadas permitem explorar os traços de uma atuação religiosa no campo político institucional, reafirmando um deslocamento de leituras teológicas ao espaço público representativo. Assim, a Situação de Comunicação exposta também se estende a outras personalidades ativistas evangélicas, demonstrando possibilidades de estudos que dialoguem com os resultados aqui verificados. O conservadorismo atinge diferentes graus, mas se reproduz em larga escala na sociedade, encontrando-se atrelado às reações morais que estas lideranças religiosas imprimem nos espaços institucionais.

Ainda sobre a espiritualidade que emana dos atores evangélicos, observamos justificativas suscitadas pela batalha espiritual. Esses atores, portanto, agem com uma dupla responsabilidade – representação perante o “reino de Deus” e representação pública que os coloca em contato com interesses em disputa na esfera institucional. Defendem, assim, uma moralização da sociedade perante as condutas “de bem” que, muitas vezes, expressam-se em conformidade ao que é pregado no Evangelho e centralizam-se em torno da defesa da família.

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. *Homo Sacer: O poder Soberano e a vida nua*. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- BERGER, P. L. *O Dossel Sagrado: elementos para uma sociologia da religião*. São Paulo: Paulinas, 1985.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. 2. ed. Tradução de Ernesto de Carvalho. Lisboa: Dinalivro, 2004.
- BERGER, P. L.; ZIJDERVELD, A. C. *Em favor da dúvida: como ter convicções sem se tornar fanático*. Tradução de Cristina Yamagami. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- BRAGA, J. L. Mediatização como processo interacional de referência. In: MÉDOLA, A S. L. D.; ARAÚJO, D. C., BRUNO, F (Org.). *Imagem, visibilidade e cultura midiática*. Livro da XV Compós. Porto Alegre: Sulina, 2007.
- \_\_\_\_\_. Interagindo com Foucault: Os arranjos posicionais e a Comunicação. In: XXVII Encontro Anual da Compós, 2018, Belo Horizonte. *Anais...* Compós. Disponível em: <[http://www.compos.org.br/data/arquivos\\_2018/trabalhos\\_arquivo\\_TUYEGGUY90CMV19NHPB9\\_27\\_6300\\_08\\_02\\_2018\\_10\\_58\\_00.pdf](http://www.compos.org.br/data/arquivos_2018/trabalhos_arquivo_TUYEGGUY90CMV19NHPB9_27_6300_08_02_2018_10_58_00.pdf)>. Acesso em: 28 nov. 2018.
- BRAGA, J. L., CALAZANS, R. (Org.). *Matrizes Interacionais: A Comunicação Constroi a Sociedade*, vol. 2. Campina Grande: EDUEPB, 2017.
- BRASIL. Câmara dos deputados. Estatuto da Frente Parlamentar Evangélica. Brasília, 2015. Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/internet/deputado/Frente\\_Parlamentar/53658-integra.pdf](https://www.camara.leg.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/53658-integra.pdf)>. Acesso em: 2 jul. 2018.
- BURGESS, J.; GREEN, J. *YouTube e a Revolução Digital: como o maior fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade*. Tradução de Ricardo Giassetti. São Paulo: Aleph. 2009.
- CHARAUDEAU, P. *O Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Pathos e discurso político*. In: MENDES, E. (Org.). *As Emoções no Discurso*, vol.1. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- CUNHA, M. N. *Do púlpito às mídias sociais: evangélicos na política e ativismo digital*. Curitiba: Editora Prismas, 2017.
- DALMOLIN, A. O discurso sobre aborto em revistas católicas: Rainha e Família Cristã (1980-1990). 2012. 221f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

DEBRAY, R. *Cours de Médiologie générale*. Paris: Gallimard, 1991.

DUARTE, L., F. D. *Ethos privado e justificação religiosa – Negociações da reprodução na sociedade brasileira*. In: HEILBORN, M. L. et al. *Sexualidade, Família e ethos religioso*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FACEBOOK. *Página oficial de Marco Feliciano*. São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www.facebook.com/PastorMarcoFeliciano/>>. Acesso em: 20 jan. 2019

FELICIANO, M. Marco Feliciano: ‘Cheirei cocaína, tentei maconha, mas não consegui tragar’. [Entrevista disponibilizada em 1 de setembro de 2015, a Internet]. Disponível em: <[https://www.huffpostbrasil.com/2015/09/01/marco-feliciano-cheirei-cocaina-tentei-maconha-mas-nao-conse\\_a\\_21684087/](https://www.huffpostbrasil.com/2015/09/01/marco-feliciano-cheirei-cocaina-tentei-maconha-mas-nao-conse_a_21684087/)>. Acesso em: 10 jan. 2019.

\_\_\_\_\_, M. *Por que me tornei parlamentar?* Rio de Janeiro: MK Editora, 2018.

FAUSTO NETO, A. Fragmentos de uma «analítica» da midiaticização. *Matrizes*, São Paulo, ECA/USP, v. 1, n. 2, 2008, p. 89-105.

\_\_\_\_\_, A. Pisando no solo da mediatização. In: *Comunicação e linguagem: novas convergências*. Livro de Homenagem ao Prof. Adriano Duarte Rodrigues. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa, 2015, p. 235-254.

FOLHA DE S.PAULO. Hoje famoso, pastor já foi rejeitado por líderes evangélicos. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/03/1247318-hoje-famoso-pastor-ja-foi-rejeitado-por-lideres-evangelicos.shtml>>. Acesso em: 20 out. 2018.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. *A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 14. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999a.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 20. ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1999b.

\_\_\_\_\_. Aula de 17 de março de 1976. In: *Em defesa da sociedade: curso do Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FREITAS, A.; MESQUITA, L. Eleições 2018: cinco fatos que provam que Brasil vai às urnas para disputa sem precedentes. *BBC News Brasil*, Londres, 7 out. 2018. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/eleicoes-2018-cinco-fatos-que-provam-que-brasil-vai-as-urnas-para-disputa-sem-precedentes,17ce2ca5f9da83a303daefedba32a95emz8hyxz5.html>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

FRESTON, P. *Evangélicos na política do Brasil: História ambígua e desafio ético*. Curitiba: Encontro, 1994.

GIUMBELLI, E. A. *O cuidado com os mortos: uma história da condenação e da legitimação*

do espiritismo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

GONÇALVES, R. B. *O discurso religioso na política e a política no discurso religioso: uma análise da atuação da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados (2003-2014)*. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 260p. 2016.

INSTAGRAM. *Perfil oficial de Marco Feliciano*. Disponível em: <<https://www.instagram.com/marcofeliciano/>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. *About us*. Disponível em: <<https://www.instagram.com/about/us/>>. Acesso em: 3 jul. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 2010*. Brasília, 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=3&idnoticia=2170&t=censo-2010-numero-catolicos-cai-aumenta-evangelicos-espiritas-sem-religiao&view=noticia>>. Acesso em: 20 out. 2017.

MACHADO, M. D. C. “Os parlamentares religiosos tendem a ser mais conservadores do que a população evangélica”. [*Entrevista disponibilizada em 4 de dezembro de 2017, a Internet*]. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/02/politica/1512221378\\_127760.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/02/politica/1512221378_127760.html)>. Acesso em: 10 jan. 2019.

MAIA, E. *A Política Evangélica: análise do comportamento da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara Federal (2007-2010)*. 2012. 335f. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

\_\_\_\_\_. *Religião e Política: o fenômeno evangélico*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). 2006. 106f. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

MAINGUENEAU, D. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, R. (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

MARIANO, R. Efeitos da secularização do Estado, do pluralismo e do mercado religiosos sobre as igrejas pentecostais. *Civitas*. Porto Alegre, v. 3, n. 1, 2003, p. 112-125.

\_\_\_\_\_. Laicidade à brasileira: Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *Civitas*. Porto Alegre, v. 11, n. 2, 2011, p. 238-258.

\_\_\_\_\_. Mudanças no campo religioso brasileiro no censo 2010. *Debates do NER*. Porto Alegre, ano 14, n. 24, jul/dez. 2013, p. 119-137.

MISKOLCI, R. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. *Cadernos Pagu*, n. 28, p. 101-226, jan-jun. 2007.

NASCIMENTO, J. V.; XAVIER, W. L. Ethos Discursivo e Religiosidade: uma prática de Análise do Discurso. *Revista (con) textos linguísticos (UFES)*, v.1, 2010, p. 51-63.

OLIVEIRA, A. *Instituto Humanita Unisinos*. São Leopoldo, 2018. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/583456-eleicoes-2018-a-radicalizacao-da-polarizacao-politica-no-brasil-algumas-analises-entrevistas-especiais>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

ORO, A. P. Religião e política nas eleições 2000 em Porto Alegre (RS). *Debates do NER*, ano 2, n. 3. Porto Alegre, UFRGS, 2001.

\_\_\_\_\_. A política da igreja universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 53, out. 2003, p.53-69.

PIERUCCI, A. F. Representantes de Deus em Brasília: A Bancada Evangélica na Constituinte. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, n. 11, 1989, p.104-132.

PRANDI, R. Cidade em transe: religiões populares no Brasil no fim do século da razão. *Revista USP*, v. 11, 1991, p. 65-70.

PRANDI, R.; SANTOS, W. Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 29, n. 2, 2017, p. 187-213.

\_\_\_\_\_. Mudança religiosa na sociedade secularizada: o Brasil 50 anos após o Concílio Vaticano II. *Contemporânea*, Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 5, n. 2, p. 351-379, jul.-dez., 2015.

RODRIGUES, A. D. *Estratégias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

RODRIGUES, K. C. Em pauta o conceito de *ethos*: a movência do conceito da retórica aristotélica à sua ressignificação no campo da Análise do Discurso por Dominique Maingueneau. *Signum: Estudos da Linguagem*, UEL/Londrina, n.11/2, dez. 2008, p. 195-206.

SANTOS, F. A. História da Assembleia de Deus. Campinas, 2015. Disponível em: <<http://assembleia.org.br/historia/>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

SODRÉ, M. *Antropológica do espelho: uma teorial da comunicação linear e em rede*. 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SOUZA, C. R. P.; MATOS, R. C. A. Assembleias de Deus em vias de midiatização: entre dizeres e silêncios. *Questões Transversais – Revista de Epistemologias da Comunicação*, v. 5, n. 9, jan./jun. 2017, p.10-18.

SURUGAY, B. *Religião e Política: ideologia e ação da “Bancada Evangélica” na Câmara Federal*. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 350p. 2011.

TEIXEIRA, C.G. P. Por que a extrema direita cresce no mundo, segundo este estudioso. [Entrevista disponibilizada em 29 de setembro de 2017, a Internet]. Disponível em:

<<https://www.nexojournal.com.br/entrevista/2017/09/29/Por-que-a-extrema-direita-cresce-no-mundo-segundo-este-estudioso>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

TWITTER. *Página oficial de Marco Feliciano*. Disponível em: <<https://twitter.com/marcofeliciano>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. *Seção Sobre*. Disponível em: <<https://about.twitter.com/pt.html>>. Acesso em: 4 jul. 2018

VERÓN, E. Esquema para el análisis de la mediatización. In: *Revista Diálogos de la Comunicación*, n. 48, Lima: Felafacs. 1997.

VITAL da C. C.; LOPES, P.V. L. *Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

YOUTUBE. *Sobre o Youtube*. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/intl/pt-BR/yt/about/>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. *Canal Marco Feliciano Pregações*. Disponível em: <[https://www.youtube.com/channel/UCPdzJD3yJ8To\\_bUI1fJn0Cg](https://www.youtube.com/channel/UCPdzJD3yJ8To_bUI1fJn0Cg)>. Acesso em: 15 jan. 2019.



## ANEXO A – TRANSCRIÇÕES DOS AUDIOVISUAIS ANALISADOS NO *CORPUS*

Vídeo: “FELICIANO DIZ QUE PT PRECISA EXPLICAR DECLARAÇÃO DE GLEISI”.

Publicado em 18 de abril de 2018. 154 mil visualizações.

Ambiente: Sessão da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Dep. Federal Pastor Marco Feliciano: “Há um vídeo circulando pelas mídias sociais, onde a Presidente do PT, senadora Gleisi Hoffman; esse vídeo foi circulado pela TV Al Jazeera, onde a Presidente pede apoio ao mundo árabe a respeito da prisão do ex-presidente Lula. O Brasil vive já num momento de tensão, os brasileiros estão como que num barril de pólvora – pronta pra um estopim explodir. E, nesse momento a presidente do PT vem e faz uma declaração dessa, sabendo que a população, a grande massa é desinformada, e já têm pessoas no *WhatsApp* perguntando se nós vamos receber aqui os grupos terroristas, árabes que vão invadir o Brasil. Então, acho que nesse momento seria muito interessante que alguém do PT, infelizmente não temos mais ninguém aqui... Porque ela não falou em nome dela, falou em nome de um partido... Que o partido se pronunciasse sobre esse pedido da Senadora. Acredito que ela não pediu pra que ninguém venha aqui e crie guerra no nosso país, até porque nós temos lei que impede isso. Nós temos aqui, por exemplo, a Lei 7.170 de 1983, que diz no seu artigo oitavo: “Entrar em entendimento ou negociação com governo ou grupo estrangeiro, ou seus agentes, para provocar guerra ou atos de hostilidade no Brasil”. Isso aqui é um crime com reclusão de 3 a 15 anos. Então, queria que Vossa Excelência, na qualidade de presidente dessa Comissão, pedisse que o Partido dos Trabalhadores fizesse uma nota explicando o que foi que a presidente do partido quis dizer com esse vídeo direto para o mundo árabe. – Tela: “COMPARTILHE COM A HASHTAG #ANossaFamíliaMereceRespeito”.

Vídeo: “PAGODE DA OFENSA E PR. CLÁUDIO DUARTE, OBRIGADO!”. Publicado em 16 de abril de 2018. Envios mais famosos – 254 mil visualizações.

Dep. Federal Pastor Marco Feliciano: Olá pessoal, tou passando aqui pra agradecer hoje a turma do Pagode da Ofensa. Essa moçada que faz humor inteligente com coisa séria, pela singela homenagem que fizeram a mim. O vídeo completo tá aí na internet. Pra alguns deputados eles falaram sobre corrupção, sobre trabalho, mas pra mim fizeram só uma

brincadeira com meu cabelo. Isso mostra o respeito deles quando a pessoa é séria, assista ao vídeo: Gravação do programa. Muito engraçado, né. Agradeço a vocês, turma do Pagode da Ofensa, obrigado de coração, e o Brasil precisa de mais alegria. Também agradeço aqui o pastor Claudio Duarte pelas palavras ditas no programa do Raul Gil sobre mim, quando ele tirou o chapéu – assista o vídeo aí. Eu faço esse vídeo, pois eu não tenho o contato do pastor, como ele disse: nós não somos amigos – ainda – mas embora nosso país tenha proporções continentais, quem sabe uma hora dessas a gente não se esbarra e troca *WhatsApp*? Querido pastor Claudio, que Deus em cristo lhe guarde, lhe conduza na caminhada que é árdua e espinhosa. A itinerância é uma caminhada onde ninguém é unanimidade. Como disse um famoso pastor do Brasil: eu sou um pastor sem *pedigree*. Sem apoio das grandes instituições religiosas, vocês sabiam disso? Notem que, quando se aproxima o ano eleitoral, simplesmente eu desapareço dos grandes púlpitos do estado de São Paulo. Por quê, você pergunta? – Simples. Eu não tenho o apoio dos grandes líderes para campanha política, por exemplo, mas eu tenho o apoio do povo. Povo que represento com alegria, e que me sustento com suas orações e vozes. Aproveito para agradecer aqui aos quatrocentos mil votos que me elegeram em 2014 o terceiro deputado federal mais votado do estado de São Paulo e o quarto deputado federal mais votado do Brasil. Deixo aqui um abraço a todos, e aproveito aqui pra mandar uma mensagem pra que a igreja pense e repense na sua maneira de fazer política. Nós somos 30% do país, isso dá cerca de sessenta milhões de evangélicos, poderíamos hoje definir qualquer eleição, mas nós não temos uma liderança. Eu me lembro que, em 2013, a presidente Dilma mandou me chamar, através de seus assessores, e disse assim: pra falar com a Igreja Católica, nós chamamos a CNBB e falamos com todos os católicos do Brasil, e pra falar com os evangélicos? Quem que nós procuramos? Porque se procuro o pastor da igreja A, o pastor da igreja B fica bravo, se procuramos o pastor da igreja B, o pastor da igreja C fica triste conosco, ou seja, não há como falar com o movimento evangélico nacional, porque nós não temos liderança. É hora de pensar isso, hein! Um abraço a todos, e a nossa família merece respeito. – Tela: “COMPARTILHE COM A HASHTAG #ANossaFamíliaMereceRespeito”.

Vídeo: “CONCLAMAR JEJUM E ORAÇÃO ESTÁ SE TORNANDO CRIME NO BRASIL!”. Publicado em 9 de abril de 2018. 10 mil visualizações

Dep. Federal Pastor Marco Feliciano: Olá pessoal, quero pedir um minutinho do seu tempo aqui para uma constatação: a esquerda brasileira resolveu mostrar suas garras. Eu sempre alerta sobre a verdadeira perseguição religiosa que existe no Brasil por parte deles. Qual

fundamento na tese do estado laico, que não significa estado ateu, mas eles usam isso como um jogo de cena, e é de propósito, porque eles tentam manipular a opinião pública através disso. Até a tomada do poder que pensavam ter, um poder absoluto, aí valia tudo: executar padres, pastores, queimar bíblias – igual aconteceu em Cuba, Venezuela, Bolívia, Coreia do Norte. Que para os esquerdistas são modelos de pura democracia, por que será que não se mudam pra lá? Os deputados Paulo Pimenta e Wadih Damous ingressaram com uma grosseira representação no Conselho Nacional do Ministério Público contra o Procurador da República Dallagnol por infringir o Código de Ética do conselho, dizem eles. O motivo foi o anúncio do Procurador de que faria jejum e oração durante o julgamento do *habeas corpus* do ex-presidente Lula no STF. E funcionou a oração e o jejum. Acusando de fazer proselitismo político e religioso nas redes sociais, e não estão sozinhos nessa escalada de censura do livre pensamento, não. São acompanhados por diversos esquerdopatas de plantão que não se conformam em serem dizimados pela própria democracia que eles falsamente defendem. Tal qual como Diógenes que, há dois mil anos, durante o dia andava com uma lanterna acesa à procura de num homem honesto, no âmbito da honestidade intelectual eu faço isso, mas nas hóstis esquerdistas será que vamos encontrar? Esses manipuladores da verdade, esquerdistas que subestimam a nossa inteligência e tentam intimidar quem ousa divergir de suas ideias... Censurar quem se propõe a jejuar e orar é o mesmo que impedir alguém de dormir ou acordar. Isso é foro tão íntimo que demonstra que eles estão se despindo das máscaras e escancarando suas carrancas leninistas que não apavoram nem as criancinhas hoje em dia. Eu finalizo pedindo a esses esquerdistas que deixem a nossa fé em paz, e que Deus derrame as mais escolhidas bênçãos celestiais ao procurador Deltan Dallagnol, ao qual me somo em jejum e oração todos os dias, e conclamo todo o povo cristão que ainda tem fé no coração a fazer o mesmo. Afinal de contas, o nosso país e a nossa família merecem respeito! – Tela: “COMPARTILHE COM A HASHTAG #ANossaFamíliaMereceRespeito”.

Vídeo: “TURMA DO *MORNING SHOW*: VOLTEM PARA A ESCOLA!”. Publicado em 27 de fevereiro de 2018. 25 mil visualizações.

Dep. Federal Pastor Marco Feliciano: Olá amigos, olá irmãos. Eu faço esse vídeo aqui pra demonstrar minha indignação com a equipe do programa *Morning Show*, da rádio Jovem Pan, rádio que eu tanto respeito. O programa foi levado ao ar na manhã do dia 26, na segunda-feira, e eles começam com o título “não convidem para a mesma festa” e ironizam: “com

Feliciano, a festa seria solitária” – ledão engano. Eu agradeço a oportunidade para falar em números aqui. No *Facebook* eu tenho quase quatro milhões e seiscentas mil pessoas que curtiram minha página, no *Instagram* eu tenho novecentos e sessenta mil seguidores, no *Twitter*, quinhentas mil pessoas, e todos os fins de semana eu falo pessoalmente para um público que oscila numa média de dez mil pessoas, pessoalmente. E ainda há milhões de brasileiros que pensam igual a mim com relação aos bons costumes conservadores. Comentaram parte de um vídeo em que eu demonstro minha preocupação com a possível eleição de uma bancada LGBT como teoria de conspiração. Quando eu cito leis que poderão implantar, como cartilhas de sexo para crianças nas escolas, cotas em universidades para transsexuais e transgêneros, aí não há discussão, aí partem para a chacota com a pergunta a um personagem do programa sobre heterossexuais que fazem sobancelha. Comentando sobre unhas, numa mistura de assuntos sérios com humor chulo, numa drástica demonstração de homofobia, fato do qual eles me acusam nas entrelinhas. Criticam a minha preocupação com o ataque à família tradicional [Trechos do vídeo]. Senhores, qualquer formação familiar que fugir do pai, mãe e filhos, tende a destruir a família tradicional, sim. Dois homens ou duas mulheres não procriam, pra isso as demais famílias são chamadas de “arranjos familiares”. Falam da sociedade igualitária, para serem politicamente corretos [trecho], mas isso nada mais é do que um discurso socialista, aí vem a mal versação da verdade, quando o apresentador fala de quem inventou o discurso de apontar o seu oponente como inimigo foi o nazismo, citando do que é diferente do meu grupo merece ser combatido e exterminado, portanto, o discurso do Feliciano é um discurso nazista, diz lá o pseudointelectual. O pseudointelectual que me acusou talvez não saiba o que é nazismo, mas eu vou ensinar ele aqui, tá bom? Nazismo, se ele não se lembra, tem a ver com o Nacional Socialismo, repito socialismo, repito socialismo, repito socialismo. Lembra, amigo, nazismo é ideologia associada ao partido nazista, ou ao Estado nazista. Normalmente, caracterizado como uma forma de fascismo que incorpora o racismo científico e o antissemitismo. Isto é uma acusação criminosa, totalmente fora do contexto, ou seja, com a lavagem cerebral que receberam, seguem a cartilha dos extremistas de esquerda ensinam “acuse os inimigos daquilo que você faz ou chame-os, ou xingue-os daquilo que você é” (LENIN) Não é verdade? Esqueceram disso. Voltem pra escola. Uma rádio como a Jovem Pan, com imenso respeito de público, tem de pautar normas para os seus apresentadores agirem de acordo com suas consciências, mas respeitando o direito alheio e a livre-expressão sem humilhar as pessoas. Como eu fui citado, eu poderia entrar na Justiça e pedir direito de resposta, mas vou fazer algo melhor aqui. Vou deixar algo aqui que pode mexer com eles: me coloco a disposição desse programa para

debatermos aí sobre Escola Sem Partido, ideologia de gênero, homoafetividade e direitos, o que quiserem, ok? Quero pedir às pessoas que assistirem este vídeo pra que façam ele chegar aos apresentadores desse programa... É um desafio que eu faço a eles, quem sabe terão coragem pra me convidar e, é claro, se me convidarem, me deixem falar, tá bom? Divulguem este vídeo, compartilhem e lembre sempre: a nossa família merece respeito! – Tela: “COMPARTILHE COM A HASHTAG #ANossaFamíliaMereceRespeito”

Vídeo: “DENÚNCIA: UNB TEM MATÉRIAS DE DOCTRINAÇÃO ESQUERDISTA!”. Publicado em 26 de fevereiro de 2018. 5 mil visualizações.

Dep. Federal Pastor Marco Feliciano: Olá pessoal, passando aqui pra pedir um minutinho do seu tempo pra informar um fato gravíssimo que toma conta dos meios acadêmicos em Brasília. Nós sabemos da capacidade regenerativa das idras comunistas e as suas reluzentes caras-de-pau. Um professor da UNB, da Universidade pública de Brasília, o senhor Luiz Fernando Miguel, fazendo uso de verbas públicas, vinda dos impostos pagos por todo o povo brasileiro, tenta implementar um curso na Universidade intitulado “O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil”. O professor que é doutor na UNB, de tradição militante esquerdista, que defende os mais espúrios princípios comunistas, onde a tomada do poder absoluto, mesmo que custe milhares de vidas, como disse Che Guevara, na ONU, na qualidade de ministro de Fidel Castro na época: “justificam os meios”. Esse professor, em um *blog* de Brasília despeja seu esgoto verbal como soldado do Partido dos Trabalhadores e os seus asseclas, contextos absurdos onde pinço aqui algumas pérolas. “Quando o bloco soviético entrou em colapso, a ciência política estadunidense entrou em festa. Era o triunfo simultâneo do capitalismo e da democracia.” Num longo desperdício de talento, o mesmo é autor de um trabalho intitulado “Por que gritamos golpe?” – sobre a perspectiva das esquerdas, com a participação de Ivana Jinkings, que escreveu um livro onde ensina Marx para as crianças; Diking Doria, ativista de esquerda que em seu *Facebook* promete que, quem for a 19ª festa do livro da USP, no estande da Boitempo (editora), ganhará dele um “abraço bolchevique”; e Murilo Creto, ex-feminista até que agrediu sua ex-noiva e ficou só – esquerdopata mesmo, nem precisa apresentação. Nada mais é do que uma frustrada tentativa de mostrar o *impeachment* de Dilma Rouseff como quebra da normalidade democrática, pois as esquerdas não se conformam de terem sido alijadas, expulsas do cenário político brasileiro. Antes de terem implantado o socialista-ateísta, que custaria milhares de vítimas e

transformaria o Brasil em uma Venezuela, com hordas de refugiados e famintos. O apoio que esse professor tem recebido no meio acadêmico, com o argumento da liberdade docente, confirma a presença maciça de esquerdistas no corpo docente das universidades públicas, onde em treze anos de poder, o PT teve o zelo de formar quadros intelectuais em apoio a suas teorias leninistas de governo. Que esse professor tenha suas ideias, devemos respeitar, afinal o livre pensamento é ouro a ser preservado, mas usar uma instituição pública pra disseminar teorias falidas em todos os países, que foram implantadas, onde a última coisa que respeito é a democracia multipartidária – e sim a sua visão de democracia de partido único e patrocinado pelos cofres públicos – é no mínimo tentar desqualificar milhões de compatriotas que apoiam a saída das esquerdas do poder e aguardam novas eleições para confirmar a preferência da maioria por pessoas comprometidas com o bem-estar geral. Sem importar desgastadas teorias políticas alienígenas, onde o Estado é o todo poderoso e o ditador um pequenino Deus, como em Cuba, Coréia do Norte, e outros países. Faço esse vídeo para mostrar a vocês o perigo que ainda assola nossa cultura e a formação de nossos jovens, e tenho certeza que o Escola Sem Partido deva ser estendido para universidades, para que não haja lavagem cerebral em nossos filhos. Eu termino aqui pedindo a Deus que nos livre das doutrinas que submetem o ser humano ao poder de um estado totalitário, cruel e desumano em nome de uma igualdade utópica e irreal. E derrame Ele as mais escolhidas bênçãos celestiais a todo o povo brasileiro e sobre a nossa família. Porque afinal de contas, a nossa família merece respeito! Tela: “COMPARTILHE COM A HASHTAG #ANossaFamíliaMereceRespeito”.

Vídeo: “ALERTA: O QUE ESTÁ POR TRÁS DA ASCENSÃO DE PABLO VITTAR?”. Publicado em 23 de fevereiro de 2018. Envios mais famosos – 208 mil visualizações.

Dep. Federal Pastor Marco Feliciano: Olá, pessoal. Me questionaram, e muito, sobre a ascensão de Pablo Vittar e outros, e eu resolvi finalmente falar. Com o distanciamento cada vez maior dos valores da família, da moral, dos bons costumes, da honestidade, dos princípios e outros valores fundamentais, grupos de comunicação ou formadores de opinião aproveitam das mazelas para projetar suas táticas – acredito eu – para eleger em 2018 nomes para os representar, como já fizeram antes: lembram do BBB? [imagem Jean Willys] O alerta é para a sociedade conservadora, religiosa, pais, irmãos: atenção! Eu posso estar errado, mas sinto que tais grupos defensores e propagadores da ideologia de gênero estarão tentando eleger representantes em cada estado desse país e adivinhem para quê? Para produzir leis. Que leis? Leis pra defender a promiscuidade, as cartilhas de ensinamento de sexo explícito para as

nossas crianças, as cotas em universidades para transsexuais e transgêneros, como já acontece no Ceará – e eu denunciei isso em 2013 – mas me chamaram de louco, né, lembra disso? Pois bem, hoje no Congresso Nacional, temos bancadas muito distintas e conhecidas, eu cito duas aqui: a bancada evangélica, também conhecida como a bancada da Bíblia, e a bancada da segurança pública, conhecida como a bancada da bala. A bancada evangélica tem cerca de noventa e quatro deputados evangélicos mesmo, que defendem a liberdade religiosa, princípio de liberdade de expressão, etc. Corremos um grave risco de, em breve, termos a bancada LGBT, em grandioso número. Você acha mesmo que é mera obra do acaso você ver um homem travestido de mulher cantando com a cara estampada em latas de refrigerante? Ganhando prêmios na TV? Ou uma atleta transgênero ter holofote da mídia por ser melhor que as atletas mulheres? Ou um lutador de MMA do mesmo porte, ou um jogador de futebol do mesmo porte, tudo isso e de repente num BUM que os coloca acima de nós, meros mortais? Não se iluda. Estes estão sendo alçados a uma categoria superior aos meros mortais nascidos com o sexo definido, como alertei em 2013. Eles não querem direitos, querem privilégios, e os conseguiram. Quando ver essas situações de ilustres desconhecidos de repente alçarem ao estrelato e as luzes da arribalta, desconfie. O *Big Brother* já projetou líderes assim, lembra disso? Acorde, Brasil. Alerta. Precisamos estar atentos acerca das estratégias deste governo mundial da nova era, da imposição da ideologia de gênero e mimimis afins. Cuidado, cidadãos. Cuidado, família. Cuidado, povo de Deus. Pra que nós não sejamos influenciados nem conduzidos por grupos de comunicação para um caos, porque as táticas e estratégias deles são muitas, principalmente fazer desfalecer a família tradicional. E a nossa família merece respeito. Tela: “COMPARTILHE COM A HASHTAG #ANossaFamíliaMereceRespeito”.

Vídeo: “CANTOR EDUARDO COSTA É VÍTIMA DO POLITICAMENTE CORRETO. ATÉ QUANDO VAMOS ACEITAR ISSO?”. Publicado em 20 de fevereiro de 2018. 15 mil visualizações.

Dep. Federal Pastor Marco Feliciano: Olá, pessoal. Definitivamente está muito, mas muito chato mesmo, ser brasileiro. Um tema que eu venho, insistentemente, refutando em vídeos como nocivo ao livre pensamento, o tal “politicamente correto”. Dia desses eu assisti uma deputada interromper a sessão plenária, porque um outro deputado, em sua oratória, bradou: “senhor presidente, essa será conhecida a noite mais negra como a história do Parlamento”.

Foi o suficiente pra deputada sair gritando aos berros “racista, racismo, respeite os negros.” O deputado, então, pediu licença e refez a frase, dizendo: “Senhor presidente, essa noite será conhecida como a noite mais afro-descendente da história”, e arrancou gargalhada de todos. Outro dia, num culto, eu usei a expressão antiga: “sofro mais que sovaco de aleijado”, e uma evangélica progressista me repreendeu dizendo assim: “isso aí tá errado”. Então, eu pedi desculpas e refiz a frase: “eu sofro mais que axilas de portadores de necessidades especiais.”. Não se pode mais, no nosso país, por exemplo, usar a palavra “judiar”, “judiado”, “judia”, pois a patrulha do mimimi da esquerda vai dizer: “respeite os judeus”, e por aí vai. Dessa vez, a vítima é um grande amigo e irmão meu, o querido cantor e compositor Eduardo Costa. Ora, o artista tem o direito de usar a sua liberdade de criação e, quem não concordar, tenha a mão o botão de *off* do seu aparelho para desligá-lo, ou deixar de comprar as mídias que não lhe convém. Mas criticar um artista por se apresentar nas gravações de um videoclipe caracterizado de soldado das forças armadas, portando uma réplica de um fuzil, é uma patrulha ideológica sem sentido, mesmo porque as Forças Armadas são hoje o segmento mais respeitado pela população, junto com a Igreja. Exemplo de civismo a ser seguido. Cadê os patrulheiros e paladinos dos bons costumes ou dos bons comportamentos com os personagens das novelas da Globo, por exemplo? Bandidos portando fuzis, falso *glamour*, invertendo os nossos tão caros valores. E a precoce erotização das crianças, então? Num verdadeiro flagelo social com a nossa juventude. E com os chamados *funkeiros*, por exemplo? Com lixos culturais com as músicas: “Oi, novinha”, “só surubinha”. Que as TVs abertas apresentam os chamados MCs, denegrindo nossas mulheres em todo o mundo, e com estrondoso silêncio das feministas, não é? Vamos mesmo nos calar, pessoal? Com receio de sermos oprimidos por esse grupo de fascistas, comunistas de meia tigela? Povo sem noção. Às favas com esse tal politicamente correto. Vamos mostrar que nós, brasileiros, somos irmãos, não podemos instaurar aqui um Muro de Berlim que nos separe, porque é isso que aconteceu no Brasil. Estamos separados: branco de negros, ricos de pobres, índios de roceiros. Nós nunca fomos assim. O brasileiro sempre foi um povo ordeiro, um povo amigo. Sentar numa rodinha de amigos e um dizer assim: “e aí, alemão?”, e o outro: “e aí, negão?”, hoje não pode mais falar isso, porque se falar, dá cadeia, dá processo. Dividiram o nosso país. Dividir pra governar é o que esses comunas querem. Fica aqui, então, o meu apoio ao meu querido amigo Eduardo Costa. Ele não me pediu pra fazer isso. Eu não sou advogado dele, mas me senti ofendido quando vejo pessoas que poderiam estar cuidando de coisas mais sérias, ofendê-lo simplesmente porque ele numa atitude, que ao meu ver é nobre, usando a farda de um militar, mostrando ao nosso país que ainda existem pessoas em quem nós podemos confiar. Como eu

disse agora há pouco, uma das poucas instituições que ainda tem crédito no nosso país são os militares. Deus abençoe a todos vocês, um abraço. Compartilhe esse vídeo. – Tela: “COMPARTILHE COM A HASHTAG #ANossaFamíliaMereceRespeito”.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”.